

[ROMANCE]

DIÁRIO DOS CAMPOS:

memórias de um
jornal centenário

Alessandra Pirroncello Bucholdz
Fábio Mauricio Holzmann Maia
Niltonci Batista Chaves

[] []
[OUTRAS]
PALAVRAS

Biblioteca
Parana **B**

ABC
projetos culturais

DIÁRIO DOS CAMPOS:

memórias de um
jornal centenário



Ficha Técnica

Autores

Alessandra Pirroncello Bucholdz
Fábio Maurício Holzmann Maia
Niltonci Batista Chaves

Coordenação editorial

Alessandra Pirroncello Bucholdz/
ABC Projetos Culturais

Coordenação de produção

Arte Telúrica
Conceito – Gestão Cultural
Dali Projetos Criativos

Revisão

Luiz Fernando Cheres

Supervisão gráfica

Dyego Marçal

Editoras assistentes

Ana Maria Bourguignon de Lima
Thaís Cunningham Gomes

B921	Bucholdz, Alessandra Pirroncello Diário dos Campos: memórias de um jornal centenário/ Alessandra Pirroncello Bucholdz; Fábio Maurício Holzmann Maia; Niltonci Batista Chaves. Ponta Grossa: ABC Projetos Culturais, 2025. Coleção Outras Palavras. 144 p. ISBN: 978-65-86870-88-6 1ª. ed. ISBN: 978-65-86870-69-5 (e-book) 1ª. ed. 1. Literatura brasileira. 2. Crônicas. 3. Paraná - História. 4. Ponta Grossa - História. 5. Produção jornalística. 4. Diário dos Campos - jornal. I. Maia, Fábio Maurício Holzmann. II. Chaves, Niltonci Batista. III. T. IV. Coleção Outras Palavras. CDD: B869.4
------	---

Esta obra foi selecionada pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC-PR) no Edital de Concurso nº 005/2020, Outras Palavras – Prêmio de Obras Literárias. A editora ABC Projetos Culturais foi escolhida pela SEEC-PR, por meio do Chamamento Público nº 011/2023 - Edital de Apoio à Publicação de Obras Literárias, para realizar a publicação, conforme critérios previamente estipulados. O conteúdo publicado na obra é de inteira responsabilidade de seu(s) organizador(es) e/ou autor(es).



APONTE A CÂMERA
DO SEU CELULAR E
ACESSE O AUDIO LIVRO!

DIÁRIO DOS CAMPOS:

memórias de um
jornal centenário

Alessandra Pirroncello Bucholdz
Fábio Mauricio Holzmann Maia
Niltonci Batista Chaves

PREFÁCIO

Minha relação com o *Diário dos Campos* teve início em 1994, numa sala da Biblioteca Pública Municipal Professor Bruno Enei. Eu era aluna do primeiro ano do curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, quando folhee pela primeira vez as páginas amareladas das primeiras décadas do jornal. O *Diário dos Campos* tinha deixado de circular quatro anos antes, depois da longa trajetória de 83 anos. Na época, ainda não existia a Casa da Memória, para onde o acervo foi remanejado posteriormente.

A Biblioteca funcionava de modo improvisado num prédio da Rua Balduino Taques, que antes tinha sediado uma pizzeria (os fornos passaram a ser utilizados também como local para guardar livros). Foi lá que encontrei um dos documentos mais elucidativos sobre o espaço e o papel ocupados pelo *Diário dos Campos* no início do século passado. Tratava-se das memórias de Epaminondas Holzmann, na edição original do livro *Cinco Histórias Convergentes*. Na obra, Holzmann narra com detalhes os bastidores dos 15 primeiros anos do periódico, ajudando a compreender o jornal não só como dimensão da notícia divulgada, mas também como promessa de importante empreendimento do início do século XX, como canal de expressão dos anseios da sociedade local e como núcleo de pensamentos e articulações.

Dessa forma, pude perceber com maior clareza o jornalismo na sua complexidade, na sua diversidade e na sua ambiguidade, compreendendo-o ainda como retrato de épocas, de olhares e de relações, feitas e refeitas a todo instante. Desde então, o *Diário dos Campos* passou a ser alvo de diversas pesquisas que empreendi durante o curso de jornalismo, entre elas a que deu origem à monografia "Nuances do Jornalismo Cultural em Ponta Grossa: Uma análise a partir do Diário dos Campos", defendida em 1997.

O convite para estruturar e dirigir o Departamento de Jornalismo do *Diário dos Campos* no seu relançamento, em 1999, foi uma grata e feliz surpresa. Permaneci sete anos no *Diário dos Campos*, coordenando a redação e, posteriormente, a área de projetos.

Produzir o livro recuperando histórias dos 100 anos do *Diário dos Campos* representou a continuidade de um trabalho iniciado com simpatia nos tempos de universidade. Nessa nova empreitada contei com duas valiosas contribuições no processo de pesquisa: os historiadores Fábio Mauricio Holzmann Maia e Niltonci Batista Chaves.

Vasculhamos histórias, investigamos personagens, garimpamos informações, juntamos peças aparentemente desconexas de um quebra-cabeça e fizemos descobertas emocionantes.

Deparamo-nos com faces de homens brilhantes como Jacob Holzmann, Hugo Borja dos Reis e Juca Hoffmann. Eles foram tão marcantes e atuais, que continuam vivos em cada artigo e campanha que defenderam. O exercício de tentar compreendê-los nas suas lutas e contradições foi fascinante.

Assumimos o quanto seria desafiadora a busca de outros personagens que compuseram o elenco que deu a vida ao *Diário dos Campos* nos primeiros 100 anos. Foram figuras muitas vezes anônimas para o leitor, mas de extrema importância no processo de produção e circulação do jornal. São os chamados “profissionais de bastidores”, representados por linotipistas, revisores, jornalheiros, expedidores, entre diversos outros. Um deles, o linotipista João Santana, permaneceu 53 anos no *Diário dos Campos*.

Entre os grandes tesouros garimpados nesse trabalho está o *clipping* reunindo fotos e recortes dos mais variados jornais brasileiros repercutindo notícias do *Diário dos Campos*, enquanto era dirigido por Juca Hoffmann, entre as décadas de 30 e 60. O material faz parte do acervo da família Hoffman.

Outro achado foi o “Dossiê Narciso”, que reúne toda a produção jornalística de João Casillo no *Diário dos Campos*

nos tempos de ditadura militar. O apelido ao *clipping* pessoal foi dado pela esposa e pelos filhos do ex-repórter, que reconhecem o apreço que ele mantém pelas lembranças da juventude.

O ex-gerente do *Diário dos Campos* Gregório Meleta deixou como herança à família milhares de exemplares das décadas de 50 e 60, cuidadosamente encadernados. Com isso, ainda existe um vasto material a ser explorado com maior profundidade sobre o jornal e as pessoas que participaram da sua história.

Encontramos na crônica um formato que garantiu liberdade para transitar entre diversas memórias e personagens, sem a preocupação com uma ordem cronológica rígida ou com uma redação institucional. Tentei produzir um texto que, embora fundamentado em exaustivas pesquisas, fugisse da roupagem acadêmica e pudesse ser lido com desenvoltura pelo jornalista e pelo jornalista.

Em nenhum momento o objetivo deste trabalho foi gerar uma visão conclusiva sobre o que foi ou o que é o *Diário dos Campos*. As crônicas simplesmente passeiam pela história do jornal, buscando mostrar algumas faces do jornalismo e instigar novos pesquisadores. Há muitas histórias ainda a serem contadas.

Alessandra Pirroncello Bucholdz

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: NASCE UM JORNAL	10
PROCURA-SE UM REDATOR	11
NASCEU!	13
O RUSSO-ALEMÃO VISIONÁRIO	15
A CONSOLIDAÇÃO DA IMPRENSA	17
A NOVA PONTA GROSSA	18
REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA	20
JORNAL NAS RUAS	24
PRIMEIROS DESAFIOS	25
A ESSÊNCIA	27
INÍCIO DE UMA ERA	29
A CAMPANHA CIVILISTA	30
A GRANDE FARSA	33
O EMPASTELAMENTO	35
UM JORNAL REGIONAL	39
UMA JOVEM CHAMADA ANITA	42
O COTIDIANO DA CIDADE	45
UM ILUSTRE VISITANTE	46
UM PRESENTE PARA HUGO	48
O ESPIRITISMO	48
A CAUSA OPERÁRIA	51
O TELEGRAMA	52
UM EUCLIDES NO SUL DO PAÍS?	54
NAS ELEIÇÕES	57
A GRANDE GUERRA	59
PANDEMIA	62
FILOSOFANDO	63
DESPEDIDA	66

EM CENA	68
URBANIZAÇÃO IMPULSIONADA	69
O PAPEL DA IMPRENSA	71
A ARTE E O JORNALISMO	73
A EMPRESA J. CADILHE	75

CAPÍTULO 2 : A ERA JUCA **76**

A PRISÃO	76
RETALIAÇÃO	78
RENOVAÇÃO	80
NOVAS PRÁTICAS	82
A DEMISSÃO DO PREFEITO	85
JUCA E O JORNAL	86
PENÚRIA	88
O PAPEL	89
LINOTIPOS	90
O VISITANTE	92
“OLHA O DI-Á-RIO-DOS-CAM-POS, DI-Á-RIO-DOS-CAM-POS”	93
LIDERANÇA OPERÁRIA	95
JUCA: O POLÍTICO	96
JOÃO SANTANA	99
UM OUTRO HOLZMANN	100
JOVENS REPÓRTERES	101
O BRASIL NO DC	102
OS ANOS 60	103
O ESTUDANTE	105
CANDIDATURA À REELEIÇÃO	107

A DERROTA	109
A VENDA	111
NÃO VALE A PENA VOTO DE AMIZADE	112
NADA DE ASSUNTOS POLÊMICOS	114
DZANZA	115
A MORTE	118

CAPÍTULO III: O NOVO JORNALISMO **119**

TUDO PODE FICAR PARA AMANHÃ... MENOS O JORNAL	121
O GOLPE	124
OS ANOS DE CHUMBO	126
TEM CENSOR NA REDAÇÃO	128
APELIDOS	129
COLUNAS	130
JOÃO MARENDA	132
BEADA	133
O SUPERINTENDENTE IRRITADO	135
A CRISE	135
O CHEFE DA REDAÇÃO	137
UM DIA TRISTE	139
EPÍLOGO	140

CAPÍTULO 1

NASCE UM JORNAL

Naquela terça-feira ensolarada de Ponta Grossa, que marcava no calendário o primeiro dia do ano de 1907, a família Holzmann encontrava-se reunida em torno da mesa para o almoço. Jacob, sua esposa Maria Joana e os oito filhos do casal conversavam alegremente, fazendo planos.

Jacob, que era músico, maestro de banda e alfaiate, preocupava-se em encontrar uma forma de pôr mais dinheiro em casa. Buscava ter algum negócio próprio que fosse capaz de garantir o sustento daqueles sete rapazes e da mocinha Sílvia, única filha mulher do casal.

Alfredo, o filho mais velho, contava então apenas 14 anos, e Álvaro, o caçula, oitavo filho, ia ainda completar 1 ano. Era uma turma grande para sustentar, principalmente em uma época em que as mulheres raramente trabalhavam fora de casa, e o homem sentia-se com a responsabilidade de prover o sustento da família.

O russo-alemão, imigrante que chegou ao Brasil com os alemães do Volga em 1877, era um homem dinâmico e empreendedor. Ele se comprometeu com a esposa a terem, um dia, maior estabilidade financeira, preocupação justa, uma vez que criar todos aqueles filhos exigia recursos financeiros consideráveis.

Jacob, que era também vereador desde 1904, revelava-se um grande entusiasta do progresso da cidade; afinal, Ponta Grossa vinha-se desenvolvendo a passos largos desde a chegada da ferrovia, em 1894. A cidade já contava com um comércio forte e indústrias começavam a se instalar.

Passados três meses daquele almoço, Maria Joana chamou Jacob até o quarto, porque precisava contar-lhe uma novidade. A esposa pediu ao marido que fechasse a porta e, entre um leve sorriso, disse:

— Jacob, este ano teremos mais um filho. Estou esperando bebê.

— Meu Deus! — disse o rursinho — Mais um! Como vamos sustentar nove filhos? Mais do que nunca preciso arranjar um bom negócio, que me traga bons rendimentos.

As preocupações de Jacob aumentavam junto com o crescimento da barriga de Maria Joana. Mas naquele mesmo mês uma solução pareceu surgir para Jacob.

PROCURA-SE UM REDATOR

Toc, toc, toc...

Toc, toc, toc...

— Quem é? — perguntou a voz ainda rouca e sonolenta.

— Senhor Augusto, o capitão Jacob Holzmann o aguarda na recepção — anunciou o mensageiro, do outro lado da porta, sem se identificar.

Sem solavancos, Augusto Silva pôs-se em pé em poucos segundos. Aquele era o pretexto que precisava para se levantar. Acostumado com a rotina da estrada de ferro, pulava cedo da cama todos os dias. No domingo, porém, procurava convencer-se de que faria um bom negócio ficando mais tempo deitado. Na prática só conseguia rolar de um lado para outro.

Os feixes de luz que inundavam o quarto pelas frestas das janelas empenadas do Hotel Artur anunciavam que aquele seria um belo dia. Mais que depressa, o engenheiro se vestiu, passou uma água no rosto, penteou a cabeleira grisalha, alinhou o bigode e desceu as escadarias, em direção à recepção. Mal chegou e já foi abordado:

— Seu Augusto Silva, prazer, sou o capitão Jacob Holzmann!

— Prazer, capitão. No que posso ajudá-lo?

— Sei que é engenheiro da estrada de ferro. Mas ouvi dizer também que na Bahia trabalhou na imprensa. É verdade?

— Sim, quando moço trabalhei em um jornal da minha cidade. Mas o que isso importa?

— Pois bem, preciso da sua experiência para que possamos dar a Ponta Grossa um jornal de verdade!

Em poucos minutos o acordo estava firmado. Mais pelo anseio de voltar a ter contato com a imprensa que pela proposta salarial oferecida, Augusto Silva concordou em dividir seu tempo entre a estrada de ferro e o jornal de Jacob Holzmann.

Ponta Grossa virava o ano de 1900 com 8.335 moradores, quase o dobro da população registrada uma década antes, quando a cidade não tinha mais que 30 ruas e travessas. O crescimento populacional não acontecia ao acaso. A chegada da ferrovia a partir de 1894 determinava um novo ritmo para o processo de urbanização, estimulando a abertura de pequenas e médias empresas e a integração à economia nacional.

Do ponto de vista cultural, a cidade também experimentava mudanças nos primeiros anos do século XX. A ferrovia possibilitava um efervescente intercâmbio cultural com as capitais de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Grupos teatrais e atrações musicais que se apresentariam nas capitais dos três estados aproveitavam a passagem por Ponta Grossa para interagir com a população local, criando um rico ambiente para as manifestações artístico-culturais. As intensas atividades justificaram a existência simultânea de nada menos que três cine-teatros nos primeiros anos do século.

No circuito local as bandas musicais viviam o auge, com torcidas organizadas, apresentações afinadíssimas e repertório cada vez mais selecionado. A disputa entre elas não raras vezes acabava em socos e pontapés, tamanha era a alteração dos ânimos. As principais eram a Lyra dos Campos, do maestro Jacob Holzmann, e a Aurora Pontagrossense, regida por Manoel Cirilo Ferreira.

Numa sociedade ainda sem a influência dos meios de comunicação de massa, o papel social ocupado pelas bandas no entretenimento da população era significativo. Elas eram o centro das atenções nas missas e festas religiosas. Recepcionavam pessoas ilustres que chegavam à cidade, com apresentações na gare da ferrovia. Além disso, davam o tom para o cinema, que até então era mudo.

O cenário de competição instigava a rivalidade entre as bandas e estimulava os ensaios, realizados até a exaustão, em busca dos entrosamentos e apresentações perfeitas. A banda do maestro Jacob Holzmann nunca esteve alheia à confusão. Sempre brigou para trazer os melhores músicos, investiu na formação dos iniciantes e disputou nota a nota a atenção do público. Nem sempre, porém, o esforço e o talento determinavam a garantia de espaço na missa ou no cinema. As indicações muitas vezes falavam mais alto.

A paixão pela música, somada ao espírito empreendedor e à ousadia, logo fez com que o maestro Jacob Holzmann encontrasse uma saída bem original para as restrições impostas à sua banda. Em 1911 ele iniciou a construção do Cine Teatro Renascença, durante várias décadas o mais moderno de Ponta Grossa. Dessa forma, além de investir numa área com que tinha afinidade e da qual gostava, Jacob não precisava mais de permissão para que sua banda tocasse em outros cinemas. Agora ele teria o seu. E o Renascença consagrou-se como o primeiro cinema falado do interior do Paraná a partir de 1928.

NASCEU!

O silêncio era um pacto dos que atentamente queriam assistir à cena naquela sala aperada na Rua Sete de Setembro, na calada da noite de outono de 1907. Alguns pareciam tentar segurar o ar, enquanto outros se esforçavam para esconder a

respiração ofegante, originada pela taquicardia. Ninguém ousava um espirro ou uma palavra.

Num canto do cômodo, um homem moreno, de estatura mediana e nariz achatado, comprimia os beiços carnudos e quase cerrava os olhos, enquanto se dedicava a uma minuciosa operação. Sem instrumentos modernos, João Antunes usava os dedos polegar e indicador, unidos, como pinça no dedicado trabalho de captura de pequenas letrinhas metálicas. Chamavam atenção a agilidade das pontas dos dedos calejados e as unhas encardidas.

Depois de várias manobras e seis horas de dedicação ininterruptas, ele secou com o braço desnudo as gotas de suor que escorriam pela testa. Todos o olhavam com ainda mais tensão. Ele se concentrou em inserir na rama a última linha que formava com o auxílio das letras, e cautelosamente conferiu se o alinhamento da página fora feito com perfeição.

O silêncio foi rompido pelo suspiro de alívio vindo da pequena plateia. Pôde-se, então, ouvir os estalos das pernas e braços que se espreguiçavam. João Antunes olhou para o russo-alemão que avidamente o fitava e convidou:

— Maestro Jacob, quer dar uma olhada?

Mais que depressa, embora meio desajeitado, Jacob Holzmann se aproximou e pôde olhar de perto. Sem conter a ansiedade, deu um sorriso para os que estavam à espera, engoliu a saliva e, emocionado, pôs-se a ler:

— Ao iniciarmos hoje na afanada lide jornalística com esse nosso modesto e desprezioso jornal hebdomadário, nesta cidade inquestionavelmente predestinada a um grandioso futuro, se todos quanto a habitam bem compreendem o que a uma pátria legítima ou simplesmente adotiva devem seus dignos filhos, outro escopo não temos que não o de cooperar resoluta e crentemente para o alevantamento moral e material de Ponta Grossa e para que no Paraná frutifiquem todas as ideias e cometimentos aplausíveis, sem nos envolvermos direta ou indiretamente em questões políticas ou religiosas, as

quais irrefutavelmente não sido em nosso país o mais poderoso fator de palavras e fatos por completo antagônicos aos foros de nossa civilização. *O Progresso*, 27 de abril de 1907, Órgão dedicado aos interesses do município e do estado.

Passados os segundos de êxtase, o gráfico João Antunes tratou de finalizar o trabalho. Aumentou a pressão dos tipos contra a rama e promoveu ajustes em cada uma das extremidades, observando para que o quadro continuasse reto, sem envergaduras. Como prova final de que essa etapa do trabalho estava concluída, respirou profundamente e levantou a rama. As veias saltadas do pescoço davam a dimensão do peso da página montada com os tipos gráficos de chumbo. Mesmo sendo a rama nada mais do que uma moldura de madeira sem fundos, nenhum dos milhares de tipos gráficos que compunham a página se moveu. Aquela página estava pronta. Era só ir para o prelo para gerar a primeira prova. Se o redator Augusto Silva constatasse que os textos impressos estavam fiéis aos seus manuscritos, a capa da primeira edição de *O Progresso* já podia ser rodada.

O RUSSO-ALEMÃO VISIONÁRIO

Jacob Holzmann era russo de nascimento, natural de Saratov. Viera para o Brasil numa leva de imigrantes, em 1877, quando tinha apenas 3 anos. A nacionalidade russa impressa nos documentos era mera circunstância. Ele reconhecia sua identidade nos campos da região, que percorria desde menino, embora tivesse morado três anos na Argentina. Por muito tempo foi chamado de Russinho, apelido que detestava. A provocação mostrava certo preconceito da população local com as pessoas que vinham de fora.

O pai, Jorge Holzmann Sênior, era comerciante. Tinha aberto uma loja de tecidos e outras quinquilharias. A mãe pro-

duzia pepino azedo, Sauerkraut, pão branco e pão preto, que entregava a Jacozinho, a fim de que saísse às ruas para vender.

A paixão pela música invadiu Jacob desde cedo, mas foi represada pelo pai, que considerava os músicos boêmios e vagabundos. A habilidade, porém, o fez aprender música sem contrariar o pai. Na hora de escolher a profissão, Jacob anunciou em casa que seria alfaiate. E foi na alfaiataria do Seu Silvério — que era músico — que ele teve as primeiras aulas. Foi maestro da Banda Lyra dos Campos e não desperdiçou empenho para ver a sua filarmônica despontar. Aceitou todos os desafios, não recusou viagens longas, nem se absteve de aventuras em estradas esburacadas para participar de apresentações. Anos mais tarde, levou cinco irmãos para a música.

Jacob ainda era moço, quando resolveu que não queria mais ser tratado como Russinho. O apelido o incomodava tanto pelo tom de “caçagem” como pela insistência em negar sua condição de brasileiro.

Comerciante, dono de alfaiataria e da Casa Progresso, Jacob juntou suas reservas e conseguiu o título de capitão da Guarda Nacional. Esse caminho foi também percorrido por diversos imigrantes que se estabeleceram em Ponta Grossa e eram vítimas do mesmo preconceito. Os títulos ajudavam-nos a livrar-se das chacotas e impunham respeito. Em vez de Russinho, ele passava a ser tratado como capitão Jacob.

Em 1904, Jacob decidiu que se candidataria à camarista (vereador nos dias atuais). Ele acompanhava de perto o desenvolvimento da cidade e era um dos entusiastas do progresso que a cercava. Acreditava que, fazendo parte do Legislativo, poderia contribuir para acelerar ainda mais o progresso.

Com 447 votos, foi o quinto mais votado entre os oito camaristas eleitos. O comerciante Ernesto Guimarães Vilela elegeu-se prefeito, com 645 votos. Na Câmara Municipal, Jacob foi nomeado para compor a Comissão de Redação, Contas e Orçamentos.

O primeiro projeto de lei apresentado por ele propunha a abertura de um crédito suplementar no orçamento para a aquisição de terrenos na antiga fazenda Botuquara pela Câmara

Municipal. O objetivo era adquirir terras, para o Legislativo poder concedê-las aos munícipes quando julgasse conveniente. A dação de terras pelo poder público era uma prática comum na época, para incentivar a ocupação do município. O projeto foi aprovado por unanimidade.

Outro assunto que chamava a atenção de Jacob era o meio ambiente. Quando a sociedade sequer esboçava preocupações com a saúde do planeta, ele levou à Câmara Municipal a discussão sobre os abusos cometidos por indivíduos que estouravam bombas de dinamite nos rios e tanques do município, prejudicando inclusive a pesca. A bronca era porque, embora essa fosse uma prática proibida pelo Código de Posturas, a infração continuava, por falta de fiscalização e aplicação de penalidades. A proposta era criar o cargo de fiscal dos rios, com poder para aplicações de multa de 100\$000 a quem descumprisse o Código de Posturas.

Nas suas andanças como camarista, Jacob Holzmann cada vez mais se contagiava pelo desenvolvimento da cidade. Ponta Grossa assumia o papel de principal entroncamento ferroviário do sul do país, apresentava um crescimento populacional vertiginoso e tinha ainda a indústria e o comércio em franca expansão, sepultando definitivamente o papel de vila de Castro. Do que mais a cidade precisava?

A CONSOLIDAÇÃO DA IMPRENSA

A passagem do século XIX para o XX assinalava a transição da pequena à grande imprensa nos principais centros urbanos brasileiros. A consolidação da imprensa era sinônimo da confirmação do desenvolvimento, da instrumentalização da democracia, do culto à liberdade de expressão.

A imprensa passou a traduzir as novas ideias e hábitos gerados pelas transformações vivenciadas pela população,

tornando-se o espaço privilegiado para a discussão dos problemas e rumos da sociedade. Reforçando essa condição, a imprensa do início do século XX era um dos principais canais de informação e de transmissão de valores.

Nas grandes cidades os jornais gradativamente deixavam de ser uma aventura pessoal e isolada de quem os escrevia para serem pensados como empresas, dotadas de infraestrutura, de organização e de faturamento.

Até a publicidade começava a ser repensada, com a contratação de poetas e escritores para criação de slogans, testemunhais ou versos para promover produtos, numa postura mais profissional. Os equipamentos eram praticamente todos importados. As “sucatas” que restavam eram vendidas aos jornais do interior, que demoravam mais a aderir aos novos investimentos e à nova fase da imprensa brasileira.

Do ponto de vista do designer gráfico, a mudança era pequena. A frieza das colunas continuava, sem a incorporação de elementos novos que pudessem revolucionar a “cara” dos jornais. A utilização de clichês com imagens ainda era restrita, tendo em vista o alto custo da técnica. Os textos mantinham o estilo telegráfico e não apresentavam grandes mudanças na concepção nesse primeiro momento. A grande maioria das cidades importantes passava a ter jornais diários, que trabalhavam com a notícia em tempo real, embora o conceito de notícia ainda fosse algo pouco consistente.

A NOVA PONTA GROSSA

O crescimento rápido garantiu a Ponta Grossa apropriar-se dos principais símbolos do progresso, com exceção de um: a consolidação da imprensa. Alguns jornais até apareciam, mas também desapareciam numa velocidade surpreendente. Não tinham periodicidade definida, encontravam dificuldades

em estruturar-se, sofriam perseguições políticas e não conseguiam transpor o caráter panfletário. Por mais esforço que fizessem, as publicações locais não adquiriam impulso para refletir o fenômeno cultural em que se transformara o jornalismo, como fruto da modernidade e formador de uma opinião pública letrada.

Essa condição retratava de certo modo a fragilidade no desenvolvimento de Ponta Grossa, onde as manifestações de pensamento continuavam controladas no cabresto, em oposição ao fortalecimento dos jornais como porta-voz dos anseios populares, campo de debate de ideias e expressão da democracia.

Jacob Holzmann sabia desse movimento e, como político e cidadão, sentia-se provocado quando, em reunião ou conversa com pessoas de outras localidades, era indagado sobre o número de jornais existentes na cidade e a periodicidade com que circulavam.

O destino se encarregou de acirrar a provocação. No início de março de 1907, Aldo Silva, proprietário do jornal *O Comércio*, o procurou:

— Maestro Jacob, tenho um ótimo negócio a lhe propor....

E Aldo Silva falou a Jacob da impossibilidade de manter em circulação o jornal que dirigia. A hostilidade política dificultava sua manutenção. A proposta era que Jacob comprasse por um conto de réis a tipografia completa.

Sendo empreendedor, Jacob viu a fundação de um novo e atuante jornal como uma oportunidade de negócio interessante, a exemplo do que acontecia nos grandes centros. Um jornal com periodicidade, com credibilidade, com anunciantes e com assinaturas teria tudo para dar certo.

Um outro fato o ajudou a ter uma resposta rápida para a oferta. Se Aldo Silva não vendesse a tipografia, teria que transferi-la para Itararé, onde planejava se instalar. Nesse caso levaria consigo o gráfico João Antunes para dar continuidade ao trabalho em outra cidade. Só que, além de gráfico, Antunes era também o trombonista da Banda Lyra dos Campos.

Com o empréstimo de um conto de réis, conseguido de amigos, Jacob Holzmann fechou negócio com Aldo Silva, adquirindo a prensa, as caixas de tipos gráficos e toda a parafernália que pertencia ao jornal *O Comércio*. O local onde funcionaria o novo periódico estava definido: um imóvel pequeno e acanhado na Rua Sete. João Antunes, ou Jango Antunes, como era conhecido, seria o tipógrafo, trazendo para a equipe outros poucos profissionais que trabalhavam com ele na composição e impressão.

A estrutura montada, no entanto, não era suficiente para dar vida ao jornal. Ainda faltava o principal, alguém que comandasse a redação. Nos idos de 1900, nem se falava em faculdade de jornalismo. O perfil de profissional que se buscava era o de alguém culto, com domínio da língua portuguesa, faro e sensibilidade para os fatos, além de muita disposição para defender o interesse público.

Jacob Holzmann teve muita dificuldade para encontrar alguém com o perfil que procurava. A polêmica, sempre presente no jornalismo, assustava os mais tradicionalistas. E quem atendia o perfil necessário para assumir a redação no jornal não se ajustava ao salário modesto oferecido no início.

Depois de muitas sondagens, ele ficou sabendo que no Hotel Artur estava hospedado um engenheiro recém-chegado da Bahia, de nome Augusto Silva, que viera trabalhar nas obras da estrada de ferro.

REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

O título *O Progresso* surgiu em uma roda de amigos. Inicialmente, pensou-se em chamar o jornal de *O Pontagrossense*. Todavia, além de extenso, o nome parecia dar uma conotação muito local à publicação, o que poderia não ser interessante no futuro. A denominação *O Progresso* parecia mais

adequada, tanto à conjuntura econômica, histórica e cultural vivenciada pelo município como às expectativas que eram depositadas no negócio.

O jornalismo que começava a ser praticado no país não se esquivava da defesa de bandeiras e da condenação de posicionamentos ou pontos de vista que os jornalistas e donos de jornais julgassem incorretos ou equivocados. Muitas vezes eles se posicionavam como se existisse uma luta constante entre o bem e o mal.

O jornal de Holzmann nascia com cinco colunas, sem título ou fotos. Os textos seguiam um estilo telegráfico, com uma linguagem bastante pessoal e adjetivada, retratando com perfeição o jornalismo interiorano no início do século XX. As linhas que separavam as colunas também eram um recurso comum na época, contribuindo ainda mais para a aparência sisuda e carregada dos jornais.

As dificuldades gráficas de *O Progresso* eram imensas. O jornal era feito praticamente todo de forma manual, o que obrigou a equipe a iniciar com uma periodicidade semanal, embora o anseio fosse de produzir um jornal diário. O maquinário, assim como acontecia em praticamente todos os jornais interioranos, era resultado do descarte feito pelos grandes veículos de comunicação.

As novidades tecnológicas levadas aos grandes centros urbanos — diga-se de passagem, tardiamente em relação aos movimentos europeus — faziam com que as empresas vendessem as relíquias aos pequenos jornais que se iniciavam no ramo. Isso fez com que vários estágios tecnológicos da imprensa brasileira convivessem simultaneamente.

O *Jornal do Brasil*, sediado no Rio de Janeiro, foi um dos primeiros a se modernizar. Em 1894, três anos após sua fundação, ele já era impresso em rotativas Marinoni. O processo de impressão era feito pelo sistema de cilindro contra cilindro, que proporcionava velocidade, aliada a uma melhor qualidade na impressão. O mecanismo ainda possibilitava o abastecimento automático de papel, integrando operações.

Na outra ponta, *O Progresso* era o retrato da pequena imprensa que procurava se estabelecer. O prelo, que já vinha do jornal *O Comércio*, depois de ter sido adquirido de outras tipografias, era dos primeiros importados no Brasil. A impressão era pelo sistema plano contra plano, que, antes da rotativa, já havia sido superado pelas máquinas rotoplanas, que trabalhavam no plano contra cilindro.

Na etapa de impressão de *O Progresso*, a fôrma montada era colocada sob o prelo, e o operador embebia o rolo na tinta, passando-o sob os tipos e clichês que compunham a página. Sem perder tempo, e para evitar a secagem da tinta outro operador colocava a folha de papel na fôrma e descia a alavanca, para que a prensa comprimissem o papel contra os tipos, produzindo a impressão. Como cada jornal tinha quatro páginas, cada exemplar demandava quatro impressões. O detalhe era que o papel-jornal era vendido em rolos, e o processo era todo manual. Isso demandava o corte das folhas, uma por uma.

Um outro choque tecnológico vivenciado pela grande imprensa brasileira diz respeito ao processo de composição das páginas de jornal, com a invenção da linotipo, que trouxe velocidade ao sistema de composição mecânica. Mas de seu lado, o sistema tradicional utilizado por *O Progresso* exigia do gráfico um alto grau de perícia, num trabalho manual estritamente moroso.

O sistema ainda era o de tipos móveis, ou seja, de letras soltas feitas à base de chumbo, que precisavam ser unidas para a formação de palavras e frases. A caixa de tipos gráficos utilizava era a francesa, repleta de divisórias, cada uma delas ocupada pela mesma letra, em igual tamanho. O detalhe é que o ordenamento não levava em conta a sequência alfabética da língua portuguesa, de modo que as letras mais utilizadas na língua francesa, como "a", "e" e "o" e algumas consoantes ocupavam o centro da caixa, região de mais fácil acesso. Com isso, o tipógrafo tinha que memorizar a posição das letras na caixa para que fosse direto ao compartimento certo ao buscar cada letra para a formação de uma palavra.

As letras pequenas compunham o corpo do texto e as maiores eram reservadas para os títulos, quando usados. Existiam os tipos garrafais, para o título do jornal, por exemplo. Eles vinham grudados num suporte de madeira, porque eram muito grandes, e se fossem feitos inteiramente de chumbo, ficariam muito caros e pesados.

As linhas eram montadas inicialmente com componedor, um instrumento metálico em que era colocada a clara, uma plaquinha de metal com a largura pretendida para cada coluna. O componedor era ajustado de modo a deixar a clara fixa e permitir que sobre ela fossem depositadas as letras, formando palavras e frases, e depois de formar uma linha, o tipógrafo puxava cuidadosamente a clara do componedor, retirando junto com elas as letras na ordem certa. O conjunto era depositado e ajustado na rama, já dividida em colunas, formando o texto, linha a linha.

Com isso, o trabalho para montar uma página de jornal era impiedoso. E pior, não se esgotava ali. Depois da impressão, era necessário desmontar a página, retirando as letras, uma a uma, colocando-as no local próprio na caixa, sob o risco de não as localizar mais tarde.

Não era à toa que a linotipo causava frisson e era considerada uma das principais revoluções industriais do jornalismo mundial nos últimos séculos. Ela reinventou o trabalho do compositor. O profissional agora só precisava digitar o texto no teclado da linotipo, e então a máquina sozinha reunia as matrizes para fundir uma linha. E após o uso, o material era refundido, sem necessidade de separação dos tipos.

Como toda revolução, essa também teve seu preço. O aprimoramento do processo gráfico trazido pela linotipo criou condições para que um linotipista passasse sozinho a fazer o trabalho de uma equipe. Assim, as demissões em massa foram inevitáveis.

Para *O Progresso*, bem como para a grande maioria dos jornais interioranos, no entanto, por algumas décadas a linotipo não passou de um sonho. Era preciso primeiro avançar em

processos e procedimentos básicos, tentando substituir equipamentos que há muito tempo já deveriam estar instalados nos museus.

JORNAL NAS RUAS

O sol ainda não tinha aparecido quando Epaminondas saltou da cama e seguiu aos trotes, de calças curtas e pés descalços, em direção à rua Sete. Abriu devagar a porta da tipografia e se deparou com o pai, Jacob Holzmänn, conferindo uma a uma as quatro páginas da primeira edição de *O Progresso*.

— Minonza, ajuda a dobrar o jornal — ordenou o pai, cujo cansaço podia-se perceber pela olheira saliente.

Prontamente Epaminondas obedeceu e, sem pestanejar, começou a dobrar um a um os quinhentos exemplares impressos. No começo, sentia-se meio desajeitado. A dobradura começava em uma linha e terminava pelo menos cinco centímetros acima. Os tipógrafos chamaram atenção, e Minonza percebeu que o trabalho demandava mais atenção do que previa. Lá pelos cento e tantos jornais dobrados, porém, ele já estava craque. Parecia que nascera para dobrar jornais. Terminada a tarefa, o menino magrelo se encheu de força, pegou um fardo rechonchudo de jornais, e já caminhava em direção à porta quando Jacob o abordou:

— Epaminondas, você vai anunciar o que, se ainda não sabe nem o que está escrito no jornal?

Era verdade. Na sua falta de experiência, Minonza se esquecera de que jornais se vendiam pelo conteúdo e que, para anunciá-los, era preciso antes os conhecer. Parou alguns minutos para uma leitura rápida, prestou atenção nos comentários que Augusto Silva fazia sobre os textos publicados e só então despencou, gritando morro acima, morro abaixo, embaixo do sol do meio-dia.

— Capitão Jacob Holzmann lança *O Progresso* ... Veja a notícia sobre a morte da baronesa de Capanema ... Leia o artigo sobre Tiradentes... Leia *O Progresso*... Minonza tinha acertado com o pai uma comissão de 10% sobre o valor dos jornais vendidos. Ele já tinha alguns endereços certos para deixar o jornal, embora isso não necessariamente significasse vendas fechadas. Eram conhecidos ou pessoas que o pai julgava que poderiam ter interesse pela publicação. A primeira edição era entregue como uma cortesia e, se não fosse devolvida, entendia-se que os donos da casa gostariam de continuar recebendo o jornal, ou, em outras palavras, que se tornariam assinantes ou compradores dos exemplares. A cada entrega, Minonza já computava sua comissão. Tinha a venda dada por certa, embora fosse apenas especulação. E nem se incomodava das idas e vindas, já em meio ao sol forte na Rua Sete, para reabastecer o carregamento de jornais.

Nem todos os exemplares ficaram em Ponta Grossa. Minonza providenciou, a pedido do pai, a expedição de alguns para Curitiba e cidades vizinhas. Outros fizeram até viagem internacional! Foram enviados para a Argentina, onde moravam membros da família Holzmann.

PRIMEIROS DESAFIOS

Embora Jacob já estivesse alinhado com a perspectiva de administração do jornal como empresa, assim como acontecia com os principais veículos de comunicação do país, ele não contava com as barreiras políticas, culturais e empresariais da região.

Logo na primeira semana, muitas pessoas começaram a devolver à redação a primeira edição de *O Progresso*, sinalizando que não seriam assinantes. As justificativas eram as mais

diversas: preço alto, recebimento de outros jornais, indignação por não ter sido incluído na primeira leva de jornais entregues e ausência do hábito de leitura. Além disso, havia pessoas que simplesmente não sabiam ler. Nessa época, as estatísticas nacionais apontavam que somente dezesseis de cada cem brasileiros eram alfabetizados.

Dos jornais destinados à venda avulsa só cinco foram comercializados na primeira edição. Apavorado, Minonza começava a refazer os cálculos de sua comissão, numa perspectiva bem menos otimista. Paralelamente, sob a orientação de Jango Antunes, iniciou também como aprendiz na composição. Agora ele era dobrador, entregador, vendedor e aprendiz de tipógrafo.

O desejo de Jacob de transformar seu jornal em diário mostrava-se cada vez mais difícil de se realizar. Convocado pelos chefes da Estrada de Ferro para trabalhar na turma de lotação da linha de São Francisco, em Santa Catarina, Augusto Silva teve uma passagem breve pela redação de *O Progresso*. Depois dele, o fluminense João Dutra, também funcionário da Estrada de Ferro, assumiu a direção de jornalismo.

O atraso tecnológico era um grande entrave. A defasagem dos equipamentos não permitia a agilidade do processo. A montagem de cada página envolvia precisão e muita paciência. Logo Jacob percebeu que o investimento em melhorias no processo era inevitável.

A primeira grande investida para impedir que o jornal fechasse aconteceu já em 1908. Inicialmente, o cômodo apertado da Rua Sete de Setembro foi substituído pelo antigo depósito da firma Carlos Luhn & Cia. A prensa foi trocada por prelo alemão, comprado de segunda mão, em Curitiba. Embora mais moderno que o anterior, ele era de ação manual, exigindo que um gráfico ficasse quase duas horas girando a manivela ligada à polia para que pudesse funcionar. Como o paginador também era o impressor, o jornal acabou tendo que contratar uma pessoa só para rodar o prelo.

O material gráfico também sofreu melhorias. A impressão passou a ser feita em duas páginas, simultaneamente, com a utilização de papel Germânia cor-de-rosa, importado diretamente de Hamburgo. Na oficina de obras foi instalada uma máquina de cortar papel em formato maior. Novas fontes de tipo foram adquiridas e ainda foi montada uma seção de papelaria.

A reforma garantiu mais agilidade e representou um novo alento para *O Progresso*. Assim, em vez de fechar as portas, como muitos previam, o jornal passou a ser editado três vezes por semana.

Paralelamente, Jacob Holzmann percorria quilômetros e quilômetros de estradas de terra em viagens demoradas e sofridas no interior do Paraná, em busca de assinantes e novos anunciantes. Ele insistia no desejo de consolidação da imprensa dos Campos Gerais.

A ESSÊNCIA

Jacob Holzmann e João Dutra acompanhavam a montagem e a impressão de *O Progresso*, quando foram interrompidos pelo barulho de passos, que denunciavam a chegada de alguém à recepção do jornal. Ao levantar-se para recepcionar o visitante, Jacob não pode evitar o olhar analítico e perturbador, frente à figura tão desconcertante que surgia. Foi o estranho homem quem puxou a conversa:

— Procedo de São Paulo e já instalei meu escritório de representações no Hotel Gussoni. Sei que é o primeiro escritório do ramo que se abre nesta terra, por isso quero contratar a publicação destes anúncios — disse com voz ligeiramente fanhosa, tirando do bolso alguns originais.

A inquietação de Jacob tinha sentido. Em pleno início de verão de 1908, aquele homem aparecia vestindo um fraque reluzente e amassado, contrastando não só com o calor que

fazia, mas também com a gravata-borboleta e o chapéu-coco que completavam o traje. Os cabelos encaracolados estavam sufocados no chapéu, enquanto o vasto bigode tentava esconder os dentes tortos e salientes. A estranha impressão, no entanto, foi gradativamente desfeita pelo tom franco e a conversa agradável do novo empresário, que não tinha mais que 23 anos.

Hugo Mendes de Borja Reis tinha recém-chegado a Ponta Grossa por recomendação médica. O clima de São Paulo não era mais propício à sua saúde, seriamente agravada nos últimos tempos. A madrastra e dois irmãos paternos fizeram questão de acompanhá-lo.

Enquanto conversava com Jacob, Hugo dos Reis mostrou-se bastante familiarizado com as letras e com o ambiente de jornal. Logo ele explicou de onde vinha a empatia:

— O cheiro de tinta de impressão me faz um bem danado. E quando o paginador, como estou ouvindo, bate o martelo pesado sobre o pedaço de madeira, para completar a justificação e apertadora da forma tipográfica na rama, que nem agora, ouve?... Esse ruído cadenciado me soa a castanholas... Eh, eh, eh!

O comentário não era para menos. O gráfico que executava a paginação era João Antunes, o músico da Lyra dos Campos.

— Pois saiba, meu caro senhor, que sempre estive metido na imprensa. Verso e prosa. Bem, sejamos francos: sou jornalista. Sabendo que é praticamente impossível viver das letras no interior, arranjei boas representações e agora me preparo para alcançar duas coisas em sua terra: recuperar a saúde e fazer minha independência econômica!

A sedução pelo jornalismo, no entanto, parecia mais forte. No dia seguinte, Hugo dos Reis já iniciava sua participação em *O Progresso*, abandonando o segundo sonho.

INÍCIO DE UMA ERA

Embora tivesse chegado de São Paulo, Hugo dos Reis era fluminense de nascimento. A vivência nos principais centros urbanos dava o tempero da sua formação ligada às letras e ao saber científico. Por natureza, ele via o mundo a partir de uma ótica e lógica “urbana”, que valorizava o cientificismo e o academicismo. Como bom jornalista, sempre estava atento aos acontecimentos, discutindo e acompanhando de perto os caminhos seguidos pela humanidade. Era leitor contumaz da literatura do seu tempo, que descrevia e dialogava com o universo social. Ele transitava entre as correntes literárias do romantismo, do realismo e do simbolismo, representadas por autores como Charles Dickens, Victor Hugo, Gustave Flaubert, Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Visconde de Taunay e Charles Baudelaire, entre outros. Conseguia agregar à sua formação ingredientes de todos os movimentos, embora a expressão romântica se mostrasse como a mais viva. Essa influência, no entanto, não colocava limites na sua vontade de mostrar faces mais reveladoras da realidade.

Na redação de *O Progresso*, dia a dia ele mostrava ser capaz de debater qualquer assunto, usando para isso tanto a linguagem coloquial como a erudita. Apresentava extrema sensibilidade ao conceber poemas, tenacidade ao escrever os editoriais e coerência e senso de justiça ao defender ideias por meio de artigos.

O ritual de produção era sempre o mesmo. Na sala decorada apenas pelos poucos móveis rústicos espalhados, onde não havia sequer uma máquina de escrever para facilitar o trabalho, ele se inclinava na cadeira colonial, e com a caneta-tinteiro ia traçando linhas bem legíveis em tiras de papel acetinado, com velocidade prodigiosa. Enquanto isso, descansava a perna esquerda sobre a direita, marcando compasso. Enquanto relia o texto, tinha o hábito de arrumar o bigode ou esfacelar a

ponta do cigarro com a mão esquerda. Os assovios denunciavam que o processo criativo estava concluído. Era só mandar o texto para o paginador.

A empatia gerada pelas ideias de Hugo dos Reis logo começou a render mais leitores a *O Progresso*. Para valorizá-lo, Jacob Holzmann criou o cargo de redator literário, substituindo depois por redator secretário. Paralelamente ao trabalho em *O Progresso*, Hugo dos Reis passou a editar o semanário *A Vedeta*, com Vicente Postiglioni, e o jornal literário *Escalpel*, com Teixeira Coelho e Gigi Damiani, decidindo fechar o escritório de representações, para o qual não tinha tempo.

A CAMPANHA CIVILISTA

Hugo dos Reis terminava calmamente de enrolar o cigarro, preparando-se para acendê-lo, enquanto pensava no próximo artigo que escreveria, quando foi abruptamente interrompido por Epaminondas Holzmann, que atravessou a redação feito um tufão, esbarrando nas cadeiras e virando o pote de nanquim sob a mesa.

— Meu pai mandou que eu viesse correndo te entregar isso. Ele falou que você ia gostar de saber — argumentou, estendendo as pequenas mãos lambuzadas de tinta e já se esquivando com medo da represália pelo modo estabonado com que tinha invadido a redação.

— Sente-se e descanse, Minonza. Você não se machucou? — indagou Hugo dos Reis, como sempre surpreendendo o menino com seu jeito paciente e afável.

O jornalista desdobrou calmamente o que parecia ser um telegrama, carimbado pelas impressões digitais do filho de Jacob. Apesar do texto estar borrado, ele não teve dúvida em relação ao conteúdo, virando-se para o menino com ar triunfante.

— Seu pai tinha razão, Minonza. É a melhor notícia que recebi nos últimos dias. Prepare se, a campanha civilista enfim foi deflagrada!!!

O telegrama confirmava os bastidores que desde o início do ano Hugo acompanhava. A convenção realizada no dia 3 de outubro de 1909, no Teatro Lírico, na Bahia, lançava a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, em oposição à candidatura do marechal Hermes da Fonseca.

Mesmo depois de se ter mudado para Ponta Grossa, Hugo dos Reis continuou vivenciando e interagindo ativamente com as causas nacionais, acompanhando os acontecimentos passo a passo. A candidatura de Rui Barbosa significava para ele uma real possibilidade de pôr fim à política do café com leite, vigente desde o início da República Velha, que revezava o poder na mão da elite agrária de São Paulo e de Minas Gerais.

A candidatura de Rui Barbosa incorporava grandes propósitos nacionais, como a democracia, a liberdade e o civilismo. De um lado, o brasão do marechal Hermes da Fonseca representava a força da espada e da baioneta. De outro, o brasão de Rui Barbosa incorporava o simbolismo das leis e da pena.

O tradicional cenário eleitoral, no entanto, exigia cautela. As eleições no Brasil não passavam de cenas teatrais, produzidas para dar legitimidade ao processo. Eram baseadas nas falsificações de atas e no voto de cabresto. Raramente havia chapas de oposição disputando as eleições. O “normal” eram nomes de consenso, que acabavam praticamente elevados à condição de governantes.

Mesmo conhecendo os meandros da política, Hugo dos Reis não titubeou em assumir a causa. Ele se sentia fortalecido na medida em que percebia a gradativa transformação de Ponta Grossa num núcleo urbano que, no seu entender, poderia mostrar-se suscetível às teses defendidas por Rui Barbosa em sua campanha.

Do mesmo modo, porém, não era novidade para Hugo dos Reis que, paralelamente à sedução da modernidade e do progresso urbano vivenciado pela cidade, as relações políticas locais ainda estavam fortemente atreladas aos tradicionais grupos agrários que dominavam hegemonicamente a política local e que reforçavam incondicionalmente a candidatura do Marechal Hermes. Assim, a postura assumida por ele nos editoriais confrontava com os interesses políticos de grupos que detinham o poder, gerando um inevitável clima de tensão entre *O Progresso* e lideranças locais.

O tema já vinha sendo debatido nas páginas do jornal um ano antes da confirmação da candidatura, quando as negociações políticas eram travadas nos bastidores. Na edição de 5 de outubro, *O Progresso* já publicava um artigo de Rui Barbosa, falando sobre as bases da campanha.

No artigo "Para onde vamos", publicado na edição de 8/2/10, o jornal reforçava o posicionamento editorial explícito durante toda a campanha. Nele, Hugo dos Reis alertava: *A candidatura de Hermes atirou a nação a uma aventura política arriscadíssima. Se ela, imposta pela força bruta, como vai sendo, sair triunfante, uma catástrofe sobreviverá ao Brasil. Os elementos perturbadores da ordem pública não estão com os civilistas, que nesse momento representam a nação...*

Textos em defesa da candidatura de Rui Barbosa também ganharam espaço. Mesmo chegando à redação quando a edição estava praticamente fechada, o *Manifesto dos Operários de Curitiba* foi composto às pressas e anexado ao jornal. O conteúdo era emblemático, e um dos parágrafos, em especial, tocou Hugo dos Reis nas suas mais profundas convicções: *o operariado que é uma força consciente, a musculatura rija que impulsiona o progresso, não pode se manter indiferente à peleja da qual depende o futuro da república.*

A GRANDE FARSA

O forte engajamento dos jornais brasileiros durante as campanhas eleitorais, seja chamando atenção para o processo, seja discutindo a política ou tentando arregimentar votos em favor de algum candidato, dificilmente conseguia motivar desdobramentos novos ao viciado processo eleitoral vigente durante as quatro décadas da Velha República (1889-1930).

O chamado sufrágio universal só tinha essa concepção no nome. O Decreto n. 6, de 19 de novembro de 1889, impedia de votar qualquer pessoa que não soubesse ler ou escrever, ou seja, entre 60 e 65% da população brasileira do período. Além disso, o voto feminino era proibido, por ser considerado imoral, anárquico e capaz de provocar a dissolução da família brasileira.

A idade mínima para votar era de 21 anos, mas a regra não servia para os casados, oficiais militares, bacharéis formados, doutores e clérigos, que podiam exercer o direito independentemente da idade.

Desse modo, as eleições só tinham condições de representar os anseios de uma pequena parte da população. Mesmo assim, como o voto não era obrigatório, muitos abriam mão do direito e nem se davam ao trabalho de comparecer nas urnas. Esse posicionamento não acontecia ao acaso. A falta de preocupação política com a classe trabalhadora fazia com que muitos homens se mostrassem alheios à discussão, que na prática não trazia qualquer contribuição para a sua qualidade de vida. Os que iam votar, normalmente faziam isso por intervenção dos seus patrões e de políticos locais, ou simplesmente para passear e assegurar uma atividade diferente, sem preocupações maiores com que o gesto representaria. Com isso, a eleição presidencial de 1930 conseguiu reunir cerca de 5% da população nas urnas.

A fraude também era comum na época e detonava a credibilidade do processo eleitoral. Votos eram forjados, aconteciam em duplicidade ou simplesmente eram acrescentados ou retirados durante o escrutínio. Assim, o que de fato acontecia nas urnas representava bem pouco.

Nas eleições municipais a confusão era bem maior. A autonomia concedida aos estados pela Constituição de 1891, para que deliberassem sobre o processo eleitoral nos municípios, fez com que houvesse no país uma grande variação de normas e regras, a ponto de algumas localidades terem prefeito, outras intendentess, outras superintendentes, agentes do executivo e por aí fora. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, o presidente da Câmara Municipal também respondia pelo executivo. No Ceará e na Paraíba, era o governador quem indicava o prefeito. Em outros estados escolhiam-se prefeitos das capitais, das estâncias hidrominerais e das cidades.

O ritual no dia da eleição previa a mesa eleitoral posicionada num canto separado da sala. O eleitor se aproximava, apresentava o título, assinava o livro e depositava a cédula de papel, que já trazia de casa. As cédulas podiam ser recortadas de jornais, já com o nome do candidato impresso. Cabos eleitorais também se encarregavam da distribuição na hora. A eleição nesse período acontecia sem que houvesse a exigência do registro das candidaturas e a filiação a partidos. Dessa forma, qualquer pessoa poderia ser votada.

Era comum os títulos eleitorais ficarem nas mãos de políticos locais, sendo entregues somente no momento da eleição, com a orientação sobre em quem votar. A lei eleitoral de 1904 facilitou ainda mais esse controle, introduzindo o mecanismo do voto a descoberto. O eleitor apresentava duas cédulas, que deviam ser assinadas diante da mesa eleitoral, datadas e rubricadas pelos mesários. Uma era depositada na urna, como registro do voto, e a outra ficava em poder do eleitor, que não raras vezes precisava apresentá-la para cabos eleitorais e figuras, comprovando em que votou.

O EMPASTELAMENTO

Incomodado com artigos escritos por João Dutra, redator-chefe de *O Progresso*, o engenheiro fiscal do governo junto à Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande do Sul resolveu lançar, com apoio de políticos locais, o jornal *Diário do Paraná*, em 1909.

A discussão com o fiscal mexia com os ânimos de Dutra, que tinha sido funcionário da estrada de ferro. Hugo preferiu não se envolver na discussão. Ele dedicava a maior parte do seu tempo analisando os desdobramentos da crise gerada desde o início do século entre Paraná e Santa Catarina para definição do limite entre os estados. Apesar disso, os opositores de João Dutra creditavam a ele os textos publicados em *O Progresso*. Na verdade, esse era mais um pretexto para políticos locais insatisfeitos com as correntes filosóficas defendidas por Hugo dos Reis juntarem-se ao fiscal numa campanha contra os dois jornalistas. O clima foi-se tornando cada vez mais tenso, a ponto de um ferroviário procurar o proprietário Jacob Holzmann para falar das ameaças.

— Tome cuidado! Fala-se em espancar os redatores e empastelar o jornal. Outro aviso de Artur Brasil, uma figura temida na região:

— Jacob, tenha cautela... Fui procurado para comandar uma turma de capangas que os do outro lado contrataram para empastelar *O Progresso* e expulsar o velho Dutra da cidade, espancando todo mundo que se meter no assunto e, se possível, mandando desta para melhor o tal Hugo.

Além de fazer o alerta, Artur Brasil decidiu dar a Jacob o dinheiro que tinha recebido para comandar os capangas, solicitando que ele fizesse doação em seu nome à Santa Casa. Brasil era leitor contumaz do jornal e tinha uma assinatura em cada cidade onde residia: Ponta Grossa, Curitiba e Antonina.

Na manhã de 28 de maio de 1909, João Dutra e Hugo dos Reis comandavam o fechamento da edição do dia, quan-

do viram pela janela alguns políticos acompanhados de mais de dez capangas se posicionarem em frente ao jornal. Um dos capangas, João Carroceiro, tomou a frente e falou em nome do grupo:

— Ponta Grossa, por esse seu emissário, exige a expulsão de João Dutra da cidade.

Aos setenta anos e exibindo um corpo franzino, João Dutra sentiu-se apavorado e esboçou uma tentativa de fuga, que foi contida por Hugo dos Reis. O jornalista saiu em sua defesa, tentando dialogar com o grupo, mas João Carroceiro atingiu-o na cabeça com um golpe, usando um pedaço de tubo de ferro galvanizado. O jornalista caiu, embebido de sangue.

Os demais jagunços invadiram a redação, encurralaram os gráficos e desferiram golpes com barras de ferro sobre o prelo e as máquinas de impressão. Dutra foi agarrado pelos braços e pernas, espancado impiedosamente e arrastado pela praça pública. Em meio a socos, pontapés e com uma faca o espetando na altura dos rins, foi obrigado a entrar num trem parado na Estrada de Ferro da Praça Munhoz da Rocha com destino a São Paulo, sem ao menos poder comunicar a mulher e os filhos. Gravemente ferido, Hugo dos Reis foi acudido por amigos, que solicitaram auxílio médico.

A polícia não apareceu para conter o massacre. Dias depois, souberam que havia ordem expressa para que o destacamento policial permanecesse no quartel enquanto acontecia a pancadaria.

O empastelamento de *O Progresso* gerou comoção. Operários, empresários e amigos se organizaram para defender a vida de Hugo dos Reis, de Jacob Holzmann e dos trabalhadores do jornal. O empresário Henrique Thielen liderou uma comissão montada para resgatar João Dutra. Ele ligou para conhecidos em Itararé, solicitando que desembarcassem e dessem assistência ao amigo, enquanto seguiam para buscá-lo.

O retorno de João Dutra mobilizou a cidade. Antes mesmo de chegar à estação, o maquinista da locomotiva que o tra-

zia iniciou a badalação dos sinos. A Banda Lyra dos Campos e a Banda União e Recreio estavam prontas para a recepção, acompanhadas por uma multidão de pessoas. Rojões disparados para o alto tornavam a comemoração ensurdecidora. Pessoas que participavam da festa do Divino se juntavam ao grupo e seguiram em marcha até a sede de *O Progresso*, na Praça Floriano Peixoto.

Em meio às homenagens, João Dutra tentou falar, mas foi impedido pelo choro de comoção. O grupo ainda seguiu até a casa onde Hugo dos Reis estava sendo cuidado, para ovacioná-lo. Apesar de debilitado, em função da perda excessiva de sangue, ele fez um pronunciamento que arrancou palmas incontidas dos presentes, encerrando com uma célebre frase, invocando as convicções espiritistas:

— Perdoa-lhes, Pai, eles não sabem o que fazem.

O episódio inspirou a música “A Vitória de *O Progresso*”, escrita por Jorge Holzmann, irmão de Jacob. O *Diário do Paraná* foi fechado na sequência, e os políticos envolvidos no caso foram passar férias em Curitiba.

O empastelamento não teve o efeito planejado. Como os jagunços não entendiam nada de jornal, apenas amassaram o prelo e as impressoras, que no dia seguinte foram desentortadas. No dia 1.º de junho *O Progresso* já estava circulando novamente.

Outro atentado, menos traumático do ponto de vista da violência, mas mais bem-sucedido no propósito de empastelamento, foi registrado menos de dez meses depois. Ao chegar para trabalhar, os gráficos encontraram a porta da oficina arrombada. Desta vez nada aconteceu ao prelo, mas a página que estava pronta para impressão foi desmontada e arremesada ao chão. As caixas com os tipos gráficos foram reviradas, o que exigiu um grande mutirão para separar e recolocar os tipos na caixa para que só depois o jornal pudesse voltar a ser composto.

Disposto a resgatar o sonho de constituir sua independência financeira, Hugo dos Reis deixou *O Progresso* em 1.º de fevereiro de 1910. Em sociedade com um amigo, arrendou o Hotel Guzzoni. Paralelamente, também reativou o escritório de representações na Praça Marechal Deodoro, n. 15. Lá ele representava os mais diversos produtos: armas, munições, artigos de caça e pesca, esgrima, montaria, drogaria, extratos para farmácia, perfumaria, ácido mineral, adubos químicos, pólvora, dinamite, ferragens, cimento...

Em junho do mesmo ano, porém, João Dutra decidiu mudar-se com a família para Taubaté. Já se achava cansado e velho para continuar a lida com o jornal. A mulher e os filhos também o pressionavam, uma vez que as brigas compradas nas colunas do jornal tinham dimensões cada vez mais perigosas.

Diante do comunicado de João Dutra, Jacob Holzmann não teve dúvida. Assentou o chapéu na cabeça e rumou sem pestanejar para a loja de representações na Praça Deodoro. Nem bem entrou no estabelecimento e já se deparou com Hugo dos Reis, sentado, fumando pacientemente seu cigarro, como se o esperasse. Jacob disparou no ato:

- Hugo, *O Progresso* precisa de você.

Não foi necessário qualquer outro apelo. No mesmo dia Hugo desfez a sociedade no hotel e retornou à redação de *O Progresso*. Embora quase diariamente passasse por lá, aquela ida era especial, porque marcava o recomeço de um ritual, que o jornalista sentia gravado no seu destino. Mais uma vez, ele aspirou fundo, deixando que o cheiro de tinta invadissem seus pulmões, sentou-se na cadeira colonial de sempre, puxou as tiras de papel e, com a pena embebida no nanquim, pôs-se convicto a escrever com a alma triunfante. Com a mesma disposição de sempre, Hugo retornava a suas atividades em *O Progresso*.

UM JORNAL REGIONAL

O *Progresso* não foi concebido como um projeto apenas local. Desde a primeira edição, Jacob Holzmann já se aventurou pelas cidades vizinhas e pelo interior do estado, buscando assinantes, anúncios e eco para as notícias veiculadas. Não raras vezes, amigos como o Dr. Francisco Burzio, Francisco Pedro de Souza Neto e os irmãos Antônio Pedro Hoffmann e João Hoffmann Júnior ajudavam a desencastrar o carro do jornal, que tentava vencer a precariedade das estradas.

Do ponto de vista editorial, os redatores esforçavam-se para promover uma cobertura ampla, que também desse voz aos demais municípios. Para facilitar essa comunicação, *O Progresso* contava com colaboradores de outras cidades, que mandavam artigos e informações. Assim, eram notícias as festividades do glorioso São Sebastião, em Palmeira, os golpes dados por estelionatários no comércio de Jaguariaiva, a epidemia de escarlatina e varicela em Guarapuava, os assaltos promovidos por bugres nas fazendas de Palmas, o investimento de fazendeiros de Tibagi na construção de estradas e a colonização de União da Vitória, entre tantos outros temas.

Não raras vezes o próprio jornal defendeu campanhas em prol do desenvolvimento regional; em 1916, por exemplo, organizou a contagem dos pés de café nas localidades de Jacarezinho, Ribeirão Claro, Tomazina, Colônia Mineira, Salto de Itararé e Barbosas. A iniciativa era para demonstrar a expressão do plantio de café da região, reforçando, dessa forma, a legitimidade do pleito dos lavradores para a construção emergencial da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, de Jaguariaiva a Ourinhos. A briga foi comprada por *O Progresso* em 1909 e, exatamente 10 anos depois, em 18 de agosto de 1919, o jornal orgulhosamente registrava a inauguração do ramal. Com isso, situações que preocupavam a população encontravam eco no jornal.

Essa abertura à região é explicada nos próprios editoriais, como o de 11 de dezembro de 1915, que, já sob o título de *Diário dos Campos*, revela:

O *Diário dos Campos* é uma entidade coletiva, e elogiá-lo não é fazer um autoelogio. Cada colaborador, cada correspondente, cada político tem dentro das suas colunas inteira autonomia, e é assim que artigos, notícias aqui inseridas, são muitas vezes de autoria ou do patrocínio de altas personalidades da política dominante ou da oposição. Muitos melhoramentos locais, escolas, estradas, telégrafos, empréstimos, construções, enfim, progressos materiais de toda a sorte têm sido obtidos pela ação conjugada da imprensa e da política...

O efeito da globalização no conteúdo jornalístico também era um fenômeno visível. O jornal noticiava desde a inauguração do busto de Chapot Prevost, na Academia de Medicina do Rio de Janeiro, até o festival promovido por senhoras de Belo Horizonte em benefício do novo encouraçado Riachuelo, da Marinha Nacional. Do mesmo modo, as notícias da Primeira Guerra Mundial chegavam diariamente à redação por meio das agências de notícia, que ganhavam visibilidade ao longo do século XX. Elas despachavam o conteúdo por telégrafo, fazendo da cobertura da Guerra quase que um folhetim.

Mais uma vez, em maio de 1911, Hugo dos Reis deixou a direção de *O Progresso*. O motivo, novamente, era a busca da estabilidade econômica, já que estava de casamento marcado para o dia 24 de novembro e precisava de uma condição financeira mais estável para começar uma família ao lado da jovem Rosália de Almeida Barros. Ele foi buscar a “estabilidade”, no entanto, fundando o semanário *Correio dos Campos*, de distribuição gratuita, um dia após o casamento.

Paralelamente, Jacob Holzmann também deixava *O Progresso*. Algum tempo antes ele tinha se associado a José Cou-

to na administração do jornal e da oficina de obras. Um desentendimento entre eles fez com que o regente da Lyra dos Campos decidisse vender sua parte no empreendimento ao amigo Eliseu de Campos Mello.

Nem Hugo dos Reis nem Jacob Holzmann, no entanto, permaneceram afastados por muito tempo do jornal. Eliseu de Campos Mello, ao lado de outros empresários, montou a Companhia Tipográfica Pontagrossense, que incorporou *O Progresso* e o pequeno acervo do *Correio dos Campos*. Holzmann retornou para a gerência do jornal e Hugo dos Reis assumiu o comando da redação em outubro de 1912. Os investimentos feitos pelo grupo viabilizaram um velho sonho de Jacob Holzmann: tornar *O Progresso* um jornal diário. Os sócios, por outro lado, acreditavam que a empresa em pouco tempo daria o retorno financeiro esperado.

No dia 14 de novembro de 1912, o jornal já noticiava o registro da nova empresa na Junta Comercial e comunicava que os novos assinantes receberiam gratuitamente *O Progresso* até o fim de dezembro, já que a partir de 1.º de janeiro de 1913 o periódico teria o título substituído por *Diário dos Campos*, marcando a nova periodicidade e a nova fase do jornal.

Outra novidade anunciada foi que o novo jornal daria consulta jurídica gratuita a seus assinantes. O Dr. Miguel Quadros, redator jurídico, responderia a dúvida dos assinantes ligadas ao Direito Civil e Direito Criminal, por meio de uma coluna no *Diário dos Campos*.

Assim, no dia 1.º de janeiro de 1913, ainda com tiragem vespertina, passou a circular a primeira edição do *Diário dos Campos*, com o subtítulo *O Progresso*, e dando continuidade à numeração.

UMA JOVEM CHAMADA ANITA

A participação feminina na imprensa no século XIX era bastante tímida e descontinuada. Poucas mulheres ousavam romper os limites estabelecidos pela sociedade ainda tipicamente machista, que via seu papel reduzido à obediência ao marido e ao cuidado exemplar dos filhos e da casa. A propagação da ideia que a concessão do direito de voto feminino poderia provocar a dissolução da família era uma delimitação clara dos espaços que deveriam ser ocupados por homens e mulheres no meio social.

Um fenômeno perceptível no período é que, mesmo quando a mulher conseguia romper a rotina familiar e usar o jornal como meio de comunicação e diálogo com a comunidade, na sua expressão muitas acabavam evocando e reiterando o discurso da submissão, sem trazer novas contribuições para o debate.

Assim, era possível encontrar, desde os tempos de *O Progresso*, propostas editoriais de abertura de espaço para que a mulher redefinisse seu papel, sem que na prática isso acontecesse. Um artigo escrito por uma leitora e publicado na edição de 11/1/10 exemplificava bem essa condição. Sobre a "educação da mulher", a leitora se posicionava dizendo: "sou daquelas que pensam que à mulher está destinado, incontestavelmente, um grande papel na sociedade; dela, exclusivamente dela, depende a boa constituição da família e por consequência da sociedade".

Apesar de predominante, essa visão não é única. Nas próprias páginas de *O Progresso* surgem mulheres contestadoras, que não só questionam como põem em xeque a ordem social vigente. Uma das personalidades mais emblemáticas que nasceram nas páginas do jornal foi Anita Philipovsky. Nos textos encaminhados à redação, ela demonstrava desde cedo uma consciência política esclarecida da sua existência.

Anita não se intimidava em recorrer à imprensa para participar de debates, criticar mazelas sociais, discutir o mundo feminino a partir da sua complexidade e da sua afetividade. Por décadas utilizou esse expediente, tanto em forma de versos como de prosa.

Em agosto de 1912, com 14 anos, ela já mandava artigos a *O Progresso*, criticando a falta de um curso secundário para Ponta Grossa, e indagando: “Nós, moças de Ponta Grossa, que fontes tivemos e temos para saciar nossa sede de saber?”

Ela aprofundava a discussão da questão social, na medida em que questionava também a validade de a escola normal preparar as moças especialmente para serem professoras, mesmo que não tivessem vocação para isso: “Por esse motivo vem a ser, quase todas, mestras bem medíocres”, disparava, deixando transparecer sua contundência.

A simpatia pelas letras e pelo meio jornal fez com que em 1914, aos 16 anos, Anita Philipovsky se dirigisse a casa do diretor do *Diário dos Campos*, Hugo dos Reis, levando uma narrativa filosófica para que ele criticasse. As críticas, como de costume, saíam publicadas no jornal e eram bastante duras. Anita, acompanhada de outras duas moças, uma delas sua professora particular, esperou alguns minutos na sala até que Hugo chegasse, carregando os dois filhos pequenos, um em cada braço. Ela fez o pedido de modo tão enfático que não lhe sobrou alternativa, senão aceitar fazer a crítica.

Em novembro, Hugo concluiu a crítica solicitada, levou-a ao conhecimento de Anita e a publicou no jornal. A crítica foi feita com palavras escolhidas a dedo, utilizando “sutilezas e entrelinhas” para não ofender a alma feminina, mas sem deixar de demonstrar seu real ponto de vista sobre a produção que lhe fora apresentada. Hugo citou a trajetória de Anita, do devaneio poético até o devaneio filosófico. Ressaltou que lhe

faltava um ponto de apoio, uma síntese, uma pedra angular de certeza relativa. Alertou-a sobre o pessimismo, que andava por perto, destacando que “a graça, a elegância, vem de uma fé”. Complementou a crítica, dizendo que a produção literária que tinha analisado mostrava que o espírito de Anita estava apartado do coração. Hugo assim se expressou:

— Excelentíssima, escrever é rasgar o coração para o povo. O povo, como as feras, e esse músculo vivaz, lambe-o então. E estala a língua. A delícia literária tem-na o público como o sangue do artista, a vida rota que se dissipa, se espalha, se dissemina como fora ele um deus vivificando homens e seres, coisas, épocas, ficções com o sangue do seu coração, traduzido como as veras d’alma, pelas vibrações do seu pensamento. Descubra Vossa Excelência a filosofia que o seu coração quer, que o seu coração está a lhe pedir, que o seu coração está a lhe suplicar, viva-se constantemente, em horas amargas, em horas nostálgicas de *rêverie*. Nesse dia Vossa Excelência terá atingido o estágio definitivo da sua compleição artística.

— Ah, meu Deus! Que rude, que falta de delicadeza! — chegou a exclamar a jovem Anita, sem, no entanto, deixar-se abalar.

Em 1915 Hugo dos Reis já publicava outro artigo reiterando algumas críticas, mas enfatizando que Anita Philipovsky era um espírito eleito, que ia amadurecendo. Em 1921 o *Diário dos Campos* já reconhecia o papel ocupado por Anita, ao publicar uma nota dizendo que outro periódico de Curitiba tecia-lhe justos e merecidos elogios: “Anita Philipovsky não é apenas uma impressionista de superficialidades, como em regra são as escritoras. Anita Philipovsky pensa, filosofa e aborda questões sociais com superioridade de vistas”, dizia o texto. Por vários anos Anita ainda continuou como colaboradora do *Diário dos Campos*.

O COTIDIANO DA CIDADE

Apesar das dificuldades e limitações ainda existentes, o *Diário dos Campos* conseguia registrar, edição a edição, o cotidiano da região, definindo seu papel e sua força na visibilidade dos acontecimentos. As preocupações políticas, econômicas, sociais, culturais e morais da sociedade passaram a ser refletidas nas breves notícias dispersas e distribuídas de forma desordenada nas páginas do jornal.

As reclamações do povo tinham eco nas matérias escritas pela redação. Elas davam visibilidade à campanha dos homens de bem contra os menestréis, que altas horas da noite faziam serenatas em honra das prostitutas, perturbando o sossego público e escandalizando a moral e os bons costumes. Mostravam também uma “Ponta Grossa que durante o dia era a mais risonha e bela cidade do interior do Estado banhada pelo sol, mas à noite tinha aspecto horrendo pela falta de iluminação elétrica”. O desabafo da redação era seguido de uma cobrança, que evidenciava desde aquela época a responsabilidade do meio de comunicação: “empresa de iluminação pública e prefeitura, que medidas vão tomar?”.

O jornal também demonstrava preocupação com os cuidados de saúde e higiene do indivíduo. Na edição de 13/1/1910, lembrava os leitores dos Mandamentos da Higiene:

- Cuida da tua saúde;
- Conserva limpo seu corpo;
- Come pouco;
- Bebe água...

No seu envolvimento com a cidade, Hugo dos Reis conseguia trazer para as páginas do jornal as mais diversas inquietações dos ponta-grossenses em forma de crônicas, versos ou prosa. Na crônica “As farmácias”, por exemplo, ele fez uma crítica bastante pertinente para a época: o fechamento das farmácias no período noturno. Quando alguém passava mal à noite, não tinha acesso a medicamentos, tendo que prolongar o sofrimento

até a manhã do dia seguinte. A sugestão dada foi de plantão em forma de rodízio entre os estabelecimentos do gênero.

O interesse pela cidade também era traduzido em forma de campanhas, como a que instigava a criação de um Jardim Botânico: "Isso não é sonho poético. Num país como o nosso, onde as árvores nativas estão desaparecendo, é frivolidade pensar desde já nas florestas plantadas ou artificiais?", questionava Hugo dos Reis, em 1921.

A preocupação com a segurança também era constante. O jornal não deixava de debater o crescimento da violência franqueado pela ferrovia. Se por um lado ela facilitava a comunicação e o acesso a São Paulo e Rio Grande do Sul, favorecendo o comércio e a circulação de pessoas, por outro, também a ferrovia favorecia ações criminosas, trazendo ladrões e prostitutas para a cidade. E as denúncias do jornal iam ainda além: "Bordéis reúnem mulheres de má vida e pobres menores desamparadas!"

Mas não era só de crítica que sobrevivia o noticiário. O jornal assumiu o papel de organizador da campanha para escolha da ponta-grossense que representaria a cidade no concurso de beleza do jornal *A Noite* e da *Revista da Semana*. O evento definiria a brasileira mais bonita. Os leitores podiam votar, recortando a cédula impressa no jornal, colocando o nome da candidata, assinando o documento e entregando-o à redação. O jornal também saudava a vida social da cidade, publicando nascimentos, casamentos e aniversários.

UM ILUSTRE VISITANTE

Visitas ilustres, como a do "arrojado heroico conquistador dos ares" Santos Dumont, em maio de 1916, depois de "na Europa romper galhardamente o espaço infinito e colher para nossa pátria uma coroa de louros e glórias", foram notícias. Mas

não ficou para trás a crítica envolvendo a “completa pasmaceira” com que o ilustre visitante foi recebido pelas autoridades locais.

Santos Dumont chegou a Ponta Grossa por volta das 20 horas do dia 4 de maio de 1916, depois de 13 horas de viagem. O cortejo que o acompanhava parou em frente ao Hotel Palermo, na Praça Marechal Floriano. O único a recebê-lo foi o cronista do jornal, Manoel Alvarenga.

A visita de Santos Dumont a Ponta Grossa durou um dia, tempo em que conheceu a fazenda Modelo e o quartel de Uvaranas. Ele foi acompanhado pelo deputado Eliseu de Campos Mello, que, no retorno ao hotel, ordenou ao motorista:

— Na esquina da rua Benjamim Constant, suba a avenida Vicente Machado e, ao cruzar a rua Santos Dumont, vire à esquerda e pare diante do sobrado de Carlos Osternack. Enquanto o chofer se preparava para estacionar, Campos Mello foi se antecipando:

— Eis a rua, Dr. Santos Dumont, que há muitos anos recebeu seu nome ilustre, aureolado de triunfos imperecíveis! Porque...

Campos Mello interrompeu a fala abruptamente quando leu a placa, com letras bem legíveis: Rua Senador Pinheiro Machado. É que para homenagear o general morto recentemente, os políticos da cidade tinham decidido substituir o nome da rua.

Percebendo o constrangimento do deputado, o motorista tratou de ajudar:

— Que distração a minha, doutor! O senhor disse rua Santos Dumont, e eu, por inadvertência, rumei para o lado errado...Desculpe, dentro de três minutos atingiremos a rua Santos Dumont.

E a gafe foi contornada.

UM PRESENTE PARA HUGO

Ao contrário do que se esperava, o retorno financeiro gerado pelo *Diário dos Campos* foi bem aquém do imaginado pelos acionistas. Sem dividendos para dividir ao fim do primeiro exercício, alguns começaram a tecer críticas a Hugo Mendes de Borja Reis, definindo-o como um sonhador ingênuo, e passaram a se desinteressar pela empresa.

Os próprios donos, no entanto, não contribuíam para o fortalecimento da Companhia Tipográfica Pontagrossense. A maioria mandava imprimir talões, notas e outros documentos em gráficas de amigos, em vez de concentrar o serviço na empresa de que eram cotistas. Jacob Holzmann era um dos poucos que encaminhavam todos os pedidos de impressos da sua empresa — o Cine Teatro Renascença — para a Companhia Tipográfica.

Diante da crise generalizada, em fevereiro de 1915 Jacob Holzmann decidiu deixar a gerência do *Diário dos Campos*, para facilitar a liquidação da empresa. Teimoso, Hugo Mendes de Borja Reis não permitiu que a empresa fechasse e adquiriu as ações dos sócios. As de Jacob Holzmann e do médico Francisco Búrzio ele recebeu de presente.

O ESPIRITISMO

A insistência de Hugo dos Reis no jornalismo, apesar de todas as dificuldades financeiras, ameaças e violações contra sua integridade física e moral, não acontecia ao acaso. Ela era fruto da convicção na filosofia que ele seguia rigorosamente como norteadora de sua existência.

As causas sociais eram assumidas por ele como uma missão que deveria ser levada adiante, independente do custo

que pudesse gerar. As raízes desse pensamento estavam no espiritismo, com a crença na edificação do homem integral e na superação de si mesmo. A visão predominante era a do homem em contínuo labor e progresso, buscando também a melhora do próximo e da comunidade em que vive.

A doutrina espírita foi iniciada pelo francês Allan Kardec, no século XIX, e rapidamente se espalhou pelo mundo. Portadora de uma proposta positiva e otimista em relação às conquistas sociais e aos avanços do conhecimento, logo ganhou adeptos no Brasil, país que naquela época iniciava um lento processo de ruptura com seu passado colonial.

A defesa da cidadania e da ordem republicana, a valorização da ciência, bem como a interpretação de que a salvação do homem estava indissociavelmente vinculada à ideia de progresso contínuo logo atraíram no Brasil os segmentos urbanos emergentes, os liberais, os “doutores” e os intelectuais. Com Hugo dos Reis não foi diferente. Ele não apenas adotou o espiritismo como também assumiu o papel de propagador da doutrina.

Ao chegar a Ponta Grossa, em 1908, porém, Hugo dos Reis encontrou uma população predominantemente católica, cenário absolutamente compreensível para uma cidade que tinha na sua lenda oficial de fundação a história das pombinhas que definiram o local onde seria edificada uma capela, ao redor da qual deveria prosperar o núcleo urbano. Hugo compreendeu então que caberia a ele apresentar o espiritismo às pessoas.

Figura pública respeitada na cidade, sobretudo por seus dotes intelectuais, suas qualidades de jornalista e também por sua postura afável, Hugo encontrou no jornalismo uma forma de disseminação das ideias espíritas. Ao longo dos treze anos em que esteve à frente de *O Progresso* e, posteriormente, do *Diário dos Campos*, manteve uma rotina de publicação de artigos, textos psicografados e notícias abordando o tema.

Os laços pessoais estabelecidos por Hugo, bem como a sua reconhecida capacidade de argumentação e convenci-

mento — características nitidamente reconhecidas por meio dos textos deixados por ele — explicam o rápido crescimento do número de adeptos do kardecismo em Ponta Grossa no início da década de 1910.

Entre os seguidores da doutrina, contemporâneos de Hugo, encontramos figuras como José (Juca) Pedro da Silva Carvalho, Flávio Carvalho Guimarães, Jacob e Epaminondas Holzmann, entre outros. Foi justamente na casa de Juca Pedro que funcionou a primeira sede da Sociedade Espírita Francisco de Assis, entidade criada a partir da ação de Hugo dos Reis e de outros seguidores do espiritismo em Ponta Grossa.

Pouco depois da criação da Sociedade Espírita por intermédio da ação do jornalista carioca, Ponta Grossa sediou, em 1912, o II Congresso Espírita do Paraná, evento que, efetivamente, tornou a cidade um importante núcleo de difusão e prática do kardecismo no Paraná.

Organizações espíritas de todo o país cada vez mais procuraram Hugo dos Reis, porque, empolgadas com seus artigos, queriam receber o *Diário dos Campos*. Em 1918 ele mandou uma carta a João Gonçalves Pereira, falando da dificuldade em atender aos pedidos:

— Sou pobre e não posso editar dois ou três mil exemplares do *Diário dos Campos* para mandar de graça aos quatro milhões de espíritas que há no Brasil — reconhecia. Como alternativa, ele sugeriu que os centros espíritas o ajudassem a obter cinco assinantes entre os confrades, para ajudá-lo a ter recursos para encaminhar gratuitamente uma assinatura aos centros.

A atuação de Hugo dos Reis como divulgador da doutrina espírita também teve um custo pessoal. Várias pessoas em Ponta Grossa o caluniaram e o perseguiram, sob a acusação de que era propagador da doutrina diabólica. Muitos boicotes financeiros ao jornal também aconteceram por conta disso, sem que ele se deixasse abater.

A CAUSA OPERÁRIA

Em 1911 o *Diário* estampava na primeira página o esboço do estatuto para a fundação da Sociedade Operária Beneficente de Ponta Grossa. A iniciativa foi do jornalista Hugo dos Reis, abrindo as discussões sobre a importância da organização dos trabalhadores. Em 1908 ele já havia participado da edição do jornal *Escalpelô*, ao lado de Teixeira Coelho e Gigi Damiani, defendendo as bases da militância operária.

O teor do manifesto teve uma rápida repercussão na sociedade, que imediatamente passou a se organizar em torno da ação. Tanto que, além dos trabalhadores, tornaram-se sócio fundadores da entidade, empresários, políticos, industriais, médicos, dentistas, farmacêuticos, fazendeiros, entre outros simpatizantes.

O socialismo defendido por Hugo dos Reis na concepção da Sociedade Operária não repetia ou preocupava a elite local, porque nada tinha em comum com a vertente marxista revolucionária. Suas teses expunham o viés humanitário e a percepção assistencialista que ele tinha da sociedade, de acordo com o que pregava o espiritismo kardecista, que tanto o influenciava. A linha mestra do pensamento seguido era que não existe a revolução, mas, sim, a evolução.

A adesão do grande contingente de imigrantes europeus, entre poloneses, alemães, sírios, espanhóis, italianos, franceses e suíços que chegaram à cidade para trabalhar, motivados pelo desenvolvimento econômico proporcionado pela ferrovia, contribuiu para o fortalecimento da entidade. Esses grupos mostravam um grau maior de consciência política e engajamento do que a dos trabalhadores locais.

Hugo dos Reis foi eleito o primeiro presidente da Sociedade Operária Beneficente de Ponta Grossa, tornando-se depois presidente honorário. Em junho de 1913, a entidade ganhou um terreno na Avenida Augusto Ribas, esquina com a Praça Barão do Rio Branco, onde foi construída sua sede.

Todas as ações da Sociedade Operária tinham grande visibilidade nas páginas de *O Progresso*, e posteriormente do *Diário dos Campos*, demonstrando que a “causa social” não havia sido assumida apenas por Hugo, mas também pelo próprio jornal.

O TELEGRAMA

Adolpho Paulista estava concentrado em marcar a profundidade da pence que deveria ser feita na calça marrom de tergal, quando Elísio, seu aprendiz, o interrompeu para entregar um telegrama que chegara de Curitiba. Ele leu o documento e olhou para o relógio, que tirou do bolso. Eram 11h30 da manhã do dia 20 de julho de 1917. Recomendou ao garoto que atendesse o estabelecimento e saiu às pressas em direção do *Diário dos Campos*.

O alfaiate tinha seu comércio na Rua XV de Novembro. Um dos sócios fundadores da Sociedade Operária Beneficente de Ponta Grossa, ele era conhecido pelo estilo revolucionário e pela simpatia ao movimento anarquista.

Nem bem entrou na sede do jornal, Adolpho Paulista avistou Hugo dos Reis e dirigiu-se ao seu encontro.

— Que bom encontrá-lo. Acabei de receber um telegrama do operariado de Curitiba nos convocando para a greve — desapareceu.

— Eu imaginava. Estive agora de manhã com os carroceiros. Eles já se reuniram em greve para protestar contra os impostos e o encarecimento dos produtos. Os ferroviários também estão se organizando — antecipou Hugo — Sugiro que sigamos até a Sociedade Operária para mostrar o telegrama aos outros colegas da Comissão.

A Comissão a que Hugo se referia era a Mediadora da Greve, estabelecida para guardar os interesses da cidade, fossem eles públicos ou privados, e, ao mesmo tempo, defender os direitos e necessidades dos trabalhadores. Nesse momento o presidente da Sociedade era o italiano Pascoalino Provisiero, radicado em Ponta

Grossa desde o início do século XX, que, além de conceituado alfaiate, foi um incentivador da cultura e Grão-Mestre da Maçonaria.

O advogado Flávio Carvalho Guimarães, dirigente da Sonyra — uma das maiores madeireiras da cidade — e político com uma carreira já brilhante na época, ficou encarregado, enquanto orador da Sociedade Operária Beneficente e membro da comissão, de buscar apoio para o movimento grevista junto ao poder público municipal. A atuação dele resultou num pronunciamento do prefeito Abraham Glasser, mostrando-se sensibilizado com a causa e colocando-se ao lado do “humilde, sofrido e, principalmente, ordeiro operariado local”.

A população já acompanhava a articulação do movimento por meio das notícias publicadas no *Diário dos Campos*. Desde meados de junho, os trabalhadores vinham-se reunindo e protestando contra alguns tributos municipais, o que foi registrado passo a passo pelo jornal, que também informava as agitações e demais reclamações encontradas nos meios proletários locais.

Ainda no dia 20 de julho, cerca de 300 operários aderiram à greve e saíram às ruas em passeata, buscando novas adesões e distribuindo um boletim que explicava as causas do protesto. Em meio à caminhada na Praça Floriano Peixoto, Adolpho Paulista tentou erguer uma bandeira do movimento anarquista, mas foi contido pela polícia e pelos próprios membros da Sociedade Operária, que pregava uma ação pacífica.

Quando a passeata chegou à frente da sede do *Diário dos Campos*, os operários, em coro, deram um viva ao jornal. Roxael Blanc, em nome do grupo, foi saudar Hugo dos Reis pelo apoio incondicional dado ao movimento.

— Coloco o jornal à inteira disposição do operariado, aconselhando apenas que se mantenham a ordem e o respeito com os poderes constituídos e a prosperidade — defendeu Hugo, enfatizando mais uma vez a ótica do espiritismo.

O *Diário dos Campos* promoveu uma ampla cobertura da greve de 1917, publicando, inclusive, todas as atas de reunião da Sociedade Operária Beneficente de Ponta Grossa e assumindo publicamente uma postura paternalista. A greve conseguiu reunir

cerca de mil trabalhadores, sendo uma das mais bem-sucedidas no Brasil, sem registrar nenhum incidente e seguindo o propósito de ordem estabelecido.

O manifesto grevista, amplamente difundido no *Diário dos Campos*, exigia direitos, como jornada de trabalho de oito horas, abolição completa de multas, impedimento de crianças menores de 14 anos e moças menores de 21 anos trabalharem, definição de uma tabela mínima de rendimento mensal e por hora para os trabalhadores, aviso prévio de dispensa, redução de impostos e intervalo de duas horas de descanso no horário do almoço, entre uma série de outras reivindicações. O próprio Hugo dos Reis, por meio do *Diário dos Campos*, incumbiu-se de passar um telegrama com o conteúdo do manifesto ao presidente da República e ao governador do estado.

Os ímpetus anarquistas de Adolpho Paulista fizeram com que ele fosse excluído da Sociedade Operária e duramente criticado, inclusive pelo *Diário dos Campos*, ao defender uma militância que “comprometeria com distúrbios e desordens o sagrado interesse do operariado ponta-grossense”.

Terminando o movimento, os operários quiseram organizar uma manifestação pública em agradecimento a Flávio Carvalho Guimarães, Pascoalino Provisiero, Alberto Flores e demais membros da Comissão Mediadora da Greve. Todavia, a pedido deles, Hugo dos Reis colocou uma nota no *Diário dos Campos* agradecendo o “belo movimento e coração generoso do operariado”, mas pedindo que a manifestação não acontecesse, por serem adeptos de uma doutrina filosófica que mandava praticar o bem sem ostentação.

UM EUCLIDES NO SUL DO PAÍS?

Desde 1909, as notícias vindas da região de divisa entre Paraná e Santa Catarina cada vez mais denunciavam o clima de tensão que estava se instalando. Por intermédio de uma rede de contatos e amigos, Hugo dos Reis acompanhava atenta-

mente cada passo do movimento, que em pouco tempo ficaria conhecido como Guerra do Contestado. As notícias chegavam por meio de telegramas enviados por colaboradores de *O Progresso* ou cartas. Viajantes que passavam pela cidade também traziam versões próprias do conflito.

Do ponto de vista oficial, a guerra era um desdobramento da briga travada pelos estados do Paraná e Santa Catarina na definição dos limites territoriais. Desde 1900, Santa Catarina acionava judicialmente o Paraná para definir a questão, acumulando decisões favoráveis. Mas não era apenas esse o fato deflagrador do conflito.

A atuação da madeireira Lumber, pertencente ao grupo Brazilian Railway, na construção de trecho da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, que passava pela região, gerava uma forte tensão envolvendo caboclos e fazendeiros. Ambos viam suas terras sendo desapropriadas pela empresa, com o aval do governo. Em meio ao clima de desorientação, surgia uma liderança espiritual, o monge João Maria, ligado a uma corrente informal do catolicismo, que assumia o comando da revolução, pregando o fanatismo religioso e a formação de um governo independente. Todos os ingredientes estavam postos à mesa para o início de uma guerra sangrenta, que durou 46 meses e deixou um saldo de perto de 9 mil mortos, feridos ou desaparecidos.

Os reflexos da guerra eram perceptíveis em Ponta Grossa, com impactos econômicos negativos. Com a tomada da região da serra catarinense pelos revoltosos, várias barreiras foram colocadas ao longo da extensão da estrada de ferro, comprometendo não só o trânsito das pessoas, mas também o escoamento da madeira e o abastecimento da cidade com vários produtos.

Hugo dos Reis permanecia horas analisando as notícias que surgiam da região do conflito. Foi numa tarde de 1915 que, depois de esmigalhar a ponta do cigarro, ele se levantou da tradicional cadeira colonial e anunciou aos companheiros da oficina e da redação:

— Pois bem, estou indo para a região do Contestado mais uma vez. Quero ver com meus próprios olhos o que acontece lá, para poder contar aos nossos leitores. Parto ainda hoje. A postura de Hugo dos Reis reforçava as convicções que tinha em relação à função do jornalismo. Ele sentia a necessidade de acompanhar de perto os acontecimentos. Não o saciavam mais as informações trazidas por terceiros, muitas vezes pré-selecionadas por olhares parciais (embora ele também tivesse o seu). Ele queria ir direto à fonte, conversar com as pessoas que participavam do conflito, sentir a animosidade do ambiente. Só indo até lá, ele poderia conhecer os bastidores da guerra, questionando a legitimidade dos discursos oficiais. Ele sentia a necessidade de se “reportar” ao fato.

Da região do Contestado, Hugo dos Reis mandava notícias para a redação, descrevendo particularidades da zona de conflito. Depois de percorrer a região de Palmas, ele a descreveu como uma organização medieval vivendo dentro de uma sociedade republicana: “O fazendeiro é o pequeno rei sobre seus agregados e serviços dedicados, que com ele vivem uma vida de intimidade e família”. Ele ainda vai mais a fundo na descrição dessas comunidades, dizendo que “as famílias se entrelaçam em parentescos vastos, formando verdadeiros clãs, nos quais impera o velho chefe do tronco poderoso da formosa árvore genealógica”.

Sobre o conflito, a versão trazida pelo *Diário dos Campos* apontava que ele era resultado da revolta da população do Contestado contra o domínio catarinense. Hugo contava com precisão as reações das pessoas nas ruas, quando se organizavam em torno da ideia da formação de um novo estado: o estado das Missões. Em seus textos, ele assume simpatia pela causa, mas alega que, assim como a população do Contestado, convenceu-se, depois do pronunciamento do governador do Paraná, Afonso Camargo, de que deveriam se acalmar, tendo em vista que o governo estava agindo dentro da legalidade e da Constituição para resolver a crise. Paralelamente, ele negava

que estivessem acontecendo perseguições contra os catarienses.

Ao noticiar a guerra, o *Diário dos Campos* conseguiu ampliar sensivelmente sua circulação, principalmente no sul do estado. O papel desempenhado por ele não foi menos importante do que aquele assumido por Euclides da Cunha durante a Guerra de Canudos (1896- 1897). Euclides cobriu a guerra a serviço do jornal *O Estado de São Paulo*, e foi a partir das suas reportagens que as mazelas e as barbáreis cometidas pelo Exército contra os sertanejos foram conhecidas e denunciadas. O trabalho jornalístico realizado por ele foi imortalizado nas páginas do jornal e do livro *Os Sertões*, lançado anos mais tarde e consagrado como uma das grandes obras da literatura brasileira.

Não faltou a Hugo dos Reis a mesma coragem e consciência sobre o papel do jornalista no meio de um confronto, embora tivesse escolhido um lado para a causa. Ele assumiu a responsabilidade social do jornalismo à risca, e de forma inquestionável, ao não poupar esforços para que os leitores tivessem acesso a histórias que só quem viveu a guerra podia contar. Jornais de Curitiba reconheceram e valorizaram a iniciativa, convidando Hugo dos Reis para longas entrevistas, em que ele relatava os acontecimentos.

NAS ELEIÇÕES

Em janeiro de 1916, o *Diário dos Campos* já tratava de lembrar a população de que aquele seria um ano eleitoral. Sob o título “Quem será o próximo prefeito?”, um pequeno artigo já relacionava algumas contribuições do prefeito de então, Theodoro Rosas, e falava de desafios que deveriam ser assumidos pelo próximo prefeito, como a criação de um colégio superior.

Como na época as campanhas eram informais, não havendo registros oficiais de candidaturas, o próprio jornal dava vazão às especulações, relacionando nomes que pareciam ter

alguma expressividade nas urnas, mesmo sem a demonstração de interesses por parte dos “escolhidos”.

Para dar maior legitimidade à cobertura das eleições e estimular a interatividade com o leitor, os redatores do *Diário dos Campos* lançaram no dia 6/4/16 uma proposta chamada “Eleições de Brinquedo”. A expressão dava a entender que a ação não tinha efeito legal, embora pudesse servir como um importante termômetro de avaliação do momento.

Como não existia uma lista oficial de candidatos, os redatores do *Diário dos Campos* criaram uma, com os cinco nomes que lhes pareciam mais propensos e com maiores chances na disputa, informando o papel que eles ocupavam na sociedade local. Eram eles o fazendeiro e tenente-coronel José Miró de Freitas, o capitalista e coronel Lázaro de Oliveira Vargas, o capitalista e industrial Brasil Ribas Pinheiro Machado, o proprietário coronel Leopoldo de Almeida e o negociante Amantino Antunes de Almeida.

Os leitores deveriam recortar a cédula eleitoral publicada no jornal, preenchê-la, indicando em quem votariam, assiná-la para comprovar a veracidade do documento e entregá-la na redação do *Diário dos Campos*, que se responsabilizaria pelo escrutínio dos votos e pela publicação semanal dos resultados. A eleição deveria ser encerrada no dia 31 de maio, com a totalização da contagem.

As regras da eleição também foram publicadas com clareza. O eleitor deveria lembrar-se de que tinha liberdade de votar em quem bem entendesse. Ele poderia utilizar-se do voto secreto ou a descoberto, ou seja, simplesmente depositar a cédula na urna ou permitir que alguém do jornal também visse o documento, com o objetivo de garantir maior credibilidade ao processo. O candidato mais votado teria direito à publicação do seu retrato no jornal, “com um engrossamento cheio de floreios, de retórica e nós pelas costas”.

Na primeira semana apenas seis votos chegaram à redação, todos para o Dr. Abraham Glasser, cujo nome, embora não estivesse relacionado na lista, foi acatado. Na semana seguinte

já havia 57 votos contabilizados, também relacionando novos nomes, de acordo com a vontade dos “eleitores”. Na finalização da contagem dos votos, o *Diário dos Campos* informou o registro de 1.136 votos, com 24 candidatos citados, relacionando a votação de cada um. Quem recebeu o maior número de votos foi o médico Abraham Glasser, com 447 indicações. O segundo colocado foi o capitão Graciano Antunes, com 409 votos. Nenhum dos dois fazia parte da listagem original.

As eleições reais foram mais tumultuadas. Devido à suspeita de fraude no processo, quem acabou assumindo a prefeitura interinamente, por determinação do governador Affonso Alves de Camargo, foi Brasília Ribas.

Em 1917 foram realizadas novas eleições, que confirmaram a tendência apontada pelo *Diário dos Campos*. Por 461 votos, foi eleito prefeito de Ponta Grossa o médico Abraham Glasser, que se manteve no comando do município até 1923.

Nem bem tinha terminado a campanha para saber quem os ponta-grossenses queriam à frente do executivo municipal, o *Diário dos Campos* já lançava outras duas propostas de eleições similares. A primeira era para saber da população que político paranaense deveria tomar parte do alto governo do país. A segunda eleição era para decidir quem era a ponta-grossense mais bonita, capaz de representar a cidade num concurso nacional.

A GRANDE GUERRA

Apesar de a Primeira Guerra Mundial ter iniciado em 1914, ela só passou a ter maiores reflexos na vida cultural brasileira a partir de 1917, ano em que o Brasil se posicionou frente ao conflito.

A população de Ponta Grossa era formada por um número significativo de imigrantes ou descendentes de imigrantes, que tinham chegado ao Brasil no fim do século XIX. A indisposi-

ção entre vários países, motivada pela guerra, gradativamente causou desconfortos locais, estimulando a desconfiança em relação aos estrangeiros.

Com frequência, o *Diário dos Campos* recebia e publicava boletins informativos, relacionados à guerra, sendo o assunto muito mais valorizado em espaço que os acontecimentos locais. A guerra era tratada tal como se fosse um acontecimento diretamente relacionado com a vida cotidiana da cidade, mesmo sendo o enfoque direcionado para o conflito no Velho Mundo.

Muitos hábitos locais passaram por mudanças em decorrência da guerra, embora não se discutisse abertamente a interferência das lutas mundiais no modo de vida do brasileiro. Os maiores impactos foram notados na vida cultural da cidade. Todos os clubes e grupos em que os imigrantes se reuniam eram tidos como possíveis espaços de articulações de forças políticas, que podiam rebelar-se contra a pátria brasileira a qualquer instante.

Com a entrada do Brasil na guerra, declarando-se opositor à Alemanha, a situação ainda fica mais tensa. A notícia foi publicada na edição de 17 de outubro de 1917, de forma bastante resumida, seguindo o padrão telegráfico.

A medida teve reflexo imediato na vigilância que o Estado fazia sobre o estrangeiro. Os clubes e as escolas fundadas por imigrantes foram os primeiros alvos, e várias proibições foram decretadas, como dar aulas em outro idioma que não fosse o português. Toda forma de organização social ou recreativa que não tivesse interesses puramente nacionais foi fechada.

O discurso foi incorporado pelo *Diário dos Campos* ao longo do período da guerra. O jornal passou a mostrar situações que evidenciavam os estrangeiros como conspiradores e figuras indesejáveis. Essa ideia se mostrou tão forte no imaginário coletivo local, que levou cidadãos a reagirem diante de determinadas situações cotidianas. Assim, na edição de 31 de outubro, por exemplo, o *Diário dos Campos* noticiou que um turco qualquer entendeu de vender, na Rua XV, retratos do Kai-

ser. Dois cavalheiros indignados como o procedimento leviano do vendedor espatifaram os quadros, furaram o olho do retrato e penduraram o Kaiser de cabeça para baixo, com o letreiro “bandido, cáften, assassino”.

Em meio a esse clima, o jornal tentava mostrar o seu papel de veículo preocupado com os interesses do município, tal como pregado no subtítulo de *O Progresso*: “Órgão dedicado aos interesses do Município e do Estado”. Isso motivou posicionamentos bastante ufanistas e centrados na ideia de que somente os hábitos genuinamente nacionais eram capazes de construir uma identidade brasileira. Os costumes e tradições dos imigrantes na constituição de hábitos e práticas cotidianas eram relegados a um segundo plano, caracterizando-se mais como interferência do que como contribuição.

Durante os conflitos e as tensões geradas pela guerra, o *Diário dos Campos*, assim como boa parte da nação brasileira, envolveu-se pelo mito da superioridade norte-americana, reconhecendo os Estados Unidos como guardião das esperanças do universo. A entrada dos norte-americanos na guerra foi louvada e idolatrada.

A atuação da imprensa, não só local, mas nacional, contribuiu significativamente para que os atos e a própria história norte-americana passassem a ser referências constantes para os brasileiros, estimulando práticas e hábitos. O jornal projetava os Estados Unidos como heróis cujo exemplo de bravura devia ser seguido. Por determinação do governo federal, o dia 4 de julho passou a ser um feriado nacional, em homenagem aos Estados Unidos, que nessa data comemoram sua independência. O *Diário dos Campos* chegou a publicar editoriais reconhecendo os Estados Unidos como expoente entre os aliados. O texto gerou tanta empatia que foi reproduzido por outros jornais.

A repercussão do conflito teve forte influência na produção artístico-cultural do momento. Até os filmes que passavam no cinema local eram de apologia aos interesses norte-americanos. A simpatia demonstrada em relação aos norte-ame-

ricanos fez com que o jornal assumisse o papel de fiador das atrações e dos grupos que chegavam dos Estados Unidos.

A descrição das batalhas publicadas em 1917 e 1918 seguia o mesmo estilo dos folhetins. Quase que diariamente havia um novo capítulo marcado por tensões e o empenho dos mocinhos numa cena que podia ser decisiva, custando-lhes até a vida. O imaginário coletivo parecia conquistado pela emocionante história.

PANDEMIA

Um comunicado de capa na edição de 19 de outubro de 1918 do *Diário dos Campos* pedia à população de Ponta Grossa que se prevenisse contra a gripe espanhola, que se expandia pelo mundo e já havia chegado ao Brasil. A influenza foi identificada no solo brasileiro em setembro de 1918. Suspeitava-se que ela havia chegado a bordo do navio inglês Demerara, que, proveniente de Liverpool, atracara nos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

As consequências geradas pela gripe espanhola eram registradas quase que diariamente no jornal, que fazia menção também às vítimas locais. Foram cerca de 100 óbitos durante os 3 meses que durou a epidemia.

O cotidiano da cidade foi subvertido. Ponta Grossa, que vivia uma fase de pleno desenvolvimento, se viu surpreendida pela moléstia, que não perdoava pobres, ricos, gordos, magros, brancos, pardos... Morreram soldados, vereadores, agricultores, médicos. As ruas ficaram vazias, as reuniões se tornaram escassas.

As notícias falavam em cuidados, precauções para que a população evitasse o contato com o vírus. Além da prescrição médica oficial, era costume encontrar nos jornais remédios indicados pelo saber popular, bem como propagandas que mostravam virtudes terapêuticas ou preventivas dos mais variados

medicamentos. Falava-se das propriedades do alho, da cebola, da pimenta, do sal, da pinga, do limão, do acônito e do arsênico no combate à doença.

A transformação do cotidiano também era tônica das reportagens. Como prevenção, as autoridades determinaram a desinfecção dos trens, bagagens e passageiros, a anexação de um isolamento junto à Casa de Caridade, a desinfecção das ruas da cidade e o fechamento de escolas, cinemas e casas de diversão. Foi ainda proibida a aglomeração de pessoas em qualquer lugar, seja na estação de trem ou na romaria no dia de Finados. Até os cultos tiveram que ser suspensos. O saldo da gripe espanhola foi de mortes, luto, órfãos e aumento no custo de vida da população.

Nem o *Diário dos Campos* saiu ileso. O jornal suspendeu a circulação por duas semanas, porque, assim como em outras empresas, boa parte dos funcionários tinha sido contaminada pelo vírus, inviabilizando a continuidade dos trabalhos.

FILOSOFANDO

A casa, já velha, demonstrava cansaço. A porta começava a exigir força para mover-se, embora continuasse firme no cumprimento de seu papel de guardião. O assoalho de madeira, que bravamente resistira aos mais diversos solavancos, continuava rijo, sem envergar-se, porém, visivelmente desgastado pelo peso que por tanto tempo suportara.

Na sala de redação sobrara apenas uma mesa desordenada, repleta de papéis e jornais, e quatro amigos jornalistas se espalhavam nas cadeiras no fim do expediente, iluminados por uma fraca luz. No chão, as pontas de cigarros minuto a minuto ganhavam mais volume.

— Rapazes, vou lhes dizer uma verdade: ser jornalista sempre há de ser um palhaço — professou Hugo dos Reis, com a calma habitual.

— Protesto! Protesto! — revidaram Flávio e Alcídio, num coro simultâneo, colocando-se prontamente em pé, apesar do cansaço do final do dia.

— Pois eu concordo — aquiesceu Santos, enquanto soprava a fumaça do cigarro.

— Você enlouqueceu — retrucaram Flávio e Alcídio ainda contrariados, retomando seus lugares nas cadeiras.

— Vocês estão vendo está folha virgem, branca — disse, erguendo um papel — Ela nada mais é do que uma esperança da alma a repousar na mesa.

Os amigos se entreolharam, ainda sem compreender o que Santos tentava explicar.

— E se uma ideia forja o cérebro adormecido, lá se foi de uma vez essa esperança — interveio Hugo.

— Veem esta folha, como é branca? — retomou Santos — veem como é cândida? São os raios do talento que vão dar uma nova arquitetura a ela. As letras aparecem como chispas que saem das penas, manchando sua candura, ao mesmo tempo em que a tornam casada com o ser. Que parto infernal, este! Bruto! Duro! Violento! E isto que é o jornal!

Impaciente, Santos continuou, enquanto os outros o fitavam atenciosamente, ainda tentando decifrar seu pensamento.

— A ideia e o papel são duas virgindades que se esturpam aqui, à vista de todos. E dessa loucura, dessa ideal prostituição é que nasce a notícia, o artigo, o mar de sensação. E de toda essa dor, dessa maternidade, quase tudo é mentira. E pouco é que é verdade.

— Como, mentira? — questionou Flávio, ainda mais confuso.

— Ah! — grunhiu Alcídio, furioso.

— A mentira de Nordau — sentenciou Hugo.

Todos passaram a olhá-lo com curiosidade, esperando que ele explicasse. Hugo levantou-se da cadeira resolutamente, com um livro que estava sob a mesa, nas mãos. Abriu-o com precisão, fixou o olhar por alguns minutos na página e pôs-se a explicar o que era a mentira de Nordau:

— O circo regurgitava em uma plena função. Público não lhe faltava. As luzes em profusão tornavam tudo claro. Pela arena o jovem clown andava..... Uma cena, uma sorte comovente, pasmaria para toda aquela gente. Ele era um triste, mas fazia um chiste nesse momento, a rir, a rir, a rir, entre cambalhotas e a dizer qualquer tolice. Veio o diretor e disse que a cena de emoção começaria. Ele se encosta numa prancha. E, então, Maria começa a jogar as agudas facas cravando-as na prancha, cercando o palhaço de lâminas de aço. E, mesmo se uma quase o roçava, sempre ele continuava a rir, a rir! Triste ele era. Mas o rosto que lhe dera a natureza, retalhado, descomposto, nunca estampava tristeza. Porque esse rosto.... era uma gargalhada!! A boca infame, enorme, escancarada até as orelhas, era horrível como esse riso terrível. E assim, mesmo aflito, não perde um só dito a se exprimir com tal chalaça, com tanta graça a rir! A rir!

Hugo fez uma pausa e viu que todos continuavam atentos. Então prosseguiu:

— Ninguém viu que ele chorava de pé, com os braços abertos, enquanto Maria o circulava a golpes certos. Já soluçava então, e o povo ria julgando que era momo. Mas... por que soluçou ele se o seu fado era aquele de divertir o mundo com seu rosto imundo? Como admitir que esse homem chora, se está nessa hora a rir? E louco ali na amargura, usou o dom que lhe restava. Fez Maria dos seus olhos ser escrava. Fixou seus amores com tais fulgores no olhar dela, que a deixou hipnotizada. Tanto que a facada final em seu peito entrou e logo o matou! E ainda ao cair, já moribundo olhava o mundo a rir, a rir!

— Mas... — expressaram todos atentos esperando o fecho da conversa.

Nervoso, Hugo justificou a afirmativa que tinha feito no início da conversa ao comparar o jornalista ao palhaço.

— Essa é a verdade. Tal sou eu, jornalista, na sociedade. Como a amo! Ela me odeia! À minha ordem, só me esfaqueia.

DESPEDIDA

Desde que tinha constituído a empresa H. dos Reis e Cia., responsável pela edição do *Diário dos Campos* a partir de 1915, Hugo Mendes de Borja Reis não teve tréguas na luta para manter o jornal. Os boicotes econômicos que já existiam intensificaram-se, principalmente por parte dos governos.

Os precários salários dos gráficos e redatores eram pagos de forma homeopática e em doses incertas, obrigando-os também a se dedicar a outras atividades paralelas. Mesmo assim, a maioria continuava no jornal, pelo reconhecimento e respeito que recebiam como profissionais e pela contagiante convicção de Hugo dos Reis sobre as contribuições que a imprensa poderia trazer à humanidade.

Além de assumir o papel de repórter, Hugo dos Reis visitava cidades do interior, buscando novas assinaturas e anunciantes. Aproveitava a passagem por essas cidades para conversar com o povo, descobrir os problemas e as particularidades de cada uma, transformando as informações em notícias, que escrevia de lá mesmo e encaminhava para a redação. Durante as viagens, também arregimentava pessoas que pudessem ser correspondentes, ampliando o fluxo de informações sobre a região.

As incursões muitas vezes eram positivas, resultando num volume de anúncios que animava. Apesar disso, os problemas continuavam, por conta da inadimplência, sempre alta. As dificuldades financeiras obrigaram até dona Rosália Barros Reis, mulher de Hugo, a juntar exemplares de jornais velhos e vendê-los, como meio de ajudar no sustento da família.

Mesmo na crise, porém, Hugo não desistia da ideia de modernizar o jornal e aumentar sua expressão. Num editorial, publicado em agosto de 1920, ele falava de sua relação com a cidade e citava "interesses" que o impediam de exercer o seu trabalho. Também comentava sobre a tentativa de um emprestimo, com o objetivo de adquirir linotipos, prelos mais eficien-

tes, clichês novos e, quem sabe, um prédio próprio, mas ninguém o ajudava.

Na edição de 31 de agosto de 1921, Hugo mais uma vez falava do desejo de transformar o *Diário dos Campos* num jornal de expressão nacional, assim como já acontecia com o *Estado de São Paulo*. Ele reiterava a sua disposição em trabalhar para que o jornal e a cidade se projetassem, mas novamente chamava a atenção sobre a importância de as indústrias e o comércio contribuírem na viabilização do projeto, por meio de anúncios e do pagamento das pendências.

Hugo mencionava a possibilidade de mudar-se para São Paulo, onde seria mais fácil conseguir recursos e lançar um jornal com circulação nacional, que também valorizasse os preceitos espiritualistas na sua concepção editorial, embora preferisse continuar em Ponta Grossa, “amortizando a dívida de gratidão com a cidade”, que o fizera renascer fisicamente. Ele lembrava que durante treze anos se dedicara ao jornal *O Progresso* e ao *Diário dos Campos*, sem lucros e sem interesses, não recebendo nenhuma compensação e nenhum benefício político pelo seu trabalho. Tudo que fazia era a partir da crença filosófica que pregava a evolução do homem, a superação de si mesmo, a assistência à sociedade e o cuidado aos mais fracos, embora muitas vezes sua existência fosse marcada pela dor e incompreensão.

No mesmo período, os políticos Elizeu de Campos Mello e Vitor Antônio Batista procuraram Hugo dos Reis para intermediar a venda do jornal ao Dr. Felizardo Toscano de Brito. Os dois também entrariam como sócios da nova firma, que contaria com o teatrólogo José Cadilhe na direção de jornalismo.

Na edição de 2 de setembro de 1921, Hugo dos Reis já não aparecia como diretor do *Diário dos Campos*. Um breve texto assinado por ele informava que o jornal tinha sido arrendado a Toscano de Brito, conforme contrato lavrado no Tabelionato Camargo. Na nota ele agradecia aos que tinham ajudado a conduzir o “fardo pesado, a cruz dolorosa de um jornal

como este, de orientação difícil, imparcial e procurando ser justo” na sua longa peregrinação.

EM CENA

O romantismo, enquanto corrente literária, teve uma forte influência sobre o jornalismo praticado nas primeiras décadas do século XX. Era comum os redatores e os próprios leitores que interagiam com *O Progresso* e, mais tarde, com o *Diário dos Campos* defenderem seus pontos de vista por meio de poemas em vez de artigos. Numa linguagem até certo ponto rebuscada, muitas vezes as ideias centrais eram perceptíveis mais nas entrelinhas do que na informação explícita do texto.

A adoção de pseudônimos na assinatura dos poemas era prática comum na época. Normalmente eles eram oferecidos a alguém, e os campeões de homenagens quase sempre eram políticos. Namoradinhos também não perdiam a oportunidade de se comunicar, trocando juras de amores proibidos em versos publicados no jornal.

A aproximação entre jornalismo e literatura era reforçada em *O Progresso* e no *Diário dos Campos* por meio dos folhetins, que transcreviam obras literárias completas de importantes escritores nacionais e estrangeiros em forma de capítulos distribuídos em várias edições. Assim, os leitores por muito tempo puderam deleitar-se com textos como *Tísica*, de Santarino, *Quatro Horas Inocentes*, de Camilo Castelo Branco, *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, e *Samambo*, de Gustave Flaubert, entre vários outros. Dessa maneira, o jornal se consolidou como forma não só de manifestação como também de acesso à cultura.

A fase boêmia que marcou o jornalismo brasileiro teve maior longevidade na imprensa interiorana. Assim, as mudanças para acompanhar as tendências nos principais centros

urbanos foram gradativas, porém irreversíveis, ao longo das décadas de 20 e 30, formando as bases da grande reforma editorial incorporada pelo jornalismo na década de 50.

URBANIZAÇÃO IMPULSIONADA

Curitiba abria a década de 1910 com uma população aproximada de 100 mil habitantes, e o fato de ser o centro administrativo e político dotava-a de ares metropolitanos, apesar de ainda manter inúmeras “práticas provincianas” em seu cotidiano.

Ponta Grossa, por sua vez, vinha de uma brusca ruptura com seu secular passado rural e pastoril a partir da década final do século XIX, quando as ferrovias — elemento definidor de transformações naquele século — chegaram à cidade.

Ao entrar no século XX, Ponta Grossa deixava de ser apenas mais um local por onde passavam os tropeiros e onde invernoava o gado que vinha do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo, e tornava-se o mais vibrante núcleo urbano não só dos Campos Gerais como de todo o interior paranaense.

Mesmo com uma população acanhada, em torno de 10 mil habitantes, Ponta Grossa logo aderiu aos padrões da modernidade. Rapidamente as ruas centrais da cidade foram calçadas e ganharam, a partir de 1905, iluminação elétrica. As comunicações tornaram-se mais ágeis com o uso do telégrafo e do telefone. Os automóveis, a subir e descer nas ladeiras da área central, passaram a dividir espaço com a charrete e os carroções, que representavam um passado que se esvaía. As chaminés das fábricas espalhavam a fumaça do progresso, um tempo em que a ecologia era ainda um conceito conhecido por poucos. Os operários, os colonos russo-alemães e os viajantes, que não paravam de chegar à cidade, compunham o qua-

dro dos novos personagens que acompanhavam a emergência desse momento.

O intenso ritmo do crescimento do núcleo urbano ponta-grossense era visto a cada dobrar das esquinas. As ruas e carreiros da área central da cidade ganharam novos contornos, alinharam-se e urbanizaram-se. Nessas ruas, as antigas construções coloniais, rústicas e pouco atraentes, deixaram de ditar o perfil arquitetônico, e davam lugar aos palacetes de estilo eclético. Ao lado das luxuosas construções, a cidade também viu proliferarem as casas de madeira, com telhados pontiagudos, ornamentadas por lambrequins. Elas abrigavam os imigrantes pobres, os trabalhadores das ferrovias e os operários.

Os hábitos requintaram-se: cafés, casas comerciais recheadas de produtos, hotéis, cineteatros, bailes, *soirées*, praças arborizadas, operetas, *footing* noturno, clubes sociais, espetáculos esportivos, retretas dominicais, adoção de termos franceses e ingleses na linguagem cotidiana... Essa era a Ponta Grossa que se apresentava para o século XX. Esse *glamour* e essa vivência acentuadamente “urbana” marcaram fortemente a identidade ponta-grossense das décadas de 1920 e 1930.

Ao iniciar os anos 20, Ponta Grossa desfrutava de uma confortável situação no cenário político e econômico paranaense. Transformada em principal entroncamento ferroviário do sul do país, a cidade prosperou e passou a desfrutar dos benefícios econômicos produzidos pela intensa circulação de capitais, propiciada pela Estrada de Ferro.

De acordo com dados oficiais da Secretaria de Finanças do Paraná, em 1924 Ponta Grossa possuía 75 indústrias, que representavam mais de 5% do total de indústrias existentes no estado. Esses estabelecimentos espalhavam-se pela irregular área urbana ponta-grossense.

Na década de 1920, a região central da cidade, onde se localizava o centro histórico, com seus símbolos de poder no período (prefeitura, catedral, fórum, cadeia etc.), era ocupada pelo segmento das elites locais, notadamente pelas tradicio-

nais famílias que controlavam a política e a economia da cidade. Os imigrantes e a população pobre ocuparam as áreas periféricas, arrabaldes e as colônias localizadas fora do perímetro urbano, dando origem a muitos dos bairros que conhecemos atualmente.

A forma tentacular como Ponta Grossa se estruturou resultou numa precária integração física e em acentuadas dificuldades na ligação entre os bairros, muitos deles originalmente colônias de imigrantes.

O fato de Ponta Grossa ampliar sua condição de entreposto comercial fez com que, a partir da década de 1920, seu desenvolvimento urbano tomasse forte impulso. Verificou-se a ocupação de áreas próximas ao curso dos trilhos das ferrovias, seguindo os espigões do relevo. Foi nessa década que se constituíram os bairros de Oficinas (ao sul) e Uvaranas (a leste). No primeiro, instalaram-se as oficinas da São Paulo—Rio Grande e a vila dos operários. Os ferroviários destacaram-se em Ponta Grossa tanto por sua expressão numérica quanto por sua participação em movimentos sociais, como as greves de 1917 e 1920, com a fundação de órgãos de classe e da Associação Beneficente 26 de Outubro.

Por sua vez, o bairro de Uvaranas teve origem a partir das colônias italianas e polonesas existentes na região; esse bairro, apesar de ser uma área claramente residencial, contava com o Hospital Ferroviário 26 de Outubro, o quartel do 5.º Regimento de Infantaria e o Jôquei Clube.

O PAPEL DA IMPRENSA

A transição da direção do *Diário dos Campos*, de Hugo dos Reis para o grupo ligado a Elyseu de Campos Mello, Toscano de Britto e José Cadilhe, aconteceu no dia 2 de setembro de 1921, e pôde ser percebida pela nova linha editorial assumida.

O novo grupo promoveu uma pequena reformulação gráfica, com adoção de novo padrão tipográfico para o título. O redator-chefe José Cadilhe deu o tom da nova linguagem, mais literária, dramatizada e, algumas vezes, polêmica. O papel da imprensa foi definido como de porta-voz da verdade e sentinela da ordem.

As críticas ao governo do prefeito Brasília Ribas foram ferrenhas e sem meias palavras, tendo início já na primeira semana de setembro. O *Diário dos Campos* se posicionou favorável ao vereador Atílio Pallermo, cassado pelo prefeito por não pertencer ao seu grupo político. Nesse incidente, Ribas foi tratado como déspota, sem moral e sem caráter. Toscano de Brito encarregou-se pessoalmente de seguir ao Rio de Janeiro e dar entrada com um pedido de *habeas corpus* junto ao Tribunal Federal, como advogado de Atílio Pallermo.

A conquista judicial foi relatada na edição de 7 de setembro de 1921, seguida do anúncio de que o jornal acompanharia o desdobramento desse episódio no legislativo municipal. A primeira sessão agendada não se realizou, devido a uma manobra política que resultou na falta de quórum. A segunda foi acompanhada por um grande número de pessoas, mas acabou interrompida, depois de muito bate-boca e da falta de energia elétrica. O fato foi considerado criminoso, já que capangas teriam se aproveitado da escuridão para ameaçar com revólveres os vereadores favoráveis à reintegração de Atílio Pallermo. A confusão também foi geral entre a plateia, com correria, gente caindo e sendo pisoteada.

Todos os detalhes dessa malfadada sessão foram descritos minuciosamente numa reportagem que ocupou toda a primeira página do *Diário dos Campos*. O tema teve tanta repercussão local que a edição do dia 12 de setembro foi esgotada, o que obrigou a gerência do jornal a lançar uma segunda edição, no mesmo dia.

O repórter do *Diário dos Campos* sofreu ameaças, que foram comunicadas à imprensa de Curitiba, ao governador do estado e ao chefe de polícia, com a solicitação de garantias,

para que o jornal pudesse dar continuidade ao trabalho, de relatar a “verdade dos fatos”.

O episódio foi encerrado com uma nova sessão da Câmara, que garantiu o mandato a Attílio Pallermo. Mais uma vez ocupando integralmente a primeira página, a manchete do *Diário dos Campos* anunciava: “Está liquidado o sensacional caso do camarista Attílio Pallermo”.

A ARTE E O JORNALISMO

Os tipógrafos já haviam terminado de compor todas as matérias produzidas pelos redatores, quando se deram conta de que o volume era insuficiente para finalizar a montagem da página. Para ganhar espaço, o anúncio do “leite condensado Moça” foi ampliado em dois centímetros na altura e o da liquidação geral de joias, relógios e gramofones foi expandido em outros cinco centímetros. Até mesmo o anúncio da parteira, que também era massagista, recebeu mais destaque que o previsto. Mesmo assim, ainda sobrava espaço e faltava conteúdo.

Frente ao problema, o chefe da oficina José Deslandes de Souza não teve dúvidas em se dirigir à redação, com um pedido já formulado:

— Seu Cadilhe, precisamos preencher um espaço de duas colunas por 15 centímetros de altura. Não há mais material.

O redator-chefe do *Diário dos Campos* olhou pacientemente o cansado chefe de oficina e anunciou:

— Em cinco minutos, Deslandes... Em cinco minutos você terá o material de que precisa — Cadilhe respirou fundo, acendeu um cigarro e deu três profundas tragadas. Na primeira, soltou o ar tão rápido que a fumaça fez levantar as folhas de papel sobre a mesa, como se fossem tomadas por uma brisa enevoada. Na segunda, a fumaça já saiu mais mansa e, na terceira, já estava totalmente domada, brotando da boca de

Cadilhe como pequenas auréolas. Imediatamente, o jornalista e teatrólogo começou a compor um soneto que, religiosamente dentro dos cinco minutos previstos, estava concluído. Cadilhe só titubeou na hora de definir como assinaria o texto.

— Hoje, quem assina é o Atanagildo de Freitas! — sentenciou.

Cadilhe mantinha diversos outros pseudônimos para assinar seus sonetos. Ora ele era o Bento dos Santos, ora Atanagildo de Freitas, ora Marília Medeiros, entre tantos outros personagens a quem ele deu vida com sua pena.

Ele próprio não se preocupava em guardar os sonetos de sua autoria. Só não houve dispersão maior de sua obra porque Eloína, sua filha mais velha, incumbia-se de colecionar as publicações do pai.

Para Cadilhe, o jornalismo e o teatro muitas vezes eram uma só coisa. A notícia entrava no jornal de forma dramatizada, como se tivesse pronta para ser encenada no palco. Muitas vezes parecia ter sido concebida em forma de atos, em que as cenas eram cuidadosamente descritas como se fossem referências para a construção do cenário.

Essa vertente dramatúrgica que Cadilhe incorporava ao jornalismo podia ser observada tanto no noticiário corriqueiro quanto nos grandes acontecimentos. Sobre o desfile do Colégio Sant'Anna, durante as comemorações da Independência em 1923, por exemplo, ele pegou a pena e escreveu:

Festas. Dias de sol. Luz profusa, céu azul. A natureza se desdobra em galas. Tudo trescalava suavidade e alegria. As noites tépidas e rendilhas de astros encantam e convidam às palestras e aos passeios. No Sant'Anna tivemos a linda festividade promovida pelo colégio Sant'Anna, conceituado estabelecimento de educação. As jovens que tomaram parte no caprichoso programa conduziram-se com suave graça, extraordinariamente bem...

Adejaniro Cardon, o aprendiz que acompanhava Cadilhe, sempre que o via transcender no seu ritual criativo, murmurava pelo canto:

— Esse velho é mesmo loução — embora o velho fosse um adjetivo utilizado e concebido a partir de seu olhar de menino, já que o jornalista não tinha mais que 40 anos.

A EMPRESA J. CADILHE

O grupo que assumiu a direção do *Diário dos Campos* em 1921 organizou a empresa J. Cadilhe, que, em vez do arrendamento por um ano, acabou assumindo a propriedade do jornal. O próprio Cadilhe, no entanto, não tinha uma atuação contínua no jornal, já que muitas vezes viajava em turnês para apresentação de seus dramas, comédias e operetas em outras regiões.

O único período que Cadilhe ficou afastado dos palcos foi quando sua filha mais velha, Eloína, morreu, vítima de febre tifoide, logo depois de uma estreia bem-sucedida no teatro. A própria vida de Cadilhe foi um drama. Ele perdeu o pai ainda criança. A inclinação demonstrada pela arte desde os 13 anos era vista com preconceito pelo padrinho. Sua primeira esposa faleceu em seus braços, enquanto trabalhava como telegrafista da estrada de ferro.

Como jornalista, não media palavras, nem suavizava críticas, por mais que muitas delas aparecessem em forma de versos. A influência da dramaturgia fazia com que simples notas policiais virassem verdadeiros dramas, com reconstrução de cenas e outros elementos que conferiam emoção à narrativa.

Em 1928, Cadilhe deixou o *Diário dos Campos*, e a empresa foi assumida por Elyseu de Campos Mello.

CAPÍTULO 2

A ERA JUCA

O jornal A Noite, fundado em 1911, no Rio de Janeiro, pelo veterano Irineu Marinho, noticiou na edição de 20 de junho de 1933 um fato que movimentou o meio jornalístico nacional: "Prisão de um jornalista do Paraná". O texto, escrito pelo correspondente do jornal em Curitiba, dava mais detalhes do caso: "O delegado de Polícia de Ponta Grossa prendeu o Sr. José Hoffmann, diretor do Diário dos Campos..."

A PRISÃO

Vestindo uma sobrecasaca sob o tradicional terno bege, ornando com o chapéu de feltro marrom, Juca Hoffmann seguia vagarosamente, pitando pela Rua XV de Novembro. Casaizinhos passavam apressados em direção ao Cine Renascença, na Rua Sete de Setembro, na tentativa de chegar a tempo para a sessão das 18 horas. Mesmo com muita gente sem sair de casa, com receio do frio, o vai e vem do domingo na Rua XV, tradicional pelo *footing* noturno, era grande.

Juca preparava-se para virar à esquerda, com a intenção de chegar até a Rua Dr. Colares, quando dois aspirantes da polícia o cercaram. O primeiro o interditou, colocando-se à sua frente. O segundo postou-se logo atrás, tão colado que impedia qualquer movimento.

— Estou falando com o Sr. Juca Hoffmann? — indagou o aspirante da frente, com uma voz impostada.

— Está. — respondeu Juca, sem entender a abordagem.

— Então o senhor está preso, por ordem do delegado!

— Preso? Por quê? O que quer o delegado? — indagou o jornalista.

— Não sei. Apenas cumprimos ordem — afirmou o aspirante, deixando discretamente aparecer o revólver que segurava no bolso da capa.

Sem oferecer resistência, Juca deu meia-volta e seguiu, escoltado pelos dois homens. No cruzamento com a Rua Augusto Ribas o trio deu de cara com o delegado, que olhou para os aspirantes e ordenou:

— Levem-no para a detenção! Podem seguir pelas ruas centrais, que a exibição mostra força perante o povo!

Quando chegaram à Praça Floriano Peixoto, Juca notou que um grupo de policiais esperava ordens. Um dos cabos se antecipou:

— O que é para fazer com ele?

— O delegado mandou que o recolhêssemos no xadrez — respondeu um dos aspirantes.

Juca Hoffmann foi conduzido para o cubículo 12. Diferente das demais celas, essa era a única sem iluminação.

— Não há luz aqui? — questionou o jornalista.

O carcereiro se limitou a um não seco. Juca se recolheu no cômodo escuro e apoiou as costas na parede. Não havia mais nada no local. Só ele, as paredes e as grades. Permaneceu pensativo por uns 15 minutos, até que um ruído de água chamou sua atenção. Praticamente sem enxergar nada, abaixou-se vagarosamente, apalpando o assoalho. Encontrou uma camada de água e barro. Para tirar a dúvida, dirigiu-se em voz alta ao detento da cela ao lado, questionando em que condições estavam os demais cubículos. A resposta confirmou a cisma do jornalista.

— Essa cela onde o senhor se encontra foi cuidadosamente preparada hoje à tarde. Jogaram baldes de água repetidas vezes...

João Eugênio Zimmermann, gerente do *Diário dos Campos* e sócio de Juca, fez diversos contatos locais e conseguiu mobilizar autoridades estaduais, que teriam ordenado a soltura de Juca. Dada a situação por resolvida, Zimmermann decidiu ir ao cinema, quando também foi abordado por agentes da polícia, que o convidaram para ir à detenção. Ficou detido por mais de duas horas, passando por um criterioso interrogatório comandado pelo

delegado, Apenas uma parte das declarações dadas por ele foi registrada.

Enquanto isso, Juca continuava em sua cela, na condição de preso incomunicável. Nem amigos, nem advogados conseguiam acesso a ele. Apenas por volta da meia-noite foi retirado do cubículo e conduzido para a sala de comando para prestar depoimento. Em tom provocativo, o delegado iniciou o interrogatório:

— O senhor me chamou de ladrão? — indagou.

— Não chamei — limitou-se a responder.

— Então como explica o caso de haver 500\$000 desaparecidos misteriosamente?

O caso que incomodava o delegado era uma denúncia, publicada pelo *Diário dos Campos*, de desvio de recursos dos jogos de azar, que deveriam ter sido repassados à Santa Casa. Por meio de sucessivas reportagens, o jornal vinha questionando seguidamente o destino do dinheiro, cobrando das autoridades empenho na apuração. Percebendo que o delegado forçava o desacato como medida para mantê-lo preso, Juca decidiu não entrar no jogo, respondendo com calma e tranquilidade às questões que lhe eram feitas. Depois do interrogatório, o delegado retirou-se e o comandante achou melhor encaminhar Juca a uma sala, em vez de fazê-lo retornar ao famigerado cubículo 12. Só no dia seguinte, às 11 horas da manhã, conseguiu ser liberado, apesar de a ordem de soltura ter vindo com antecedência. Antes disso, porém, foi fichado. O crime? Porte de arma proibida e desacato à autoridade.

RETALIAÇÃO

A retaliação a Juca Hoffmann e ao jornal pela denúncia de desvio de dinheiro de jogos não se encerrou com a prisão

do jornalista. Juca tinha assumido o *Diário dos Campos* em 1931, depois que Elyseu de Campos Mello desistira de levar o jornal adiante. Até aquele momento, no entanto, Campos Mello não tinha retirado o prelo da oficina, que continuava sendo utilizado para a impressão do jornal.

Quando retornou ao *Diário dos Campos*, depois da passagem pela detenção, Juca encontrou novamente dois investigadores de polícia na Rua XV de Novembro, que o convidaram a seguir até o jornal. Chegando lá, viu a redação ocupada por policiais e integrantes de um grupo político adversário, portando uma carta de autorização, assinada por Elyseu Campos Mello, para evitar que o jornal circulasse no dia seguinte, com o relato do episódio da prisão e um reforço da denúncia.

— Mas isso, afinal, não é um caso de polícia! — argumentou Juca, afirmando que já tinha iniciado uma negociação com Campos Mello para a aquisição do maquinário — Não nos recusamos a entregar o que não nos pertence, mas a maneira com que pretendem retirá-lo daqui é inexplicável. Mesmo no caso que nos recusássemos a entregar, à polícia nada compete fazer, a não ser que fosse com um mandado de reintegração de posse!

Juca ainda alegou que o prelo estava hipotecado, pertencendo ao Banco Francês e não mais a Elyseu. Ele e os adversários iniciaram uma corrida ao banco. Paralelamente, o delegado procurou Protássio Vargas, proprietário da *Folha do Povo*, proibindo-o de emprestar as chaves da oficina a Juca, inviabilizando um meio alternativo para que imprimisse o jornal.

A confusão foi levada às autoridades de Curitiba, que imediatamente trataram de exonerar o delegado. O *Diário dos Campos* foi editado no dia 20 de junho com detalhes do caso. E o assunto mais uma vez ganhou as páginas do jornal *A Noite*, no Rio de Janeiro, com o seguinte teor:

Ecoss e novidades

Um jornalista de Ponta Grossa, aliás, colega brilhante e que vive exclusivamente da sua pena, Sr. Juca Hoffmann, foi metido na cadeia pelo delegado de polícia local por ter praticado o "crime" de ter pedido a essa autoridade que explicasse o emprego de certa verba. O interventor no Paraná, Sr. Manoel Ribas, mesmo desta capital, onde se encontra, logo que teve conhecimento do abuso de autoridade, mandou pôr o jornalista em liberdade e demitir o delegado de Ponta Grossa. O fato veio, ainda mais uma vez, demonstrar as dificuldades com que luta a imprensa para bem cumprir a sua missão. Admite-se, geralmente, que um jornal nada mais é que um eco da opinião pública com direito a crítica e, pois, com direito de apreciação dos atos dos homens públicos. Cercar-lhe esse direito é implicitamente desviá-lo das suas funções. Meter na cadeia um jornalista somente porque o seu jornal deseja saber, naturalmente por motivos ponderáveis, que emprego foi dado a dinheiros públicos, entregues à própria autoridade policial, é um abuso inqualificável e que somente poderia ser castigado pela maneira que foi. A atitude do Sr. Manoel Ribas, digna e pronta, merece, pois, este registro pois é um exemplo que desejaríamos ver imitado a bem da dignidade da própria autoridade e em benefício da opinião pública representada pela imprensa.

RENOVAÇÃO

O *Diário dos Campos* entrou numa nova fase sob o comando de Juca Hoffmann. O estilo romântico (embora não ingênuo), o engajamento literário e a forma desorganizada de

produção da notícia, que caracterizaram o noticiário local até o fim da década de 20, foram substituídos por um jornalismo mais comprometido com os fatos cotidianos, interpretado por linguagem direta, ágil, realista, embora também marcadamente polêmica e influenciada pela opinião do proprietário. Quanto à forma, o jornal adquiriu uma organização mais contemporânea, com a adoção sistemática de títulos, manchetes e seções especializadas, como a esportiva e a policial.

Juca Hoffmann mostrou-se, desde cedo, um profundo conhecedor da realidade local. Tinha a sensibilidade para reconhecer os problemas e as peculiaridades da cidade, transformando-as em notícias. Empunhando a pena, conseguia demonstrar, ao mesmo tempo, bravura e ousadia. Sem papas na língua e sem autocensura na hora de escrever, seu texto com frequência era temido. O tom inflamado dos seus textos logo lhe rendeu admiradores e inimigos pessoais. Apesar disso, ele sabia compreender e traduzir com incrível desembaraço o pensamento da sociedade, pautando-se muitas vezes pelo seu senso de justiça.

Filho de um destacado comerciante atacadista de origem russo-alemã, Juca nasceu em Ponta Grossa em 21 de julho de 1904. Assim como acontecia com outros imigrantes da época, muitos o chamavam de Russo, demonstrando o tratamento pejorativo e preconceituoso com que a sociedade se referia aos imigrantes. A formação cristã da família fez com que ele estudasse em instituições de ensino católicas, como o Colégio Sant'Anna e o Colégio São Luiz. Na adolescência, foi para São Paulo, para estudar na Escola Coração de Jesus.

No jornalismo, Juca Hoffmann foi autodidata. Exímio observador, conseguia trazer as sutilezas e detalhes do cotidiano aparentemente banais para os seus textos, transformando-os em alvos de profundas reflexões, que nos permitem hoje conhecer com muito mais detalhe a sociedade daquele tempo.

Como jornalista, ele mostrava também uma preocupação contínua em relacionar o contexto local com a realidade nacio-

nal. Era o típico intelectual dos anos 30, engajado nas questões sociais e políticas, obcecado pela crítica e sem receio de expor, por meio de crônicas, os seus valores e as suas opiniões.

Dentro das suas convicções, foi um ferrenho opositor do Movimento Integralista em Ponta Grossa e, em seus textos no jornal, ele fazia duras críticas aos integralistas, classificando-os como "sigmóides". Desqualificava-os, acusando-os de extremistas e colocando-os no mesmo nível dos comunistas ateus.

Juca adquiriu seus amplos conhecimentos teóricos a partir de muita leitura. Em sua casa, transformou um quarto em biblioteca particular, onde passava horas lendo. Os livros ganhavam uma versão própria, com trechos destacados e enriquecidos por comentários, considerações e reflexões, que ele registrava com a caneta-tinteiro.

Entre as obras e anotações, encontram-se críticas ao socialismo soviético, em plena década de 40, finas edições da obra completa de Nietzsche e Machado de Assis, uma enciclopédia completa e imensa, anterior à Segunda Guerra Mundial, biografias de bandeirantes e narrativas de viajantes ao Extremo Oriente. Isto sem falar nos discos, alguns em 78 rotações, misto de bossa-nova e clássicos eruditos. O dicionário dele, várias vezes reencadernado, era repleto de marcas de caneta.

NOVAS PRÁTICAS

A denúncia, o questionamento, o engajamento político e a obsessão pelas particularidades da cidade marcaram a linha editorial do *Diário dos Campos* durante as três décadas em que Juca Hoffmann ficou à sua frente. A modernização foi visível, marcando uma ruptura com o jornalismo predominantemente opinativo, caracterizado pela defesa de causas e sem o compromisso de transformar em notícia o dia a dia da comunidade.

O trabalho de reportagem experimental que Hugo dos Reis começou a desenvolver na década de 10, deslocando-se até o local dos fatos na tentativa de melhor compreendê-los, passou a ser ação comum do jornalismo local nos anos 30. Práticas, elementos e conceitos presentes no jornalismo desenvolvido pelos grandes jornais brasileiros passaram a ser incorporados pelo *Diário dos Campos*, como é o caso das entrevistas, da busca de fontes para dar credibilidade à notícia, da investigação jornalística, da criação — mesmo que ainda incipiente — de espaços próprios e especializados para determinados gêneros do jornalismo, como o policial e o esportivo. Além disso, o furo jornalístico passou a ser mais valorizado.

Apesar das transformações, os princípios de objetividade e imparcialidade ainda eram bastante distantes do jornalismo praticado. Apesar de incorporar novas técnicas, assumindo novos padrões para notícias, o jornalismo ainda apresentava um lastro subjetivo bastante forte e dependente dos pontos de vista e da visão de mundo dos proprietários de jornais. A notícia ainda não ponderava duas ou mais versões sobre o fato. A versão mostrada era aquela que o jornalista ou que o diretor do jornal acreditava ser a verdadeira.

Apesar da predominância do subjetivismo, o *Diário dos Campos* entrou na década de 30 promovendo enquetes para saber a opinião das mulheres a respeito da concessão do direito do voto feminino. O ímpeto investigativo podia ser notado em situações como a descoberta, por parte de repórteres do *Diário dos Campos*, do paradeiro da estátua do Dr. Munhoz da Rocha, que tinha sido roubada da Praça João Pessoa no início da revolução de outubro de 1930.

Outra notícia, de 1935, mostrava bem o novo paradigma editorial. O jornal denunciou empresários da Matte Laranjeira, que obrigavam paraguaios e argentinos a realizar trabalho escravo. O *Diário dos Campos* conseguiu uma entrevista exclusiva com um rapaz brasileiro que tinha fugido de lá. Ele revelou que as pessoas eram obrigadas a trabalhar mais de 10 horas

por dia, e o salário que recebiam era insuficiente para pagar a alimentação fornecida pela empresa, a preços exorbitantes. No fim do mês os empregados contraíam dívidas com a empresa, e quem se recusasse a trabalhar era açoitado. Muitos que tentaram fugir tinham sido fuzilados.

Em junho do mesmo ano, um repórter do jornal flagrou um aspirante procurado pela polícia transitando pela Rua Carlos Cavalcanti. A provocação levantada pelo jornal foi imediata: “Não deveria o aspirante ser detido? Enfim... pode ser que o jovem oficial talvez esteja sendo favorecido pela tão debatida hermenêutica daquele célebre artigo constitucional...”

Entre o fim de 1937 e o início de 1938, o *Diário dos Campos* publicou uma série formada por cerca de 50 crônicas, numa coluna intitulada “Problemas Citadinos”. Sua proposta era discutir os problemas e as peculiaridades da sociedade local, que se reinventara nos últimos 30 anos, conquistando o progresso, o desenvolvimento econômico, mas que também agregara problemas típicos de uma cidade urbanizada.

A coluna retratava o cotidiano na sua face mais simples e desmistificada, abordando o modo de o cidadão se comportar publicamente, a presença de animais nas ruas, a limpeza dos terrenos baldios, o trabalho de crianças, a entrega do pão e do leite, as normas de sepultamento, os sons e os cheiros das ruas, entre tantos outros temas presentes na vida do cidadão que viveu nos anos 30. A abordagem se contrapunha à própria representação da cidade mostrada em outros espaços do jornal, num discurso bem mais otimista, retratando uma cidade bela, ornamentada, civilizada, ideal para se morar, ungida pelo desenvolvimento econômico. Assim, a cidade bela, encantadora, civilizada e idealizada convivia com uma cidade onde se observava a depredação do patrimônio público, que necessitava alinhar suas ruas e casas, que precisava se preocupar com o crescente número de mendigos e desocupados, que precisava criar um sistema de identificação de túmulos no cemitério e regulamentar o uso dos veículos públicos.

A DEMISSÃO DO PREFEITO

Os vários contatos mantidos por Juca Hoffmann em Curitiba fizeram com que, em abril de 1932, ele tomasse conhecimento, em primeira mão, de uma “notícia-bomba” para Ponta Grossa: o prefeito Othon Madder tinha encaminhado um extenso telegrama ao interventor do Paraná, pedindo demissão.

A novidade logo foi anunciada no *placard* do *Diário dos Campos*, na Rua XV de Novembro, como um furo jornalístico. A repercussão foi imediata. Centenas de pessoas se reuniram na estreita rua, em busca de mais informações sobre o fato, fazendo o centro de Ponta Grossa fervilhar.

Juca foi ao Hotel Avenida, onde morava o prefeito, em busca da confirmação e de mais detalhes, e então ouviu do próprio Madder.

— É tudo verdade. Pode confirmar pelo seu jornal que eu solicitei hoje à tarde ao interventor, telegraficamente, a minha demissão do cargo de prefeito do município.

— E se a população toda, no que tem de mais representativa, se manifestar desejosa de continuar a tê-lo à frente de seus destinos? — ponderou o jornalista.

— Não. Pelo que vejo, aqui estou contra a opinião pública — manifestou o prefeito, durante a entrevista, ressaltando ainda que deixaria a cidade assim que fosse demitido. O mesmo *placard*, que em 24 de abril tinha anunciado o pedido de demissão, trazia, no dia seguinte: “As causas presumíveis do pedido de demissão”; e depois, “Interventor nega a exoneração”. O *placard* era uma forma de o jornal dar visibilidade aos assuntos mais importantes e polêmicos da próxima edição, o que criava expectativa entre os leitores. O próprio jornal assumiu a campanha para que Othon Madder desistisse da ideia de demissão: “O prefeito Othon Madder não deixará seu espinhoso cargo se atentar para o inteiro apoio que vem lhe manifestar a popula-

ção sadia da cidade”, anunciava a manchete. Na mesma reportagem, o jornal informava que três figurões tinham percorrido a cidade para conseguir assinaturas num abaixo-assinado para que o interventor aceitasse a exoneração, obtendo somente quatro assinaturas. A edição do dia 27 de abril já dava desfecho para o caso, anunciando que o prefeito Othon Madder tinha resolvido retirar seu pedido de demissão. Juca não desperdiçou a oportunidade de cutucar um adversário, que teria acusado Othon Madder de auxiliar o equilíbrio financeiro da sua empresa. Em um texto publicado no *Diário dos Campos*, ele informou que um funcionário público encarregado da sucursal do *Diário da Tarde* adulterava a realidade, publicando notícias inverídicas, sem se incomodar com as consequências: “Ele se dá às lides da imprensa, mas tem pouca cultura. Os textos atacando Othon são perceptivelmente dele, pelos constantes erros gramaticais que se repetem”, assinalou. Nesse mesmo texto, Juca contou que Othon Madder, quando caminhava pela Rua XV de Novembro, numa noite bem movimentada, depois de ter desistido de renunciar ao cargo, tinha sido provocado por essa mesma pessoa, em frente à Sorveteria Central. Intempestivamente, Othon virou-se e esbofeteou o cidadão, que caiu sentado, em meio ao movimento intenso de transeuntes. Juca pensou por alguns minutos e deu como título para o texto: “Era a única resposta”.

JUCA E O JORNAL

Juca Hoffmann iniciou no *Diário dos Campos* como jornalista, na época em que o jornal pertencia a Elyseu de Mello. O jornal vivia mais uma das suas profundas crises. O número de assinantes e de publicidades era insuficiente, e o sucateamento dos equipamentos, que vinha de décadas, chegara a seu

limite. Também pairava a grande crise financeira mundial, deflagrada pela quebra da bolsa de valores norte-americana, em 1929. Assim, Campos Mello desistiu de vez de manter o jornal. Em vez de fechá-lo, porém, ele consentiu que Juca o assumisse, tendo em vista o empenho que vinha demonstrando.

Assim como Campos Mello, os Hoffmann tinham uma relação histórica com o *Diário dos Campos*. Antônio Pedro Hoffmann, irmão mais velho de Juca, foi acionista do jornal na primeira fase. Era um dos que socorriam o carro de *O Progresso*, quando ele ficava atolado pelas estradas de terra. Juca continuou o trabalho pelas mesmas estradas em busca de novos assinantes. Ele percorria todo o Paraná, fazendo com que o *Diário dos Campos* pudesse ser lido nos mais diferentes municípios.

Para viabilizar o jornal, Juca e Eugênio fizeram empréstimos de cerca de três contos de réis para adequar a estrutura básica e financiaram, na firma J. Lambert, do Rio de Janeiro, uma linotipo. Era a realização de um sonho antigo, alimentado por todos os diretores que tinham passado pelo jornal.

O fluxo de caixa registrado nos primeiros anos, todavia, se mostrou em descompasso com a dívida gerada. Nessa conjuntura, Juca e Eugênio admitiram mais um sócio para a empresa, Zacharias dos Santos, que entrou com uma cota de capital de sete contos de réis. A negociação foi difícil. Zacharias queria que, com a sua entrada, o jornal passasse a apoiar o Partido Liberal Paranaense, mas Juca não concordou, alegando que queria um jornal independente. Mesmo assim, Zacharias decidiu ingressar na sociedade.

O capital integralizado também não foi suficiente para o jornal quitar suas dívidas e amortizar o pagamento do empréstimo para a compra da linotipo. Com o atraso no pagamento, logo veio a retaliação. Um oficial de justiça chegou à redação do *Diário dos Campos* e acorrentou a máquina, a pedido de Lambert.

Juca foi então procurar Zacharias dos Santos e pediu que o sócio desse um auxílio financeiro para resolver a crise.

Mas Zacharias negou-se a ajudar, dizendo, categoricamente:

— Não quero mais me incomodar. Feche o jornal. Faça o que bem entender. Eu não quero mais me preocupar com o caso. Recuso-me a emprestar dinheiro para o pagamento da linotipo. A firma fica dissolvida.

Assim, o jornal voltou a ser composto a partir dos tipos móveis, letra por letra. Foram quatro meses de retrocesso. Finalmente, Juca e Eugênio obtiveram adiantamentos pela publicação de editais do poder público e de empresas, bem como empréstimos com dezenas de amigos e conhecidos, o que lhes permitiu quitar as pendências e reaver a máquina.

Pela repercussão, o caso acabou virando notícia publicada no próprio *Diário dos Campos*. Alguns dos empresários que tinham feito empréstimos tentaram influenciar a linha editorial do jornal e buscaram um arranjo político para assumir o *Diário dos Campos*, mas Juca reagiu à manobra e conseguiu contornar a crise. Muitos dos empréstimos, porém, acabaram sendo a fundo perdido.

PENÚRIA

As dificuldades financeiras do *Diário dos Campos* eram sentidas na pele pelos funcionários. O minguado salário vinha mais na forma de vale do que como pagamento integral no fim do mês. O controle era feito por Balduino Stremel, sobrinho de Juca. Os funcionários não se constrangiam em cercar Stremel, onde quer que ele estivesse, para solicitar adiantamentos.

A penúria dos trabalhadores em jornal não era uma tradição apenas local. Certa vez, um jornalista do *Diário dos Campos* decidiu pedir emprego a um dono de jornal em Minas Gerais.

Esperto, o empresário pediu a ele que escrevesse alguma coisa no papel que provasse que era, de fato, jornalista.

O moço parou alguns segundos, pegou a caneta-tinteiro e, sem pestanejar, escreveu nada mais que uma frase. O dono do jornal pegou o papel, leu-o, deu uma breve risadinha e confirmou.

— É rapaz, você é mesmo jornalista. Está contratado.

A frase que garantiu o emprego era quase uma rotina também entre os jornalistas: “Vale de 79 cruzeiros”. Mesmo antes de começar a trabalhar, ele estava pleiteando um adiantamento.

O PAPEL

A etapa industrial da imprensa não aconteceu sem traumas. A grande imprensa estabeleceu-se de forma voraz, com circulação e alcance expressivos, demandando matéria prima que na maioria dos casos era importada.

Um dos problemas mais graves era relacionado ao papel. A produção nacional não conseguia competir com preços e nunca foi suficiente para atender à necessidade das tipografias. A devastação acelerada das florestas mundiais, somada à economia predatória, sem preocupação com o replantio, logo tornou o produto escasso e caro. A dependência da importação fazia com que o produto também fosse atingido pelas políticas de comércio exterior e de câmbio. Isso significava que o governo brasileiro tinha nas mãos um importante trunfo para controlar a imprensa. Ele podia asfixiar os jornais, retirando os subsídios, aumentando a tributação e colocando empecilhos para a importação. Para agravar o cenário, a política e a economia internacional entravam nos anos 30 imersas numa crise sem precedentes, devido à quebra da bolsa de valores nos Estados Unidos.

O papel comprado pelo *Diário dos Campos* vinha da Suécia. Se as reservas eram pequenas e o pedido demorasse a ser entregue, o jornal corria o risco de deixar de circular por falta de matéria-prima. O custo representado pelo papel também era impactante.

A situação já tirava o sono de Juca Hoffmann e Eugênio Zimmermann. Receosos de que a situação pudesse piorar, eles resolveram fazer uma grande compra no final dos anos 30. Na manhã de uma ensolarada quinta-feira, Juca estava na redação do *Diário dos Campos* lendo os telegramas, quando foi interrompido por um dos garotos jornalheiros, que irrompeu na redação, sem fôlego,

— Seu Juca, eles chegaram — disparou.

Sem perder tempo, Juca Hoffmann saiu em direção à Estação Paraná. Ao chegar lá, logo avistou Eugênio Zimmermann, que já cuidava de fretar as carroças nas proximidades da área de desembarque para que pudessem ser carregadas com o papel que chegava. Foram necessárias sete carroças para dar conta de todo o carregamento. Várias outras carroças continuavam aguardando para transportar mercadorias que alguns empresários locais esperavam. O movimento na estação ferroviária era intenso. Havia tantas carroças que nem tinha onde estacionar. Elas estavam até na Praça João Pessoa.

As sete carroças seguiram enfileiradas rumo à oficina do *Diário dos Campos*, na rua Dr. Colares. Curiosas, as pessoas paravam para ver o desfile. Na porta da oficina, jornalheiros, linotipistas, impressores e auxiliares aguardavam para ajudar a descarregar, e assim que a primeira estacionou, ouviram-se estampidos. Era Juca Hoffmann, que soltava rojões para comemorar a chegada do papel.

LINOTIPOS

João Eugênio Zimmermann foi responsável pela instalação das oficinas da Imprensa Oficial, na Praça Tiradentes, em Curitiba. Exímio mestre das artes gráficas, ele formou as primeiras gerações de linotipistas do Paraná.

O novo sistema, que desde o início do século já estava presente nos principais jornais brasileiros, substituía os velhos tipos metálicos de caracteres móveis para impressão em relevo, criados por Gutemberg, por um sistema de composição a quente em que letras e palavras eram fundidas num só bloco.

Um de seus aprendizes foi o jovem João Santana, de 14 anos, que logo foi levado para as oficinas do *Diário dos Campos*. Santana foi o profissional que mais tempo se dedicou ao jornal: 53 anos.

Na década de 40 ele chegou a ser convidado para trabalhar como linotipista no jornal *O Estado de São Paulo*, mas não quis ir. Por causa da mãe doente, conseguiu dispensa do serviço militar e foi poupado de participar da Segunda Guerra Mundial.

A distância entre a estrutura do *Diário dos Campos* e a do *O Estado de São Paulo* era imensa. Enquanto o jornal de Juca Hoffmann dispunha de três linotipos compradas depois de muita luta, o jornal paulista operava com 61. A demanda por profissionais capacitados fez com que muitos linotipistas formados pela imprensa oficial e que trabalhavam em jornais do interior se mudassem para São Paulo. Dessa forma, o próprio *Diário dos Campos* sofreu um desfalque na equipe, e quem ficou precisou assumir o trabalho dos colegas que tinham partido. João Santana chegava a emendar dia e noite no jornal, num ritmo de trabalho frenético e ininterrupto. O ambiente era insalubre, devido ao grande contato com o chumbo. O metal era colocado na caldeira anexa à linotipo, com uma liga de antimônio e estanho. A fumaça tóxica que saía da caldeira era inalada pelos profissionais que trabalhavam no setor, sendo responsável por vários problemas pulmonares. Não raras vezes o Dr. Davi Federmann atendia linotipistas que não se sentiam bem.

As linotipos tinham teclas, como a máquina de escrever, e o chumbo fundido era depositado em recipientes correspondentes a cada uma das letras acionadas no teclado pelo linotipista. O chumbo solidificava e formava letras, que saíam da máquina em linhas com relevo, como se fossem carimbos.

O VISITANTE

Na década de 40, um representante das máquinas de linotipo no Brasil estava fazendo visitas no Paraná e decidiu vir a Ponta Grossa para ver a condição das máquinas utilizadas pelo *Diário dos Campos*. A própria empresa dava manutenção nos equipamentos, providenciando a importação de peças para substituição, sempre que as máquinas apresentavam problemas.

Eugênio Zimmermann mandou chamar João Santana para acompanhar o representante até a oficina. Era ele quem cuidava das máquinas no jornal e buscava solucionar os problemas, para que as linotipos não ficassem paradas até a chegada da assistência técnica.

Santana pediu ao visitante que o seguisse, apontando as escadas que davam acesso à oficina, no porão do prédio da Dr. Collares. A primeira parada foi na linotipo utilizada por Santana. O representante a olhou atentamente e perguntou, com curiosidade:

— Qual o modelo dessa linotipo?

— É a 31 — respondeu prontamente o linotipista.

O homem coçou a cabeça, deu mais uma olhada e, encurado, comentou: — Eu nunca vi uma 31 com volante!

Pacientemente, Santana explicou:

— É que volante foi criado por mim. Ele gira o motor, que refrigera a boca da caldeira. Assim, consegui substituir uma peça quebrada.

Outra novidade vista pelo representante foi o termostato desenvolvido por Santana para controlar a temperatura da caldeira. Ele fazia com que a caldeira permanecesse ligada por 10 segundos, desligasse e voltasse a ligar por mais 10 segundos. Na América do Sul, não se conseguia achar o bendito termostato. A alternativa era importar o produto dos Estados Unidos, o que, além de ser uma solução cara, era bastante demorada. As três máquinas do *Diário dos Campos* tinham termostatos personalizados, e um tinha sido feito a partir de um arco de panela!

Terminada a visita, o representante foi embora, não muito convencido da paternidade das engenhocas.

“OLHA O DI-Á-RIO-DOS-CAM-POS, DI-Á-RIO-DOS-CAM-POS”

Por volta das 10 ou 11 horas da noite, começavam a chegar ao prédio do *Diário dos Campos* os meninos que, no dia seguinte, iriam fazer com que o jornal ganhasse as ruas. Nenhum tinha salário fixo. A habilidade nas vendas é que determinava quanto eles receberiam até o fim de cada manhã. A comissão era de um cruzeiro por jornal dobrado e um cruzeiro por jornal vendido.

Os meninos preferiam chegar adiantado e passar a noite no jornal a ter que enfrentar as ruas normalmente frias da madrugada em Ponta Grossa. Achavam melhor se proteger da violência noturna e do vento cortante.

Chegar cedo também era conveniente, porque quem conseguisse pegar os primeiros jornais impressos saía antes para a rua, antecipando a passagem pelos clientes tradicionais. Com tempo de sobra, os meninos gostavam de espiar os linotipistas compondo as últimas linhas do jornal. O jornaleiro Nilson de Oliveira, com cerca de 10 anos, se metia a ajudar, abastecendo as caldeiras com chumbo.

Por volta da meia-noite, os jornaleiros empilhavam-se num canto, cobriam-se com jornais velhos e se punham a dormir, ignorando o ruído das linotipos e as batidas descompassadas do prelo. O sono chegava ao fim, quando os primeiros jornais começavam a ser impressos. Isso acontecia normalmente entre 3 e 4 horas da manhã. Cada um se responsabilizava por dobrar os seus exemplares. O limite era a quantidade de jornais que cada menino conseguia carregar.

Os jornais eram levados no braço, porque bicicleta ainda era artigo de luxo. Além de força, os meninos — que na maioria eram franzinos — precisavam de equilíbrio. Alguns saíam com 60, outros com 80, outros ainda com 100 exemplares. Muitos começavam cedo como jornaleiros, por recomendação dos pais e pela necessidade de ajudar a família. Iniciavam a carreira com 10, 11, 12 anos ou até menos.

Moacir Monteiro começou a vender jornais com 7 anos. Primeiro, percorria a Rua XV de Novembro, uma das mais movimentadas da época. Depois, ia caminhando até chegar aos bairros. No domingo, Moacir se antecipava para ficar na frente das igrejas. As mais cobiçadas eram a Catedral e a Igreja São José. Na primeira missa, as vendas eram fracas. Nas missas das 10 e das 11 horas, porém, os fiéis estavam mais dispostos a ler. Os exemplares voavam...

A Nova Rússia era itinerário do Gilson Cordeiro. Estudante do grupo escolar Senador Correia no período vespertino, dedicava as primeiras horas da manhã a percorrer o bairro a pé, gritando "Olha o Di-á-rio-dos-Cam-pos, Di-á-rio-dos-Cam-pos". Como quase sempre o bairro era notícia nas páginas policiais, a venda de jornais na localidade era boa.

Os meninos deixavam o setor de expedição bem avisados: tinham que ser vendedores exclusivos do *Diário dos Campos*. Mas nas ruas várias negociações aconteciam. Alguns eram amigos de vendedores do *Jornal da Manhã* ou de outros jornais da época e trocavam exemplares. Assim, se por acaso algum "cliente" quisesse o *Diário dos Campos*, o menino do *Jornal da Manhã* não perdia a venda, e vice-versa. No fim da manhã, eles se encontravam para fazer a destroca e o acerto do dinheiro. Era raro voltarem com jornais. Às vezes, logo ao deixar o prédio da Dr. Colares, antes de clarear o dia, esbarravam com aquele homem forte, sisudo, normalmente de terno e charuto nas mãos que dizia:

— Buena! Me dê um jornal.

Era Juca Hoffmann, que levantava bem cedo para checar como havia saído a edição do dia. Em troca do exemplar ele dava moedas, e completava:

— Pode ficar com o troco. É pra você comprar chinelas novas e não ficar mais por aí descalço.

Quem o pegasse de boa veia, ótimo. As vendas começavam ainda antes de deixar o prédio do velho DC.

LIDERANÇA OPERÁRIA

Juca Hoffman não era um homem de desperdiçar sorrisos. Aparentemente era calmo, mas não era preciso muito para que, em segundos, entrasse em ebulição para defender seus pontos de vista e aquilo que julgava justo. De sereno, transformava-se num homem de cenho franzido.

Quem o conhecia sabia identificar, da porta de acesso do *Diário dos Campos*, se ele estava produzindo um texto. Seu estilo de dedilhar a máquina de escrever era inconfundível. A agilidade com que pensava o texto seguia a mesma velocidade dos dedos indicadores, que comandavam sozinhos o processo de datilografia. O tac-tac das teclas, o plimplim que indicava o fim da linha datilografada e o trac-trac da alavanca acionada para subir o papel seguiam numa ordem tão compassada que quem não o visse trabalhando podia ter a impressão de tratar-se de algum processo automatizado em execução.

Os linotipistas, quando chegavam à oficina, sempre se apressavam para pegar os textos de Juca. A disputa para ver quem iria compor os textos dele acontecia porque eram os que apresentam o menor número de erros e rasuras. Quase sempre, porém, eles iam parar nas mãos de João Santana.

A sede do *Diário dos Campos* ficava na Rua Dr. Collares, 372, o mesmo local onde por muitos anos funcionou a Casa João Hoffmann. A recepção e a redação ficavam na parte de cima, e a residência de Juca era ao lado do jornal, no n. 358. Muitas vezes a casa e o jornal viravam uma coisa só. Ambos estavam com portas abertas para receber quem quer que fosse, no horário que fosse, criando um grande lastro de amizade com a população.

Um dos grupos que ele mais defendeu na sua atuação política foi o dos ferroviários. Era uma classe numerosa e organizada. Qualquer uma das suas causas, por menor que fosse, ganhava ampla repercussão no jornal. Com isso, Juca aos

poucos se tornou uma liderança operária e porta-voz oficial do grupo, retratando seus anseios e defendendo seus interesses. A amizade foi tão intensa que nos domingos era comum Juca Hoffmann passar pela Rua Panamericana e parar para tomar vinho de laranja na casa de famílias de ferroviários.

JUCA: O POLÍTICO

Em 1947, Juca Hoffmann assumiu o legislativo municipal, como vereador suplente. Durante toda a carreira política, foi filiado a apenas dois partidos: o PSD e, depois, o PTB, de Getúlio Vargas. Em 1949, decidiu tentar uma vaga na Assembleia Legislativa, para a qual foi eleito, com mandato de 1950 a 1954. A campanha eleitoral aconteceu dentro e fora do jornal.

Na correria da campanha, mal sobrava tempo para os cuidados com a saúde. Certa vez, Juca chegou ao *Diário dos Campos*, desceu direto as escadarias da oficina e mandou chamar João Santana. O linotipista apressou-se para saber o que Juca queria, mas ficou pasmo ao ver o que ele trazia nas mãos.

— Santana, me aplique isso — disse, mostrando uma seringa e arregaçando a manga da camisa, ainda no pé da escada.

— Mas seu Juca, estou com as mãos sujas de graxa e, além do mais, nunca apliquei uma injeção em ninguém.

— É fácil, você vai conseguir — retrucou, sem dar chances para o linotipista escapar da missão.

O medicamento era de uso frequente. Normalmente uma enfermeira ia até sua casa aplicar-lhe a injeção. Juca era diabético e hipertenso, e sempre que entrava em crise, precisava da insulina. Nos períodos de maior pressão, sua saúde se fragilizava.

Depois do mandato como deputado estadual, Juca elegeu-se prefeito, em 1955, e novamente deputado, em 1959,

com apoio, principalmente, dos ferroviários. Em 1962, elegeu-se mais uma vez prefeito.

No primeiro mandato como prefeito, Juca assumiu a administração do município diante de uma grave crise provocada pela falta de abastecimento de água. Carros do Corpo de Bombeiros percorriam os domicílios desde as primeiras horas da manhã até as altas horas da noite para aumentar os depósitos com uma água suspeita, trazida de um rio próximo, e sem tratamento.

O primeiro compromisso assumido por Juca foi o de solucionar, em uma semana, a situação de calamidade pública enfrentada pela população. Mandou suspender o fornecimento de água à Rede de Viação Paraná–Santa Catarina, na parte que se refere ao emprego da água na alimentação das caldeiras das locomotivas e dar de beber ao gado vacum transportado em gaiola.

Ele visitou os mananciais e os encontrou em estado de quase abandono. No Rio Verde, o motor empregado para o recalque era velho e estragava com frequência. Juca descobriu que o engenheiro do Departamento de Água e Esgoto não fazia as inspeções devidas na represa do Botuquara e o demitiu, comprou outro motor para a represa do Rio Verde e adotou várias medidas técnicas na represa dos Alagados. Uma semana depois de ter assumido, deu ordem para que os carros de bombeiros não fornecessem mais água, a não ser para casas não servidas pela rede. Juca passou várias noites de vigília nos reservatórios da cidade, até resolver o problema. Algum tempo depois, foi construída a estação de recalque intermediária de Uvaranas, proporcionando abundância de água e permitindo a ligação a mais de 2 mil casas.

Durante sua vida pública, Juca demonstrou grande preocupação com a remodelação da cidade, tornando-a mais agradável para a população. Apesar da urbanização, a cidade apresentava ainda um aspecto bastante rudimentar. As principais vias, calçadas desde o início do século, eram de poliedro, divididas por canteiros de árvores, com tráfego congestionado, porque na década de 50 os carroções já eram substituídos por automóveis e caminhões.

Em pouco mais de 3 anos, mandou pavimentar 25 quilômetros de ruas. As que geraram maior polêmica foram a Avenida Vicente Machado e a Rua Balduino Taques, onde se concentravam a maioria das casas comerciais. Essa obra foi grande e morosa, principalmente por causa da necessidade de canalizar pequenos riachos, e assim, por muitos meses o aspecto do centro foi só buracos, o que provocou sérias críticas por parte dos comerciantes. Todos se referiam à obra como “os buracos do Juca”.

Enquanto prefeito, Juca ainda remodelou as praças João Pessoa e Floriano Peixoto, e construiu uma parte da Praça Barão de Guaraúna. Também remodelou e anexou o parque infantil à praça Barão do Rio Branco e construiu a Praça Getúlio Vargas, onde foi instalado o Jardim Zoológico. Ele conseguiu trazer para Ponta Grossa as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Odontologia, Farmácia e Bioquímica, e também Direito.

Vários loteamentos foram criados por ele. Os prefeitos da época tinham autonomia para expedir título de domínio, sem a aprovação da Câmara. Com a desativação da antiga estrada de acesso a Castro, Juca decidiu reduzir a largura da via Visconde de Guaraúna, de 30 para 15 metros, formando o loteamento Baraúna. Em Uvaranas ele formou o loteamento Teixeira Mendes, com a diminuição da rua que levava o mesmo nome.

Apesar da disposição, o governo de Juca enfrentou muitas dificuldades financeiras, já que os municípios eram extremamente dependentes do estado para conseguir recursos. Como nem sempre ele se curvava frente aos desejos do governador, a vinda de recursos para Ponta Grossa foi bastante irregular, ao ponto de o salário do servidor municipal sofrer atrasos constantes.

Durante toda a vida política de Juca, o jornal foi utilizado como canal de diálogo com a comunidade, demonstrando passo a passo as suas ações. Nem por isso o *Diário dos Campos* perdeu o tom polêmico. A pena ferina de Juca Hoffmann continuava a ser usada na defesa de suas ideias e seus ideais.

JOÃO SANTANA

Chapéu de feltro e terno alinhado. Esse era o traje com que João Santana chegava diariamente ao *Diário dos Campos*. O ritual refletia o orgulho e o respeito com que o linotipista exercia sua profissão. O macacão sujo de graxa só era vestido quando já estava dentro da oficina. Lá não tinha jeito.

O tempo de serviço e a experiência faziam com que os demais funcionários sempre recorressem a ele para receber orientações. Apesar de não ter anotação na carteira de trabalho e receber salário apenas de linotipista, era ele quem coordenava todo o trabalho na oficina do *Diário dos Campos*.

Quase toda a formação de João Santana aconteceu dentro do jornal. Assim como a maioria dos gráficos, ele teve poucos anos de estudo formal, mas o contato frequente com diversos textos e o acompanhamento diário das notícias o faziam mais preparado que muitos colegas que tinham conseguindo levar o estudo adiante. Costumava dizer que, mesmo tendo completado apenas o ensino primário, sentia-se como se tivesse cursado o colegial.

A paixão pela linotipo não evitou que muitas vezes João Santana também fosse vítima dela. O princípio da máquina era a fundição de chumbo a altíssima temperatura. Com frequência, chumbadas espirravam da caldeira, provocando pequenas lesões na pele. Também era comum fios da linotipo escaparem, provocando choques violentíssimos.

Numa tarde, João Santana se dedicava a traduzir o texto de um dos repórteres e a digitá-lo no teclado da linotipo, quando ouviu um estampido vindo da caldeira. Não houve tempo para se proteger. Partículas de chumbo voaram em direção ao seu rosto, atingindo os óculos. A armação derreteu. Por pouco não perdeu a visão.

Os acidentes com as caldeiras não eram raros. Em outra ocasião, o linotipista Antônio Tibúrcio trabalhava na composi-

ção de um texto, quando a caldeira explodiu. A sola do sapato que usava derreteu na hora.

Além da insalubridade natural do ambiente, algumas vezes os gráficos se incumbiam de pregar peças nos novatos. O ritual mais comum era pedir para que os funcionários novos pegassem fios da linotipo que davam choque. Enquanto o novato se assustava, os demais funcionários da oficina caíam na gargalhada.

UM OUTRO HOLZMANN

Quase 20 anos depois da morte do avô, na década de 50, um dos netos de Jacob Holzmann procurou Guaraci Paraná Vieira para manifestar o interesse de escrever uma coluna de arte no *Diário dos Campos*.

— Mande-me o material para que possa analisá-lo, rapaz — disse Guaraci. Pouco tempo depois, Sérgio estreava uma coluna semanal, assinada com o pseudônimo de Yorges. Ela era similar a uma publicada no recém-criado *Jornal do Paraná*; trazia comentários artísticos e falava sobre música e sobre músicas de fora que faziam apresentações na cidade.

Sérgio tinha herdado o gosto musical do avô. Começou na Banda Lyra dos Campos e foi primeiro-clarinete da Orquestra Sinfônica de Ponta Grossa. Chegou a reger a Banda Lyra dos Campos, mas se desentendeu com o maestro Paulino e deixou a agremiação. Anos mais tarde, participou da Orquestra Sinfônica de Curitiba, compôs músicas para a Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná e dirigiu o coral do Citibank. A coluna era feita em casa e levada ao *Diário dos Campos* para montagem. Quando chegava ao jornal, Sérgio imediatamente procurava o Olegário, que fazia a revisão e o ajudava a compor o texto, mediante a utilização de molduras que o valorizavam.

O agradecimento era feito posteriormente, em forma de algumas doses de cachaça.

Olegário era paralítico e não tinha movimento em nenhuma das pernas. Andava num carrinho, com pedal na mão. Como o espaço interno do jornal era apertado, às vezes deixava o carrinho de lado e se arrastava pelo chão.

A história que Olegário contava aos companheiros do jornal, para explicar o problema nas pernas, era que sua mãe estava com ele no colo, recém-saído do banho quente, quando alguém a chamou. Ela abriu a porta, com ele pelado nos braços, e a corrente de vento então lhe atrofiou as pernas.

Apesar das limitações físicas, Olegário era uma pessoa radiante e estava sempre de bom humor. Não deixava de ir aos bailes e se divertir. Era tido pelos amigos como um exemplo.

JOVENS REPÓRTERES

Ewaldo Podolan tinha 17 anos e cursava o Científico (atual Ensino Médio), quando decidiu procurar Juca Hoffmann para pedir uma oportunidade de trabalho no *Diário dos Campos*. Não o conhecia, mas o acesso foi rápido e fácil. Na mesma semana, começou a trabalhar. Era o ano de 1957.

Na mesma época, trabalhavam como repórteres Gilberto Mezzomo e Edemar Luiz Costa. O trio escrevia desde o noticiário policial à coluna social, e os artigos da área política eram centralizados em Juca Hoffmann. Os políticos entravam e saíam o tempo todo do jornal.

Para fechar a edição, todos ficavam atentos às notícias do rádio e à agência France Press. Era comum permanecerem de vigília até meia-noite ou uma hora da manhã para o jornal não levar furo. Juca participava com os meninos da radioescuta. Nicolau Ferigotti, o gerente do *Diário dos Campos*, acompanhava todo o trabalho.

Juca não se importava se os funcionários fizessem algo que não era ligado ao trabalho durante o expediente. Sua preocupação se restringia em saber como estavam andando as reportagens.

Podolan foi contemporâneo de João Ricardo von Borell du Vernay na redação do *Diário dos Campos*. Borell era uma pessoa mais velha, recatada e bastante admirada. Na mesma época, quem também foi bastante presente no *Diário dos Campos* foi o advogado Lourival dos Santos Lima, que escrevia uma coluna abordando práticas jurídicas.

O ambiente da redação era descontraído, a exemplo do que acontecia na oficina. Certa vez, os funcionários foram convidados para comemorar o aniversário do *Diário dos Campos* numa churrascaria, ao lado da casa de Juca Hoffmann. Os jovens repórteres aproveitaram a chance e comeram bem mais que o habitual. Terminado o jantar, Gilberto Mezzomo tirou charutos do bolso e distribuiu entre os colegas da redação. Para fazer pose, todos pegaram, mesmo não sabendo fumar. Quando se levantaram para ir embora, o vexame foi grande. Saíram deixando rastros pelo chão...

O BRASIL NO DC

Embora valorizasse o cotidiano local no noticiário, Juca Hoffmann queria também ver o Brasil e o mundo repercutidos no *Diário dos Campos*. A maioria das notícias de fora chegava pelo telégrafo. Desde a década de 20, porém, as redações dos jornais brasileiros passaram a contar com um novo aliado: o rádio.

A velocidade e instantaneidade características do rádio logo fizeram com que ele fosse o meio mais rápido e eficaz de propagação da notícia. Os jornais chegavam a contratar pes-

soas exclusivamente para fazer a radioescuta, antecipando informações que só chegariam à redação bem mais tarde. Esses profissionais passavam horas diante do rádio, ouvindo os noticiários e transcrevendo-os.

O fascínio pelo rádio era tão grande que o próprio Juca passava a madrugada ao lado do rádio, acompanhando os acontecimentos. Permanecia horas com o olhar parado, concentrado naquela voz que vinha de longe e que, de vez em quando, era cortada abruptamente, como se para tirá-lo da hipnose. Ele também aproveitava a madrugada para produzir textos — alguns manuscritos —, já que não havia ninguém para desviá-lo a atenção. Foi pelo rádio que, em 1958, Juca Hoffmann acompanhou a vitória do Brasil na Copa do Mundo. Ficou tão empolgado com a notícia que mandou chamar os repórteres e o pessoal da oficina para rodar uma edição extra.

Apesar de “furar” os jornais, dando a notícia com velocidade bem maior e atingindo públicos sobre os quais o meio impresso não tinha alcance, como os analfabetos, o rádio foi muito mais um aliado que uma ameaça aos meios de comunicação impressos. Isso acontecia porque a instantaneidade da informação radiofônica tornava a notícia volátil, não podendo ser recuperada. Enquanto isso, os jornais continuavam como um meio documental. Ao mesmo tempo em que perdia em velocidade, o jornal impresso tinha como vantagem a profundidade com que tratava o fato.

OS ANOS 60

O *Diário dos Campos* entrou na década de 60 com uma postura editorial que privilegiava a prestação de serviços e a interação com o leitor. Havia espaços reservados para a divulgação de informações, como o horário de ônibus, indicadores profissionais e previsão do tempo.

A população continuava participando das discussões, por meio da coluna "O Povo Reclama". Era comum encontrar críticas à fiscalização no trânsito, restrita às ruas centrais, ao estado de conservação das estradas e à poeira provocada pela falta de asfaltamento em algumas ruas.

Questões nacionais eram repercutidas com destaque, como a crise econômica no governo Goulart, que fez com que, de agosto de 1961 a outubro de 1962, o custo de vida da população aumentasse de 42% para 64%. Fatos internacionais de relevância também figuravam no noticiário, como a descoberta pelos russos, em setembro de 1962, da chamada "energia externa" ou quarto estado da matéria: o plasma.

A valorização dos assuntos de interesse local, no entanto, continuava como prioridade, mobilizando o jornal para campanhas. Em meados de outubro de 1962, foi realizada em Curitiba uma reunião com diretores de escolas superiores estaduais do Paraná. Em nome do governador Ney Braga, o secretário de Educação e Cultura propôs a criação da Universidade do Paraná, com sede em Londrina. Essa universidade seria formada por todas as escolas superiores do estado, situadas em Ponta Grossa, Londrina, Apucarana, União da Vitória e outras cidades.

O secretário queria que a reitoria ficasse em Londrina, tornando as demais faculdades subordinadas a ela, mas o diretor das faculdades de Filosofia, Farmácia, e Odontologia de Ponta Grossa, José da Silva Ribeiro, discordou da ideia.

A proposta para trazer a reitoria da Universidade do Paraná para Ponta Grossa foi assumida como bandeira pelo *Diário dos Campos*, que iniciou uma campanha junto ao governo do estado. Por meio de uma série de reportagens, o jornal fez apelos ao governador Ney Braga, além de encaminhar a ele um telegrama com o seguinte teor: "O *Diário dos Campos*, interpretando sobre anseios unânimes da Mocidade estudiosa do povo ponta-grossense apela justo critério à vossa excelência no sentido que caiba a Ponta Grossa, por passado histórico e pioneirismo no ensino universitário estadual, a sede da reitoria

da futura Universidade Estadual do Paraná". Com isso, o jornal liderava as causas locais.

Algumas colunas publicadas no *Diário dos Campos*, como a social e a de polícia, atraíam grande quantidade de leitores, com uma linguagem bem informal e, muitas vezes, caricata. O uso de pseudônimos pelos repórteres ainda era um recurso comum.

Uma das colunas de destaque era "Sociedade e Assunto", assinada por Luiz Pessoa. Em vez de social, muitas vezes ela assumia uma postura de antissocial, com pequenas alfinetadas, como numa nota publicada em 25 de outubro de 1962, dando conta de que "o robusto José Ramos David João, Dédi, por incrível que pareça, não dançar o twist. Dizem as más línguas que o papai não deixou". A conduta do colunista fazia com que diversas pessoas o procurassem para pedir explicações ou simplesmente passar as novidades. Nunca o encontravam. Luiz Pessoa era apenas uma assinatura, um nome fictício. A coluna na verdade era produzida a três mãos, por Gilberto Mezzomo, Ewaldo Podolan e Edemar Luiz da Costa. Eles próprios se provocavam no espaço. Em 27 de abril de 1962, uma notinha avisava que "com briguinhas de vez em quando, prossegue o romance da simpática Berenice com o circulante Gilberto Mezzomo".

A coluna policial assumiu no período o formato de crônicas, muitas vezes ambientadas pelo próprio repórter, com um tom ora beirando o cômico, ora calamitoso. Assim, havia chamadas como "Tratorista morreu esmagado", "Monstro matou quatro filhos" e "Mendigos foram trucidados pela Polícia".

O ESTUDANTE

Em 1960, chegou à redação do *Diário dos Campos* um rapaz de estatura mediana, cabelos até os ombros, com idade entre 14 e 15 anos, perguntando pelo diretor do jornal. Esperou alguns minutos até que Nicolau Ferigotti, um senhor moreno, aparentemente muito calmo, nariz adunco, o pudesse atender.

— Meu nome é João Casillo. Sou presidente do Movimento Estudantil. Venho aqui, em nome da entidade, propor que o jornal nos ceda um espaço para publicarmos notícias do movimento.

A simpatia pela causa dos estudantes logo abriu as portas ao jovem líder, que nos dias seguintes já começava a publicar seus textos. Ele era estudante do Colégio Regente Feijó e desde cedo se enfiava na luta do movimento estudantil. Em 1959, tinha participado da cerimônia de “enterro” da Companhia Prada de Energia Elétrica. O manifesto era contra a má qualidade dos serviços oferecidos. No mesmo ano, Casillo esteve à frente do XX Congresso Estudantil, patrocinado pela União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, discutindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O jovem estudante também manifestava desde cedo desenvoltura com a escrita. Em 11 de julho de 1957, recebeu das mãos do prefeito Juca Hoffmann medalha e diploma por ter conquistado o segundo lugar no Concurso Juvenil de Leitura, que integrava a programação do II Festival Monteiro Lobato. O mesmo evento batizou a então Avenida Quarta do Bairro Jardim Carvalho como Avenida Monteiro Lobato, hoje uma das importantes artérias da cidade.

Nos primeiros textos, Casillo dava mostras de como incorporara os ideais estudantis: “Alerta Regentinos, sim, alerta. Nós levamos este brado de despertar até vós, porque estivemos frente a frente, face a face com o perigo que poderá arasar com o nosso Centro Cívico Regente Feijó. Vós, colegas, não podeis deixar que o movimento pela reestruturação moral e material em torno do C.C.R.F. pareça por simples desleixo”, bradava no primeiro texto publicado. O artigo, na verdade, era uma crítica à atuação da diretoria do Centro Cívico Regente Feijó.

A coluna era periódica, embora sem “muita” periodicidade. Às vezes era publicada aos domingos, às vezes, nas terças-feiras, às vezes, quando dava. Sempre, porém, mantinha o propósito de mobilizar os estudantes, por meio de grêmios

escolares e centros cívicos, ressaltando a importância da organização da categoria pelos princípios legais. Chamava a atenção para o fato de que as ações da União dos Estudantes Secundários de Ponta Grossa deveriam guiar-se pelo estatuto, para a entidade não ser “acéfala”. O espaço era também para divulgar conquistas, como o desconto de 50% para estudantes no espetáculo do circo.

A participação de Casillo como colunista no *Diário dos Campos* durou alguns meses. Logo depois, o líder estudantil mudou-se para Curitiba para concluir seus estudos.

CANDIDATURA À REELEIÇÃO

A campanha para reeleição de Juca à Assembleia Legislativa, em 1962, foi a mais difícil. Ela continuava sendo planejada, coordenada e executada por ele mesmo. O jornal exercia papel fundamental na estratégia de projeção do seu proprietário.

Os santinhos com o nome e o número de Juca eram publicados diariamente. A publicidade era direta, com frases como: “Reeleja aquele que incansavelmente sempre trabalhou em favor do povo”, “José Hoffmann é aquele que maior soma de serviços já prestou a Ponta Grossa e a outras comunas” e “Juca é o amigo dedicado do trabalhador que tem em todos os tempos defendido o direito das classes humildes”. Até acrósticos exaltando as qualidades de Juca chegaram a ser publicados no jornal:

Jornalista, a serviço do Povo!

Um prefeito, até hoje lembrado!

Como sempre, foi bom Deputado!

Amanhã, será eleito, de novo!

Outras campanhas também foram assumidas pelo *Diário dos Campos*, que chegou a fazer uma promoção envolvendo prêmios para quem respondesse à pergunta: “Por que você vai votar em LUPION e BENTO para o Senado?”. Quem escrevesse para o *Diário dos Campos*, anexando a resposta à pergunta até o dia 6 de outubro, concorria a oito exemplares do *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda, no valor de Cr\$1.500,00 cada. A promoção tinha a “colaboração de um grupo de amigos”.

Durante o período eleitoral, porém, Juca Hoffmann foi vítima de um derrame, que o tirou de circulação por 45 dias. A doença interferiu na campanha, e os eleitores não tinham conhecimento sobre as possíveis sequelas que deixaria. Juca conseguiu restabelecer-se bem, embora o derrame tivesse afetado um pouco sua fala e os movimentos na mão direita.

Para mostrar que não tinha desistido da candidatura, dias antes da eleição ele foi a uma emissora de rádio, na tentativa de falar com os eleitores. Os boatos sobre sua saúde, além de serem muitos, eram reforçados por adversários políticos que encontravam um importante espaço para crescerem.

Na tentativa de contornar o problema, na véspera da eleição, Juca Hoffmann recorreu a um amigo da família, dono de um restaurante, para lhe emprestar a *pick up* utilizada no transporte das compras do estabelecimento. Juca, ao lado de Dona Maria Augusta, sua fiel companheira, ficou em pé sobre a carroceria e desfilou por todos os bairros da cidade, cumprimentando os eleitores e avisando-os que estava bem.

A manchete no dia da eleição foi bastante contundente e explícita: “Vote pela reeleição de Juca Hoffmann”. O corpo da matéria recordava a atuação de Juca na política: “Vereador dinâmico e prefeito realizador”, completando que sem ele possivelmente Ponta Grossa só tivesse vias estaduais e federais asfaltadas. Na página, a relação de seções e zonas eleitorais era apresentada da seguinte forma: “Juca Hoffmann indica onde votar”.

A imagem que ele buscava construir era a de um homem público necessário a Ponta Grossa e ao Paraná. Nesse contexto, o próprio *Diário dos Campos* se apresentava como sentinela avançada e combativa em prol das causas populares e porta-voz do funcionalismo e do magistério.

Encerrada a votação e iniciado o escrutínio, já foi possível perceber as dificuldades que Juca encontraria. Na primeira parcial, divulgada dia 9 de outubro, ele apareceu apenas com dez votos, contra 164 de Eurico Batista Rosas. Em um artigo publicado no mesmo dia, sob o título “O Dever dos Eleitos”, Juca já começa a admitir a possibilidade de derrota.

No decorrer do processo de contagem dos votos, Juca ainda vislumbrava a possibilidade de reverter a situação e conseguir manter a vaga na Assembleia Legislativa, e na edição de 13 de outubro do *Diário dos Campos*, o nome dele apareceu na relação dos possíveis eleitos. A edição do dia 20, porém, mostrava que não existia mais esperança. O novo cenário político do Paraná estava praticamente definido, e Juca não fazia mais parte dele.

A DERROTA

A derrota não tirou o gosto de Juca Hoffmann pela política. Ao contrário. No dia 27 de outubro de 1962 o *Diário dos Campos* publicava a notícia “TRE proclama eleitos”, reconhecendo oficialmente o resultado da eleição, e já no dia 28, Juca anunciava sua candidatura à prefeitura de Ponta Grossa.

Em carta aberta aos leitores, Juca atribuía a sua não reeleição a dois fatores. O primeiro era que muitos amigos queriam que ele voltasse para a prefeitura e não para a Assembleia Legislativa. Por isso, o teriam boicotado nas urnas. O segundo fator era que a enfermidade o tinha feito interromper a campanha por 45 dias, o que fez muita gente supor uma gravidade que a sua doença não teve, chegando a afirmar que ele ficaria

paralítico. Assim, quando conseguiu se comunicar com a população para mostrar que estava bem, muitos votos já teriam sido desviados.

A campanha à prefeitura foi realizada com muitas dificuldades financeiras, por meio do *Diário dos Campos* e no contato direto com os eleitores. A linha editorial do *Diário dos Campos* mais uma vez foi a de órgão oficial da campanha eleitoral do seu proprietário. Sem meias palavras, os textos seguiam uma tendência de apologia explícita. Assim, não havia constrangimento na defesa da ideia de que Juca tinha sido o melhor prefeito que Ponta Grossa já tivera e que sua candidatura era legítima. A afirmação era respaldada pela divulgação de obras que teria feito quando ocupou o cargo de prefeito, como a construção da Praça Barão do Rio Branco e a conclusão da Praça Barão de Guaraúna. Em relação aos adversários, o jornal sugeria que as demais campanhas eram forjadas pelas cúpulas partidárias.

O tom utilizado nas matérias sobre Vicente Frare, principal concorrente de Juca, quase sempre era de provocação. As notícias davam conta de que o grupo aliado a Frare teria convidado Albary Guimarães para substituí-lo, por ele ser um candidato de pouca expressão. O mesmo convite teria sido feito a Plauto Miró Guimarães, outro político da cidade.

Juca afirmou em um artigo que tinha recebido uma proposta de alto cargo na Assembleia Legislativa para retirar sua candidatura a prefeito. Em vez de aceitar, deu mais vigor à campanha. Em janeiro de 1963, ele iniciou o "Torneio Juca Hoffmann Prefeito 1963", envolvendo diversos times formados nos bairros. A divulgação do torneio no *Diário dos Campos* foi ampla.

Uma das bandeiras assumidas por Juca e pelo *Diário dos Campos* no período foi a campanha das professoras primárias por melhores salários. Como deputado ele já havia manifestado amplo apoio à categoria; muitas vezes ele voltou de Curitiba carregando uma pasta de couro cheia de assinaturas novas do *Diário dos Campos* e termos de nomeação de professores

para a região. O jornal assumiu o papel de “Órgão Oficial da Operação Tartaruga”, iniciada pelos docentes. Publicou vários manifestos com críticas ao governador Ney Braga pela ameaça de exoneração dos grevistas. Num dos artigos, intitulado “Tartaruga venceu: Ai de quem ferir a tartaruga!”, ele compara o movimento à conspiração para a Independência, chamando de traidores aos que não se manifestavam em favor dos professores.

Juca se comparava aos homens de fibra, que não se cavavam e não se omitiam. Num texto provocativo, em forma de piada, cutucava os adversários pela falta de envolvimento na reivindicação dos professores:

- E os outros candidatos?
- São como Mate Leão.
- Por quê?
- Porque já vêm queimados.

A VENDA

Apesar de utilizar o jornal como um importante instrumento para dar publicidade às suas ações, a campanha à prefeitura feita por Juca Hoffmann praticamente não tinha financiamento. Seus correligionários o ajudavam, mas também não tinham recursos para investir. A maioria dos cabos eleitorais trabalhava na ferrovia e retribuía a atenção que Juca sempre deu à classe. Por outro lado, a campanha de Vicente Frare, seu principal oponente, era financiada pelas principais forças econômicas da cidade.

Enquanto os adversários distribuía m cestas básicas, quem trabalhava na campanha de Juca só se aproximava das pessoas para pedir votos. As dificuldades financeiras foram aumentando, a ponto de inviabilizar, inclusive, as atividades do *Diário dos Campos*.

O forte controle da imprensa pelo governo, por meio de dificuldades impostas para a compra do papel, agravava ainda mais o problema. Num período de cinco anos, de 1958 a 1963, o aumento do preço do papel importado para imprensa foi de 3.294%.

A crise obrigou Juca Hoffmann a tornar uma decisão extrema: vender o *Diário dos Campos*. Se não tinha mais como manter o jornal, tentaria ao menos preservar a campanha, investindo nela o que lhe rendesse a venda.

A proposta de compra, porém, vinha exatamente do grupo que dava sustentação à campanha de Vicente Frare: o Slaviero. Quem articulou a compra do *Diário dos Campos* foi Ercílio Slaviero. Não havia muito consenso entre a família sobre o negócio, uma vez que os empreendimentos no ramo madeireiro eram atrativos e consumiam praticamente todo o tempo dos diretores. Mesmo assim, Ercílio convenceu o grupo a comprar o jornal. Achava que estava na hora de promover mudanças na política local.

A venda foi oficializada no dia 7 de março de 1963, com um extenso texto de Juca Hoffmann na capa do *Diário dos Campos*, explicando aos leitores os motivos que o levavam a tomar tão penosa decisão.

O advogado Henrique Dyniewicz foi escalado para gerenciar o *Diário dos Campos*. Ele também cuidava de outros negócios do grupo e permanecia muito mais na sede das empresas Slaviero do que no jornal.

NÃO VALE A PENA VOTO DE AMIZADE

Com a transferência do jornal para o grupo Slaviero, Juca Hofmann sumiu do noticiário. Os santinhos dele, publicados diariamente no jornal, foram substituídos pelos de Vicente Frare. Sua campanha se restringiu ao corpo a corpo. Luiz Noviski,

um amigo, dono de uma tipografia na Avenida Vicente Machado, imprimiu suas cédulas eleitorais para que ele pagasse quando e como pudesse.

O *Diário dos Campos* passou a defender que não valia mais a pena o voto de amizade, de gratidão e de indicação. Era necessário votar no homem certo, "expolitizado", sugerindo que Juca deixara de ser o candidato ideal.

No dia da eleição, o grupo ligado a Vicente Frare demonstrou com veemência ainda maior seu poder. Alugou todos os táxis de Ponta Grossa para levar os eleitores. Chovia muito. Além do transporte, os eleitores recebiam lanches. Enquanto isso, Juca contava apenas com a Rural da família e mais três carros de amigos. O dia foi tenso.

Dona Maria Augusta, esposa e grande companheira de Juca Hofmann, dizia para as pessoas:

— Aceitem os carros do Frare, mas votem no Juca.

Quando foram encerradas as votações, João Santana ligou para a casa de Juca, para saber as expectativas da família. Apesar de o jornal onde trabalhava pertencer agora a outro grupo, o linotipista não deixou de ser cabo eleitoral de Juca, assim como a maioria dos funcionários do *Diário dos Campos*. Foi Dona Maria que atendeu a ligação.

— Como foi a votação, Dona Maria? A campanha está ganha?

— Não sei não, Santana. A campanha do Frare foi muito forte.

— Pode ficar tranquila. Seu Juca vai ser eleito. Eu vou acompanhar a apuração.

Enquanto o resultado da apuração não saía, Lúcia Itamará, a filha mais velha de Juca Hoffmann, se colocava a rezar no altar que ficava no segundo andar da casa. Ela sabia da importância da política e daquela definição para o pai.

Com a convicção de que a eleição estava ganha, Vicente Frare seguiu com correligionários para jantar numa churrasceria, numa comemoração prévia da vitória, tida como certa.

Pouco mais tarde, porém, as urnas mostraram outro resultado: Juca Hoffmann foi eleito prefeito com 7861 votos, contra 7613 de Vicente Frare.

Um eleitor humilde, morador da periferia, depois confidenciou a Juca como transcorreu a eleição. Ele aceitou a carona e o lanche de Frare, e mostrou aos seus cabos eleitorais o santinho que carregava, com o número do candidato. Quando se posicionou atrás do biombo para votar, todavia, tirou do chapéu um papelzinho milimetricamente dobrado, com o número de Juca, que então reproduziu na cédula eleitoral.

NADA DE ASSUNTOS POLÊMICOS

Apesar da venda e da mudança no projeto editorial, a sede do *Diário dos Campos* ainda continuou por algum tempo na Rua Dr. Colares, 364, no prédio ao lado da casa de Juca Hoffmann, pertencente à família. Depois foi transferida para a Rua Santos Dumont, para a Rua Theodoro Rosas e, por último, para a Rua Aldo Vergani.

Ainda era comum a presença de Juca no jornal, embora não tivesse mais a liberdade para produzir e publicar textos. Ele ia até o *Diário dos Campos* para rever amigos e, por vezes, orientar diretores novos, com pouca intimidade com o meio jornal.

Algumas vezes a visita de Juca era meramente provocativa:

— Tenho um furo jornalístico, algo que fiquei sabendo em primeira mão...

— Então nos diga — dizia o redator-chefe.

— Não! Vocês terão que descobrir — zombava.

A nova orientação dada aos repórteres é que eles evitassem assuntos polêmicos, que pudessem trazer qualquer tipo de aborrecimento à direção.

DZANZA

Juca Hoffmann foi o primeiro proprietário do *Diário dos Campos* que percebeu e soube utilizar a potencialidade política do jornal. Usou o espaço que tinha para defender ideias, buscar consenso sobre determinados pontos de vista, mostrar o apreço que tinha pela cidade e também para dela cobrar confiança política para colocar em prática plataformas que defendia.

Nos 32 anos em que esteve à frente do jornal, sua pena foi temida. As palavras ferinas podiam desmontar os adversários, que não encontravam canais para mostrar outras versões do fato em questão. Com isso, a verdade de Juca quase sempre era a única. Pelo menos no jornal!

Seu estilo acessível e comunicativo, somado à sensibilidade em relação às coisas e causas locais, fez com que, no período em que esteve à frente do *Diário dos Campos*, o jornal conseguisse refletir com fidelidade a sociedade da época. Por meio dos cargos políticos que ocupou, ele procurava materializar seus ideais, e por causa dessa prática era taxado de demagogo pelos seus adversários.

A venda do *Diário dos Campos* foi inevitável. A situação financeira do jornal, somada à conjuntura política e econômica, não deixou alternativa a Juca, que acabou pagando um preço alto pela venda.

A rotina de Juca Hoffmann como prefeito não mudou em relação ao primeiro mandato. Ele levantava bem cedo, visitava as obras e ia para a prefeitura. Quando caminhava pela rua e alguém o chamava, atendia prontamente. Sua entrada na prefeitura era pela porta principal, o mesmo acesso dos funcionários e da população, e, como ele morava a poucas quadras da prefeitura, à noite passava por lá ou ligava para certificar-se de que tudo corria bem. Ele era amigo do maestro Paulino e tinha grande admiração pela Banda Lyra dos Campos. Sempre que havia eventos patrocinados pela prefeitura, fazia questão de convidar a Lyra e cumprimentava os músicos um por um.

Juca tinha a simpatia dos funcionários do jornal e da prefeitura e conhecia todos pelo nome. Tinha uma memória fantástica. Normalmente, ninguém trabalhava sob pressão. Ele mandava chamar para conversar no gabinete desde os diretores dos departamentos até os funcionários mais humildes. Gostava de ouvir a todos. Em 1964, Juca foi procurado por uma moça de 15 anos, filha do vereador Dorival de Arruda Moura, de nome Adelângela. Ela pediu a ele que a “recolhesse” na Prefeitura. Atendendo ao pedido, ela entrou para a administração municipal como auxiliar de ensino na Escola Humberto Cordeiro. Depois de oito meses, Adelângela procurou o chefe de gabinete de Juca, João Ricardo von Borell du Vernay, que a convidou para trabalhar com ele na Secretaria de Governo.

Adelângela organizava a entrada e saída de pessoas do gabinete. Presenciava as vezes que Juca tirava dinheiro do bolso para emprestar aos servidores municipais que estavam com os salários atrasados, porque, por uma questão política, o governo do estado segurava o repasse de recursos.

Como seqüela do derrame que sofrera em 1962, Juca tinha perdido parte da sensibilidade da mão direita, o que prejudicava sua coordenação motora fina. Ele passava o dia apertando uma bolinha de borracha entre os dedos, como fisioterapia para recuperar os movimentos. A assinatura de leis, decretos e outros documentos era feita com extrema dificuldade. Para segurar a caneta, ele precisava utilizar os cinco dedos, e como não tinha muito controle sobre a força da mão, muitas vezes acabava rasgando o documento, que Adelângela então precisava refazer.

A secretária percebia a dificuldade de Juca e às vezes ficava imitando sua assinatura em borrões, porque queria dizer aos amigos que sabia assinar igual ao prefeito. Em uma ocasião, Juca chegou sem que ela percebesse e flagrou o plágio. Pediu na mesma hora que a moça entrasse na sala dele. Adelângela já estava imaginando quantos dias levaria de gancho quando Juca perguntou:

— Dzanza — era assim que ele pronunciava o nome dela... — então você sabe imitar a minha assinatura, né?

— O senhor me desculpe, seu Juca, eu só estava brincando.

— Sabe ou não sabe?

— Sei, sim.

Ele pegou um bloco de serviço, mostrou a ela e disse:

— Então deixa tudo assinado pra mim.

Daquele dia em diante todos os documentos que precisavam da assinatura do prefeito passaram a ser assinados por Adelângela.

Da mesma forma que era afetuoso, educado e receptivo, Juca também subia a serra, quando era provocado. O rosto dele ficava rosado e, com a fala firme e palavras escolhidas, ele conseguia fazer qualquer um abaixar a cabeça. A raiva quase sempre era passageira. Uma vez, quando ele entrava na prefeitura, flagrou seu motorista pessoal dizendo a um amigo:

— O velho comeu cobra hoje.

Ele estava se referindo a Juca e a expressão era pra dizer que o prefeito não estava de bom humor. Só que, depois de ouvir isso, o humor de Juca ficou ainda pior. O motorista até chorou e pediu desculpas.

A situação na prefeitura foi cada vez ficando mais difícil. Pelo entra e sai no gabinete era possível perceber o clima tenso. Os militares circulavam o tempo todo no prédio da prefeitura, ostensivamente armados, e se instalaram numa sala. Chefes de departamentos e diretores eram chamados para prestar longos depoimentos. Só se percebia que eles saíam muito nervosos. A ida deles à sala de Juca também era constante, até que o prefeito foi obrigado a assinar a renúncia, em 1966. Para dar ar de legalidade à ação, os militares ainda o fizeram candidatar-se novamente a Assembleia Legislativa, mas Juca nem se deu ao trabalho de fazer campanha. Tinha desistido de tudo. Até amigos se afastaram dele, com medo do regime militar.

A MORTE

Como de costume, no domingo à noite, o estudante Dourival de Arruda Moura voltava do Cine Renascença. Dessa vez, ele seguia pela Rua Dr. Colares, na companhia de um amigo, quando foi surpreendido por gritos, vindo do prédio ao lado de onde por muitos anos tinha funcionado o *Diário dos Campos*. Era o dia 18 de março de 1969.

Os gritos eram de Lúcia Itamara Hoffmann, a filha mais velha de Juca Hoffmann, pedindo socorro, porque o pai passava mal. O garoto de 15 anos, assustado, não hesitou em entrar correndo pela casa para verificar o que acontecia. Uma pequena multidão formava-se na porta de casa, enquanto algumas pessoas tentavam trazer auxílio médico.

Dourival encontrou Juca caído no degrau. A camiseta que o ex-prefeito vestia estava encharcada pelo suor. Dourival acomodou Juca nos braços e logo percebeu que o caso parecia sério. Foi então que ele percebeu o soluço, cada vez mais frequente. Antes que chegasse auxílio médico, Juca morria nos seus braços.

Juca tinha sido vítima de um infarto fulminante. Sua morte foi um choque para toda a cidade. Milhares de pessoas faziam fila na casa da família, onde aconteceu o velório. Era uma pessoa que muita gente queria bem.

CAPÍTULO III

O NOVO JORNALISMO

Depois da publicação da carta de despedida de Juca Hoffmann do *Diário dos Campos*, o jornal deixou de circular por uma semana. A interrupção foi necessária para que o novo grupo pudesse assumir o negócio.

O jornal voltou a circular no dia 15 de março de 1963, com uma nova concepção gráfica e editorial. O título *Diário dos Campos* foi reduzido quase pela metade na capa do jornal. A primeira manchete sob o comando do novo grupo foi “Iniciam-se amanhã os trabalhos da nova Legislatura Federal”. Até o expediente do jornal foi suprimido.

O novo grupo fez com que o *Diário dos Campos* incorporasse novos elementos, assumidos como paradigmas do jornalismo contemporâneo, desde a grande reforma editorial iniciada pelo *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, a partir de 1956. O modelo adotado refletia os parâmetros do jornalismo norte-americano.

O jornalismo assumiu de forma incisiva os princípios de objetividade e imparcialidade (ainda que na prática fossem discutíveis) e estabeleceu como norma a utilização da chamada “pirâmide invertida”, com a adoção do *lead* na produção do texto, deixando-o mais técnico e direto. A premissa da pirâmide invertida era a de que o texto deveria ser escrito respeitando a ordem decrescente da importância dos fatos. Essa concepção baseava-se na ideia de que o leitor precisava ter acesso às informações mais importantes logo no início do texto, sob o risco de não reconhecer a relevância da reportagem e abandonar a leitura ainda num estágio preliminar. A técnica que passou a dar suporte à proposta da pirâmide invertida foi o *lead*, representado pelo primeiro parágrafo do texto jornalístico, que deveria responder a seis perguntas básicas: *quê, quem, como, quando, onde e por quê.*

O discurso da objetividade e imparcialidade fez com que a opinião de jornalistas e dos donos dos jornais não aparecesse mais de maneira tão explícita. Os editoriais foram consagrados como espaços privilegiados para o posicionamento dos veículos de comunicação, fazendo com que a responsabilidade das reportagens fosse apenas a de narrar os fatos. Apesar de ainda prevalecer, hoje esse discurso é bastante questionado, porque desconsidera a seletividade do olhar do jornalista, baseada na sua subjetividade.

O *Diário dos Campos* incorporou também as chamadas de capa, que nada mais eram do que resumos dos temas que seriam encontrados no jornal. Elas iniciaram ocupando uma coluna na lateral esquerda da página, cercadas com moldura e reduzidas ao título da matéria, com indicação da página. O espaço restante continuava ocupado por matérias, anúncios e editais. Outra novidade foi o uso mais frequente de fotografias na capa, ficando na média de uma por edição.

Os editoriais do *Diário dos Campos* passaram a ser publicados na página 2, seguindo a tendência dos demais veículos de comunicação. Os primeiros fizeram breves críticas ao atraso no pagamento dos professores e ao monopólio do cinema em Ponta Grossa.

Essas mudanças provocaram uma grande ruptura na forma de o *Diário dos Campos* fazer jornalismo. Os textos opinativos deixaram de ter o caráter passional que tinha marcado a produção jornalística de Juca Hoffmann nos 32 anos anteriores. O convencimento do leitor passou a ser perseguido por meio da argumentação, pautada na razão e não mais na emoção.

Assim, quando no editorial o jornal passava a questionar a infiltração de esquerdistas e comunistas nos sindicatos, logo tratava de explicar que a crítica acontecia porque esses sindicalistas envenenavam a alma dos trabalhadores com promessas de conquistas salariais, sem explicar que salário sem produção é a causa direta na inflação. Gradativamente o jornal passou a dar mais espaço para assuntos nacionais e internacionais do que para os da própria cidade.

TUDO PODE FICAR PARA AMANHÃ... MENOS O JORNAL

Em 1963, o jovem líder estudantil João Casillo retornou ao *Diário dos Campos*. Dessa vez, como repórter e universitário do curso de Direito. O engajamento com as causas estudantis era mais intenso que nunca. Além dos estudos e da atividade profissional, ele achava tempo para participar de passeatas, comparecer às reuniões do movimento e acompanhar de perto a efervescência política do momento.

Casillo voltou ao *Diário dos Campos* mais uma vez pelas mãos de Nicolau Ferigotti. Eram os últimos meses do jornal no comando de Juca Hoffmann e o início da gestão Slaviero. A transição marcou uma mudança da água para o vinho. Enquanto Casillo percebia Juca como um homem político por natureza, daqueles que tomavam café, almoçavam e jantavam política, o que conferia ao jornal uma linha editorial mais combativa, o grupo Slaviero tinha uma vocação mais empresarial e menos polêmica, embora também não negasse a vocação para tendência política.

Como praticamente todos os repórteres do *Diário dos Campos*, Casillo teve a formação de jornalista dentro do jornal. Do diretor Osires Jurazek, Casillo aprendeu uma importante lição sobre o ofício:

— Tudo pode ficar para amanhã, meu rapaz!!!! Menos, o jornal...

Como havia poucos redatores, era comum os repórteres se aventurarem em todas as áreas. Era preciso fazer o que aparecia, nem que isso significasse reproduzir horóscopo de revista antiga. Como os textos eram recheados de termos genéricos e indicativos que se aplicavam a qualquer pessoa, a “adivinhação” não era difícil. A artimanha muitas vezes era necessária até que se conseguisse uma astróloga para dar conta do recado.

A falta de um editor para revisar os textos e coordenar os trabalhos de reportagem e redação fazia com que a respon-

sabilidade dos repórteres fosse dobrada. Algumas dicas ajudavam no trabalho. Ao dar título a um texto, por exemplo, a recomendação era nunca escrever algo do tipo “Cachorro fez mal à moça”. A forma dúbia deveria ser substituída por algo mais claro, como “Moça passa mal ao comer cachorro-quente”.

Paralelamente às investigações jornalísticas realizadas na rua, um telegrafista datilografava informações vindas de fora. Alguém também sempre ficava incumbido da rádioescuta. Sintonizava na Rádio Nacional ou Rádio Globo e acompanhava dia e noite o que as grandes redes noticiavam sobre os acontecimentos no Brasil e no mundo.

E foi pelo rádio que, em maio de 1963, veio uma informação que abalou fiéis do mundo inteiro: era crítico o estado de saúde do papa João XXIII. Eleito sumo pontífice em 1958, João XXIII se consagrou no mundo como o Papa da Bondade. Embora seu pontificado tenha durado menos de cinco anos, ele se popularizou pelo jeito manso e atento, empreendedor e corajoso, simples e cordial com que visitava e atendia doentes e encarcerados e praticava obras de misericórdia espirituais e corporais.

Como Ponta Grossa na década de 60 se mostrava uma cidade predominantemente católica, a notícia sobre o estado de saúde do papa repercutiu por todos os cantos. A ansiedade também contaminava a redação do *Diário dos Campos*, que produziu manchetes seguidas sobre o assunto. Assim, na edição de 28/5/63, o jornal mancheteava: “Agrava-se o estado de saúde do Papa. Vaticano e médicos contradizem-se”.

A reportagem já mostrava a dimensão do problema. O papa estava com câncer no estômago, e a equipe médica estava com dificuldade de estancar a hemorragia decorrente da doença. Fontes extraoficiais de Roma já falavam que o papa dificilmente resistiria mais que um mês.

Nos dias seguintes, o interesse pelo assunto continuava: “Vaticano confirma estado crítico na enfermidade do Papa João XXIII” (28/5/63), “Vaticano: Papa tem tumor estomacal. Hemorragia interna foi estancada” (30/5/63), “Madrugada traz melhora e Papa sai do estado de coma e abençoa” (1/6/63),

“Continua sofrimento do Santo Padre. Médicos e parentes sem esperança” (2/6/63).

Embora cristãos e, portanto, reconhecedores da existência de milagres, as pessoas que trabalhavam na redação do *Diário dos Campos* se contaminaram por um ponto de vista mais prático e certo: com 82 anos e um quadro de saúde piorando dia a dia, a morte de João XXIII era apenas uma questão de tempo. E, provavelmente, pouco tempo.

Em meio ao clima de consternação, já nos primeiros dias de anúncio da gravidade da doença surgiu uma ideia da direção:

Pela importância do papa e pelo que ele representa para a nossa população, precisamos preparar um caderno especial com todas as informações sobre ele para veicular no dia de sua morte, como uma homenagem do jornal.

Todos concordaram. O foca João Casillo (para quem não sabe, foca é jornalista novato, ainda sem muita experiência, que começa a trabalhar num veículo de comunicação) foi destacado para produzir o caderno. Passou a acompanhar de perto todas as informações chegadas do Vaticano. Atentamente, começou a reunir os dados biográficos do papa, suas principais ações no exercício do pontificado e a evolução de seu estado de saúde. Faltava, porém, alguma coisa para o material ter um apelo mais local. Aí, surgiu a ideia de antecipar uma entrevista com o bispo D. Antônio Mazarotto. E lá foi o jovem repórter.

Depois de alguns minutos de espera na Cúria Diocesana, um assistente pediu que o Casillo entrasse numa sala onde D. Antônio o aguardava.

“No que posso lhe ajudar?” — perguntou o bispo ao repórter.

Querida que o senhor me concedesse uma entrevista falando da importância do papa João XXIII para os católicos e como se sente com a morte dele.

Que morte!! O papa só está doente, não morreu. Aproveite seu tempo para rezar por ele — disse o bispo, zangado.

A investida não tinha dado certo. D. Antônio tinha ficado visivelmente irritado com a pergunta do repórter, e Casillo teve que deixar a Cúria rapidinho...

A equipe de médicos do Vaticano informava os fiéis quanto ao verdadeiro estado de saúde do papa. Falava-se em dias, depois em horas de vida naquele sofrimento. No dia 3 de junho, uma segunda-feira, às 15h30, finalmente o Vaticano anunciava a morte de João XXIII.

Duas horas depois, a edição extra do *Diário dos Campos* já estava nas ruas. Um enorme aglomerado de gente se formou na Rua Dr. Collares, na porta do jornal. Todos queriam em primeira mão a edição especial que informava, inclusive, como tinham sido as últimas horas do papa. O texto, no entanto, saiu sem a análise de D. Antônio Mazarotto.

O GOLPE

No dia 31 de março de 1964, João Casillo estava mais uma vez fazendo rádioescuta das rádios Nacional e Globo quando ficou sabendo do golpe militar. Ávido por mais notícias, partiu para a Rádio São Luiz, que ficava num prédio de esquina da Praça Floriano Peixoto. Ele sabia que as rádios tinham uma comunicação mais fácil com o resto do Brasil. Casillo aguardava por mais notícias, quando, por volta das 17 horas, um jipe do Exército estacionou em frente à Rádio. O soldado só avisou:

Você está preso.

Mas... preso? Por quê?

Porque você tentou tomar a rádio

Sem possibilidades de se defender, Casillo foi levado para a delegacia. Não conseguia compreender a alegação que usavam para prendê-lo. Afinal, qual era a lógica de se alegar que um garoto de 18 anos, que estava numa rádio em busca de informações, tentava invadi-la?

Como era aluno do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), em vez de permanecer detido na delegacia, mandaram-no para o 13º BIB. No caminho ele se deu conta de

que tinha uma pistola no bolso. Essa era uma prática comum entre os repórteres que também faziam cobertura policial. Por transitarem diariamente por regiões em que havia altos índices de prostituição, brigas e assassinatos, eles achavam conveniente sair “protegidos”. Com medo de que a arma pudesse ser utilizada como motivo real para sua prisão, Casillo tratou de escondê-la no banco do camburão.

A passagem pelo 13º BIB foi rápida. Logo Casillo foi embarcado num ônibus, com destino ao presídio do Ahú, em Curitiba. De lá ele foi transferido para um presídio militar, onde permaneceu preso por 15 dias. Essa foi a primeira entre tantas outras prisões que se seguiram.

Na prisão, Casillo ficou incomunicável. Ninguém sabia oficialmente onde ele estava, mas como Ponta Grossa não era exatamente uma cidade grande, quem o viu ser preso logo tratou de espalhar a notícia. Ainda quando estava detido em Ponta Grossa, ele recebeu a visita de um colega, que fazia com ele o curso de Direito. Muito atencioso, o rapaz se colocou à disposição para ajudá-lo, perguntando exatamente o que tinha acontecido, para ver como poderia interferir. Casillo contou tudo, e só depois ficou sabendo que “o tal amigo” era na verdade um delator. Contou aos militares o episódio da pistola. Com isso, o processo aberto pelos militares contra o repórter do *Diário dos Campos* não era mais por tentativa de tomar a Rádio São Luiz, mas sim, por tentativa de homicídio. Só anos mais tarde, um honrado promotor, Dr. Fernando Fowler, que não se intimidava diante das autoridades militares, arquivou o processo, por não ter encontrado qualquer possível vítima para o homicídio.

A perseguição a Casillo era decorrente do seu histórico como líder estudantil. E, para os militares, eram taxados de comunistas, servindo como alvos, os padres, jornalistas, estudantes e quaisquer pessoas que não comungassem de seus princípios.

Apesar de seu ímpeto revolucionário, Casillo nunca foi comunista e nem tinha amigos comunistas.

OS ANOS DE CHUMBO

Foram várias as vezes que Casillo foi levado à prisão. Numa delas, ele estava na redação do *Diário dos Campos* quando os policiais chegaram procurando por ele. Em segundos, estava novamente no camburão.

Não precisava necessariamente haver um motivo para a prisão. A polícia ficava sabendo da tentativa de organização de uma passeata, de uma reunião de estudantes ou de qualquer coisa que lhe parecesse conspiração e já ia buscar Casillo, tivesse ele ou não ligação com o caso.

Casillo não chegou a sofrer tortura física, mas a pressão psicológica foi grande. Numa das vezes em que foi preso, foi levado para o interrogatório com um tenente e um capitão. Numa mesa com quatro cadeiras, ele ocupou uma, o tenente sentou-se à sua esquerda, e o capitão à sua direita. A cadeira em frente à sua permaneceu vaga. Um dos militares, mais exaltado, iniciou brincadeiras com a arma, no intuito de amedrontá-lo. Destravou o gatilho, colocou a arma na mesa e começou a girá-la, como se a qualquer momento pudesse disparar.

O jovem repórter prestou atenção à cena e, em vez de se mostrar amedrontado, teve um acesso de riso. O sintoma era um misto de nervosismo e indignação. Ora, se o oficial destravou o gatilho e começou a girar a arma sob uma mesa com quatro lugares, a possibilidade de ela disparar enquanto passava por ele era de 25%, contra 50% de chance de disparar contra os próprios militares e 25% contra a cadeira vazia. Além do mais, era muito provável que a arma estivesse sem munição, a não ser que o tal tenente não fosse suficientemente inteligente para perceber que ele próprio e seu colega também se arriscariam em tal brincadeira.

O riso, ainda que involuntário, despertou a ira do tenente que manjava o revólver, antes mesmo de começar o interrogatório. O militar levantou-se da cadeira com a mão já cerrada, com o intuito de acertar-lhe um golpe, mas foi demovido da ideia pelo capitão que o acompanhava.

Em outra ocasião na delegacia, sob o olhar vigilante e sério de um policial, Casillo permaneceu sentado num banco por meia hora, até que o mandaram entrar. Na sala havia apenas duas escrivaninhas, atrás das quais dois agentes sisudos comandavam o interrogatório, num tom arrogante e pouco cortês.

Junto com Casillo entrou outro estudante. Os dois jovens começaram a ser devidamente fichados, mas uma vez e concomitantemente. Sempre o de praxe: nome, filiação, data de nascimento e, a um determinado momento, os dois escrivães perguntaram, cada um ao seu entrevistado:

— Local de nascimento?

Casillo respondeu:

— Ribeirão Preto

O outro estudante:

— Rio Claro.

O contraste entre o preto e o claro, ditos simultaneamente, soou aos ouvidos dos interrogantes como uma brincadeira desrespeitosa dos estudantes, o suficiente para que se formasse um verdadeiro fuzuê, com uma série de ameaças, em decorrência do “desacato à autoridade”. Só depois de muito sufoco os jovens conseguiram provar que não houvera brincadeira nenhuma, apenas uma mera coincidência.

Aqueles anos eram os anos de chumbo.

TEM CENSOR NA REDAÇÃO

Pelo menos uma das passagens de João Casillo pela delegacia foi meteórica. Ele acabara de chegar ao reduto policial, escoltado por agentes, quando foi avisado que estava dispensado, mesmo antes do interrogatório.

Na sala de espera da delegacia, Casillo foi recepcionado por Henrique Dyniewicz, o diretor do *Diário dos Campos*. Assim que ficou sabendo da prisão do repórter, Dyniewicz saiu

em disparadas em direção ao quartel, para falar com o delegado. O trato foi bem rápido e incisivo:

— Delegado, deixa que eu atendo esse rapaz na sua tendência esquerdista. Pelo menos no jornal não vai ter nenhum problema com ele. Eu garanto.

Em poucos minutos os dois entravam no carro em direção à redação do *Diário dos Campos*.

O trânsito dos diretores do *Diário dos Campos* com as autoridades era tranquilo, apesar de no cenário nacional a relação imprensa/regime militar ser bastante tensa. Os militares chegaram ao limite de colocar censores nas redações de vários jornais brasileiros, fazendo a triagem das notícias que poderiam ou não sair.

Na maioria das vezes, o cargo de censor era ocupado por gente despreparada. Num dos extremos, os censores impediam a publicação de qualquer notícia contra o regime ou que pudesse deixar o leitor insatisfeito com as políticas adotadas pelo governo, reduzindo o noticiário a banalidades. Noutro, eles facilmente eram passados para trás por hábeis jornalistas, já que só conseguiam perceber a informação explícita, sendo incapazes de ler as entrelinhas.

Nunca um censor chegou a ser colocado na redação do *Diário dos Campos*. A própria diretoria do jornal se incumbia de orientar os repórteres sobre o que poderia ou não sair, adotando uma linha editorial pouco crítica e distante de polêmicas. Em uma de suas atuações, a “censura interna” desaprovou o título “Anjo ou Prostituta” dado por Casillo a uma de suas crônicas. Os editores do jornal, temendo os censores, se anteciparam, mudando o título para “Anjo ou Desregrada”, pois a palavra “prostituta” era muito forte para ser publicada.

Na crônica “Às duas da madrugada”, de 27/10/74, Casillo reproduziu uma de suas noites na prisão. O texto acabou sendo publicado sem retoques. Sempre que tinha oportunidade, ele tentava fazer alguma peraltice para driblar o sistema. Ele nunca soube se os diretores do *Diário dos Campos*, seus amigos, viram ou fizeram vistas grossas para esse caso.

Quando tinham notícias censuradas, alguns jornais, como *O Estado de São Paulo*, substituíam o texto jornalístico por uma receita culinária, ou versos dos *Lusíadas*, de Camões, até mesmo na capa do jornal. Era uma espécie de código com o leitor, sinalizando que uma matéria que deveria ser publicada naquele espaço havia sido censurada. Assim, o leitor não tinha acesso ao conteúdo barrado pelo censor, mas sabia da dimensão do controle da informação. Essa prática vigorou por algum tempo entre os meios de comunicação, até que os militares se deram conta da mensagem implícita e proibiram as receitas e os versos.

Entre 1974 e 1985, o governo federal realizou nada menos que seis concursos públicos para o cargo de censor no Brasil. Em 1977, mais de 5 mil pessoas participaram do concurso. A Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, chegou a criar cursinho preparatório para quem quisesse se preparar para a vaga. No final dos anos 70, havia 250 censores no país. A censura no Brasil só acabou em 1988, quando a nova Constituição foi promulgada.

Outra forma de pressão feita pelos militares foi por meio do controle do papel. A elevação do custo em decorrência da elevação das taxas de câmbio para importação fez com que diversos jornais desaparecessem ou reduzissem o número de páginas.

APELIDOS

O clima de descontração entre os gráficos do *Diário dos Campos* era grande. Poucas pessoas eram conhecidas pelo nome de batismo. A maioria atendia por apelidos cuidadosamente escolhidos na oficina do jornal. O mentor intelectual da iniciativa era o gráfico Jorge de Brito, ou melhor, Cabrito. Contumaz jogador do jogo do bicho, ele analisava a personalidade

de cada colega para definir o “bicho perfeito”. Nem sempre o animal escolhido agradava o “homenageado”.

Hamilton era o Avestruz, João Santana, o Sapo, e o fotógrafo Moacir, o Tatu Mulinha.

Havia ainda o Gato, o Coelho... Bastava um colega entrar na oficina e Jorge Brito já disparava:

— Coelho! Hoje vai dar coelho na cabeça!!!!!!

O bicho cantado mudava conforme quem entrasse. E não é que muitas vezes a previsão dava certo??!! Aproveitando-se do clima de companheirismo, o grupo Slaviero chegou a organizar confraternizações entre os colaboradores do *Diário dos Campos*. Quase sempre elas aconteciam no Dia do Trabalhador e no final do ano. O jogo de camisetas para a “pelada” também era um brinde do jornal. O “investimento”, porém, nem sempre dava o resultado esperado.

No dia dos Gráficos era organizada uma competição entre jornais. Apesar da concorrência empresarial, todos eram amigos, e o “talento” para o esporte era parecido. Em certa ocasião, o time do *Diário dos Campos* decidiu participar de um torneio envolvendo as indústrias, promovido pelo SESI. No primeiro jogo, o time empatou, o que foi comemorado pelos gráficos e jornalistas, que passaram a se sentir confiantes na possibilidade de saírem vitoriosos do campeonato. A alegria, porém, não durou muito tempo. Já no segundo jogo, o time voltou para casa depois de tomar uma goleada de dez a zero.

COLUNAS

Uma das colunas bastante conhecidas no *Diário dos Campos* no início dos anos 80 chamava-se “Calçadão”. A proposta lembrava a coluna “Sociedade é Assunto”, publicada nos anos 60, pelo tom pouco formal, provocativo e descolado. A coluna era assinada por Ziza, codinome usado por Alfredo Mourão.

A publicação da coluna aos domingos atraía novos leitores. Ziza não perdoava as gafes cometidas em festas. Falava de todo mundo de forma bem-humorada e descontraída. Para não expor as pessoas, muitas vezes identificava-as com nomes fictícios, mas quem tinha presenciado a cena sabia perfeitamente sobre quem se falava.

O projeto para o lançamento da coluna foi criado pelo próprio Alfredo, que o apresentou ao grupo Slaviero. Colocá-lo em prática, no entanto, não foi fácil, devido às limitações gráficas. Alfredo queria uma coluna arrojada, com uma linguagem visual também expressiva. Os velhos clichês, porém, dificultavam o trabalho e não garantiam boa qualidade de impressão.

Alfredo Mourão começou na reportagem do *Diário dos Campos* em 1979, permanecendo na redação até 1983, quando decidiu mudar-se para Curitiba. Em 1989, no entanto, acabou retornando à cidade e ao jornal. Seu envolvimento com as expressões artístico- culturais logo fizeram com que ele fosse escalado para a cobertura de assuntos ligados à cultura, embora também escrevesse sobre outras áreas. Chegou a fazer diversas viagens pelo Brasil, representando o *Diário dos Campos* em entrevistas coletivas e lançamentos.

De 1976 a 1990, circulou no *Diário dos Campos* a coluna "Astronomia UEPG", produzida em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa e escrita pelo professor Reinaldo Ansbach. Era formada por pequenas notas, comentários e respostas a perguntas encaminhadas à redação pelos leitores. A repercussão foi satisfatória. Até pessoas de outras cidades às vezes ligavam para fazer sugestão de temáticas ou apresentar dúvidas que gostariam de ver respondidas.

Um dia, Ansbach foi procurado por um senhor que queria lhe contar uma experiência para que saísse publicada no jornal.

— Professor, o senhor vai ficar sabendo em primeira mão. Na semana passada, eu voltava de Guaragi e, ao passar pelo aeroporto, senti uma luz muito forte sobre o meu carro. Como ela me atrapalhava para dirigir, estacionei o carro. O senhor não imagina o meu susto quando eu saí dele. Dei de cara

com um disco voador, com seres diferentes que me abordaram. Embora bastante assustado, acabei entrando no disco voador com eles e fazendo um vôo sobre a cidade. O homem falava com tanta convicção que era impossível contradizê-lo. Ansbach só ouviu a história que acabou ficando de fora da coluna, por motivos óbvios!!!

JOÃO MARENDA

Na década de 70, a gerência do *Diário dos Campos* era exercida por João Marena. Ele cuidava do dia a dia do jornal e era o contato direto do Dr. Henrique Dyniewicz.

Marena era revisor, definia pautas e abordagens com os repórteres, era redator, atendia no balcão, fazia a programação de anúncios e ainda gostava de diagramar. Chegava ao jornal às 8 horas da manhã e só saía por volta das 23 horas, quando a edição estava fechada.

Franzino e de fala mansa, dificilmente alterava a voz. Preferia sempre o diálogo à repreensão. Discreto, quase passava despercebido por quem não o conhecesse. Mas era um profissional extremamente ligado ao jornalismo e ao *Diário dos Campos*. Quando jovem, tinha sido seminarista. Conhecia o latim e a língua portuguesa como ninguém.

No domingo, dia de folga, Marena estacionava a kômbi do *Diário dos Campos*, que ficava sob seus cuidados, em frente ao prédio do jornal e descia para ler. Ele não se contentava com o exemplar que recebia em casa. Queria ler o jornal recém-impreso na redação impregnada pelo cheiro de graxa e chumbo derretido.

Tinha como rotina pegar o jornal do dia, circular e marcar cada anúncio com a letra "F" ou "S", para daí encaminhá-lo de volta para montagem. Os montadores da página sabiam que os anúncios marcados com a letra "F" deveriam ficar, ou seja, que tinham que ser repetidos na edição no dia seguinte, e que os textos marcados com "S" deveriam sair.

Quando surgia qualquer problema no jornal, Marena era chamado para conversar pelo grupo Slaviero. Ele tinha que retornar ao jornal e solucionar a questão. Como todos sabiam que o grupo não gostava de polêmicas, já havia um consenso entre os repórteres no sentido de fazer abordagens bem equilibradas e desenvolver temas que não fossem comprometedores. Os problemas, entretanto, nem sempre estavam na redação.

A grande amizade entre os funcionários da oficina e da redação fazia com que, às vezes, o grau de brincadeiras fosse extrapolado. Os linotipistas algumas vezes inseriam piadas e provocação no meio do texto que datilografavam, para que os revisores as lessem. Depois de darem risada com a molecagem, retiravam os trechos colocados indevidamente, e o material seguia para impressão. Certo dia, porém, um dos linotipistas provocou um amigo, escrevendo uma série de besteiras, recheadas com palavrões, e encaminhou as páginas para montagem e revisão. Acontece que, como o revisor estava atrasado tendo em conta que várias páginas tinham chegado ao mesmo tempo, ele apenas passou rapidamente o olhar pela página e pela matéria e deu o ok para a impressão. No dia seguinte, foi um Deus nos acuda!!

O jornal já estava nas ruas quando perceberam o que tinha acontecido. Várias pessoas se mobilizaram na tentativa de tirar os jornais que ainda restavam nas bancas, mas muitos já haviam circulado. Seu Marena foi chamado para uma conversa pouco amigável na sede do grupo Slaviero. Quando retornou, teve que fazer uma reunião com o grupo, cobrando seriedade.

BEADA

Jaime Marena, filho de João Marena, frequentava desde criança o *Diário dos Campos*. Foi de lá que ele acompanhou os jogos da Copa de 70 e comemorou a vitória brasileira. A televisão colocada no jornal foi emprestada pela loja Hermes Macedo.

Desde muito jovem Jaime também trabalhou no jornal. Era auxiliar de linotipo. Ajudava a manter sempre a caldeira com o chumbo — na maioria das vezes, reaproveitado. Sentia na pele o problema do chumbo respingando.

Na condição de auxiliar, sempre que havia um problema, recorriam a ele. Assim, se a página montada com os caracteres de chumbo estourava enquanto era levada para a impressão, ele era convocado para ajudar no resgate do material espalhado pelo chão.

Depois da experiência como auxiliar na oficina, Jaime foi promovido para revisor do *Diário dos Campos*. Uma prova da página era impressa para que ele pudesse fazer a leitura. O maior problema era com a acentuação. Algumas vezes o linotipista também pulava algumas palavras do meio do texto, comprometendo o sentido. Sempre que ele percebia algo errado, tinha que anotar e pedir que a linha inteira fosse montada novamente.

No mesmo período, Valdemar, um alemão bravo e de poucos sorrisos, responsável pela expedição, trouxe para auxiliá-lo no jornal a filha Beada. Eles moravam na região central e subiam a pé, às 4 horas da manhã, pela rua do jornal, a Santos Dumont. Próximo à fábrica da Cervejaria Adriática, a três quadras do jornal, já era possível ouvir a rotoplana. Era o sinal de que a impressão do *Diário dos Campos* ainda não estava concluída. Quando a rotoplana apresentava problemas, o jornal tinha que ser impresso no prelo. Beada só ficava pensando como as pessoas que moravam no pensionato localizado no andar de cima do jornal conseguiam dormir com tal barulho...

Beada intercalava os cadernos dos jornais, deixando-os prontos para os entregadores, que saíam de bicicleta. Apesar da delicadeza, nunca conseguia sair limpa da expedição. A tinta do jornal manchava as mãos, os braços e as roupas. Cerca de 50 exemplares eram reservados por ela para o arquivo do jornal, e um ia para a encadernação, junto com as demais edições do mês.

Apesar da resistência e da cara de bravo do pai, o namoro entre Beada e Jaime Marena foi inevitável.

O SUPERINTENDENTE IRRITADO

Não era apenas o regime militar que impunha limites sobre o que poderia ou não ser publicado no jornal. Havia a censura econômica, comandada pelos anunciantes que, quando se sentiam prejudicados, suspendiam os contratos de publicidade. Existia também a censura de amigos dos diretores do grupo que, quando não gostavam de algo que tinha sido escrito, logo ligavam para reclamar.

Certa vez um repórter foi cobrir o concurso do Banco do Brasil. Achou engraçada a atuação de um fiscal, que tinha um apito preso a um cordão vermelho pendurado no pescoço. Como o tema era pouco atraente, resolveu produzir uma crônica, citando o tal fiscal. O superintendente do Banco do Brasil ficou irritado com o texto, que considerou pejorativo e imediatamente ligou para os diretores do jornal.

Em outra ocasião, o mesmo repórter fez uma matéria sobre uma empresa da Rua Ermelino de Leão que poluía o bairro com um pó resultante da fabricação de móveis. A reclamação partiu dos próprios moradores do bairro. A matéria já estava produzida e seguindo para o linotipista quando o gerente da empresa chegou à redação, mostrando um cartão assinado por um dos diretores do grupo Slaviero. Era o sinal de que a matéria não deveria ser publicada.

No dia seguinte, apareceu no jornal um funcionário da empresa para agradecer ao repórter o fato de a notícia não ter sido veiculada. O repórter se limitou a dizer:

— Não precisa me agradecer. Se dependesse de mim, a matéria jamais teria sido barrada...

A CRISE

O *Diário dos Campos* encerrava a década de 80 com muitas dificuldades. Na grande maioria das redações brasilei-

ras — mesmo as do interior —, as linotipos já haviam sido aposentadas. A impressão era feita em *offset*, com um processo tecnológico bem mais avançado.

Devido à evolução tecnológica, já havia escassez de chumbo e estanho para as caldeiras e de letras para a montagem das manchetes. As empresas passaram a mandar os anúncios em fotolitos e não mais em clichês. A mudança era incompatível com o sistema utilizado pelo jornal, o que o obrigava a dispensar publicidades.

A Hermes Macedo, que era um dos principais clientes todo domingo, tinha uma página inteira e despachava o enorme clichê com o anúncio por ônibus rodoviários. Com o tempo, a empresa começou a alegar que o clichê estava saindo mais caro que a impressão e reduziu o anúncio para meia página, depois um quarto de página, um oitavo... Com isso, a receita do jornal foi caindo.

Entre 1989 e 1990, houve um estudo para a compra do *offset*, mas a diretoria do *Diário dos Campos* rejeitou a proposta, por causa do alto custo. Estimou-se que o investimento só se tornaria viável quando o jornal tivesse 10 mil assinantes. Por outro lado, sabia-se que, para ter 10 mil assinantes, era necessário investir. Apesar das dificuldades, o jornal ainda era o mais lido e conhecido.

Não raramente, o chefe de redação, Altair Bail, comentava com o gerente João Marena:

— Seu Marena, o jornal vai chegar numa encruzilhada: ou passa para o *offset* ou fecha.

Marena respondia:

— A segunda opção é a mais viável.

Apesar de todo o seu engajamento, não teve tempo de esperar para ver o que aconteceria ao *Diário dos Campos*. João Marena faleceu no dia 9 de maio de 1990, aos 67 anos, vítima de infarto. Ele ainda tinha planos de prestar vestibular para o curso de Jornalismo, porque queria ter o diploma.

O CHEFE DA REDAÇÃO

Altair Bail entrou para a equipe de repórteres do *Diário dos Campos* em 1969, permanecendo lá por 20 anos. O convite foi feito por Matias Pinheiro, que acumulava as editorias de esporte e polícia. A proposta era que Bail escrevesse uma coluna especializada em esporte amador, lançada com o título de “Resenha Amadorística”. No mesmo período, ele tinha um programa de esportes na Rádio Clube. Só no começo dos anos 70, Bail começou a escrever para a editoria geral.

Durante os 20 anos de permanência no jornal, Bail nunca viu a direção ser incomodada pelos militares ou por grandes confusões decorrentes de matérias publicadas. O tom pacífico e distante das polêmicas foi incorporado à cultura da redação, e houve poucos processos contra o jornal nesse período. Apesar disso, havia um grande comprometimento com a verdade. O noticiário tinha que ser sério, não podia perder tempo com fofocas, nem com notícias sensacionalistas.

Surgiram outros jornais, mais polêmicos e combativos, que nem por isso conseguiram sucesso empresarial e a preferência dos leitores. Uma das recomendações era não levar o noticiário político para a capa do jornal, a não ser que fosse algo muito bombástico. Os diretores também achavam que valorizar a seção policial era sensacionalismo praticado com o único objetivo de vender jornal e que o *Diário dos Campos* não precisava disso.

Assim como Juca Hoffmann, o grupo Slaviero também tinha uma lista de pessoas que não queria que entrassem no noticiário. O deputado José Gomes do Amaral era um dos que sempre reclamavam da falta de espaço no noticiário. Em compensação, políticos como Plauto Miró Guimarães e Otto Cunha tinham amplo espaço no jornal, pelo grau de parentesco e aproximação com o grupo.

No final da década de 70, Bail passou a redigir a coluna “Sigiloso” e se tornou chefe de redação, embora as manchetes continuassem a ser discutidas com João Marenha e, às vezes, com o próprio Dyniewicz.

Como chefe de redação, Bail sentia mais do que ninguém o desgaste pela falta de modernização. Além de muito trabalhoso, o sistema que o jornal utilizava, praticamente todo artesanal, fazia com que ele saísse com muitos erros, por melhor que fosse a revisão. Isso acontecia porque, depois de montada a página, era feita uma prova para o revisor fazer a leitura corretiva. Quando tinha alguma coisa errada, o revisor circulava o texto, que voltava ao linotipista para produzir a linha inteira de novo. Às vezes, na hora de substituir a linha errada pela certa, o paginador fazia a substituição de uma outra linha, por engano, ampliando ainda mais as incorreções. Para evitar tais erros, alguns clientes, como a Imobiliária Tavarnaro, mandavam alguém no sábado para conferir todas as ofertas de imóveis anunciadas.

Outras vezes um repórter se dedicava dias em torno de pesquisa e investigação para trazer reportagens especiais, mas que acabavam comprometidas pela baixa qualidade da impressão do texto ou das fotos, quase sempre muito apagadas. Quando o impressor não acertava a máquina, era ainda pior, e em vez de imagens, apreciavam apenas borrões.

As notícias ainda chegavam por telex. O aparelho ficava na sede do grupo Slaviero e, sempre que chegava material para a redação, alguém ligava para avisar. O anúncio ficava mais bem-humorado quando era feito pelo vigia:

— Olha, tem “telec”, pode vir buscar.

Em plena década de 90, as linotipos faziam com que o ambiente da redação fosse barulhento, dificultando conversas por telefone, entrevistas e a própria concentração do repórter.

Numa viagem a passeio a Santa Catarina na década de 80, Bail foi visitar um jornal em Joinville e se deparou com uma linotipo na entrada da empresa.

— Nossa, ainda hoje usamos uma dessas no *Diário dos Campos*! — afirmou o jornalista.

— A nossa há um bom tempo virou peça de decoração! — devolveu o diretor de jornalismo que acompanhava Bail na visita.

UM DIA TRISTE

A ideia do fechamento do *Diário dos Campos* já vinha sendo cogitada havia anos, e ela foi apressada com a morte de Ercílio Slaviero, um dos principais defensores do jornal dentro do grupo Slaviero.

Do ponto de vista econômico e financeiro, o grupo tinha empreendimentos mais lucrativos que o jornal, e para tornar o *Diário dos Campos* atraente, era necessário investir pesado no processo industrial. As linotipos, que tinham atravessado o século XX e que chegaram à década de 90 em plena produtividade, já não eram mais viáveis. O jornal precisava incontestavelmente partir para um processo de informatização para se manter competitivo. O parque gráfico também precisava de altos investimentos para se modernizar.

A decisão sobre o encerramento temporário das atividades foi tomada em uma reunião em Curitiba, no início de setembro de 1990. Houve demora na definição do destino do jornal porque a decisão significava mais que o simples fechamento de uma empresa que não conseguiu acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Significava também o fim de carreira para profissionais que, assim como o *Diário dos Campos*, não tinham se modernizado. A nova imprensa do final do século XX não aceitava mais linotipistas no seu processo. Também a montagem e paginação de jornais tinha passado por intensas transformações.

Os diretores do *Diário dos Campos* decidiram esperar o aniversário de Ponta Grossa para noticiar o fechamento temporário do jornal. O anúncio foi bem discreto, ocupando um cerco de 10,5 x 12,5 cm na capa. Sem maiores detalhes, comunicava apenas que o *Diário dos Campos* suspendia por tempo indeterminado a publicação e que os assinantes poderiam se dirigir ao escritório da empresa para o reembolso das despesas.

Para os funcionários e para a cidade, foi um dia triste.

EPÍLOGO

15 de setembro de 1999.

Às 6 horas da manhã, uma música suave invadiu meu quarto. Não foi surpresa, porque há horas eu estava acordada, rolando na cama à espera de o dia amanhecer. Apesar da agradável melodia, me apressei em mudar a estação do rádio-relógio, à procura dos noticiários locais. Foi preciso paciência.

Só às 7 horas o locutor de um dos programas anunciou:

Vamos às manchetes dos jornais do Paraná. Diário dos Campos: Indústrias injetam 1,3 bilhão na cidade.

Só então consegui desfazer o nó que estava entalado na minha garganta desde a meia-noite do dia anterior, quando tínhamos fechado a edição. Assumir a chefia do Departamento de Jornalismo do Diário dos Campos representava para mim mais que um grande desafio profissional. É como se eu tivesse nas mãos o compromisso de unir as pontas de uma história que recomeçava, dando a ela forma e cor.

O locutor da rádio só confirmou algo que eu já sabia e esperava. Definitivamente, o Diário dos Campos estava de

volta. Se o sucateamento do parque gráfico foi o responsável pela suspensão do *Diário dos Campos*, em 1990, a modernização tecnológica e a profissionalização no exercício do jornalismo foram os estandartes que marcaram o retorno da circulação do jornal, em 15 de setembro de 1999. A data foi escolhida a dedo, seja pela relação umbilical entre o jornal e a cidade polo dos Campos Gerais, seja pelo simbolismo que representava a continuidade da história interrompida havia nove anos, no mesmo período.

O retorno aconteceu por meio de uma sociedade entre o empresário Wilson Souza de Oliveira e o jornal *Tribuna do Norte*, de Apucarana. A estrutura em nada se parecia com a do *Diário dos Campos* do início da década de 90. A redação foi toda informatizada, com computadores Macintosh de última geração. A diagramação recebeu equipamentos ainda mais completos, além de softwares para designer gráfico avançados, provocando um choque em relação à tecnologia utilizada pelos demais jornais em circulação na região. A impressão do jornal passou a ser feita no parque gráfico da *Tribuna do Norte*, em Apucarana, um dos mais modernos do Estado naquele período.

Com cadernos standard, capa e contracapa coloridos e imagens impressas com excelente resolução, o *Diário dos Campos* que ressurgia nada lembrava os exemplares borrados da última edição de 1990.

A equipe de redação foi formada por jornalistas diplomados ou que terminavam o curso de comunicação. A principal preocupação era recuperar o respeito e a credibilidade que o *Diário dos Campos* já tinha construído ao longo das décadas de circulação. A linha editorial procurava também resgatar a veia investigativa do jornalismo, a tradução do cotidiano da cidade em suas diversas faces, sem perder de vista a missão do *Diário dos Campos* como modelo de comunicação social.

Logo na manhã do relançamento, dezenas de pessoas que tinham ouvido a notícia da volta do *Diário dos Campos*

pelo rádio ou que se depararam com ele na banca apresentaram-se em visitar a nova sede, na Rua XV de Novembro, 615. Eram empresários, políticos, profissionais liberais, ex-funcionários do Diário dos Campos, profissionais da área de comunicação ou antigos leitores que quiseram saudar a nova equipe e conferir de perto o novo momento histórico da imprensa em Ponta Grossa. Não faltaram também os velhos coronéis da cidade.

**Alessandra Pirroncello Bucholdz, jornalista, primeira editora-chefe da fase moderna do jornal Diário dos Campos e coautora deste livro.*

SOBRE OS AUTORES



Alessandra Pirroncello Bucholdz é jornalista e produtora cultural. Foi repórter do Diário da Manhã, da Gazeta do Povo, editor-chefe do Jornal da Manhã e diretora de Jornalismo da Rádio CBN Ponta Grossa. Foi a primeira editora-chefe do jornal Diário dos Campos depois de sua retomada, em 1999.



Fábio Mauricio Holzmann Maia é licenciado em História, especialista em Cultura e História e mestre em Ensino de História. Membro da Academia de Letras dos Campos Gerais, da APLA e do Centro de Letras do Paraná.



Niltonci Chaves é licenciado em História, especialista em Políticas Sociais, mestre em História e Sociedade e doutor em Educação (Linha História e Historiografia da Educação).

SOBRE A EDITORA



A **ABC Projetos Culturais** é uma editora paranaense independente, fundada em 2007, no município de Ponta Grossa (PR), pela escritora e jornalista Alessandra Pirroncello Bucholdz. Ao longo de 17 anos, lançou cerca de uma centena de livros e revelou diversos escritores paranaenses. Em 2024 foi finalista do Prêmio Jabuti Acadêmico, com a obra *EspeleoPiraí: em defesa do patrimônio natural de Piraí da Serra/PR*, organizada por Henrique Pontes e Laís Massuqueto.

Além da produção editorial, a ABC Projetos Culturais promove ações de incentivo à leitura, utilizando várias linguagens complementares, como forma de interação e interface do público com as obras. Desse modo, provoca novas experiências, tornando o acesso à literatura ainda mais completo, mágico e imersivo, promovendo memórias afetivas que unem obras e leitores. A ABC Projetos acredita na leitura como pilar e caminho que inspiram e abrem janelas para diferentes universos.

Acompanhe os trabalhos da editora pelas redes sociais:

@abcprojetosculturais

SINOPSE

Diário dos Campos: memórias de um jornal centenário reúne cerca de 80 crônicas que recuperam elementos do cotidiano do jornalismo em Ponta Grossa/PR, de 1907 a 1990. Em vários momentos as histórias contadas transitam pelas relações entre o modo de se fazer jornalismo no interior paranaense e as grandes transformações que marcaram a imprensa nacional.

Situações retratadas também ajudam a desnudar o papel social, político, econômico e cultural ocupado pelo jornal, bem como sua influência a partir de lutas e campanhas assumidas, sem deixar de considerar seus limites e suas contradições.

Ao recuperar histórias protagonizadas por jornalistas, tipógrafos, revisores, linotipistas, jornaleiros, gráficos e pelos proprietários, as crônicas dão indícios sobre a complexidade e a amplitude da produção jornalística, articulada e organizada em vários estágios.

[ROMANCE]



MINISTÉRIO DA
CULTURA

